

REVISTA PORTUGUESA DE PSICANÁLISE

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE PSICANÁLISE



2025 45(1)

PERIODICIDADE
Bianual



REVISTA PORTUGUESA DE PSICANÁLISE
Número de Registo na ERC: 108631
Órgão oficial da Sociedade Portuguesa de Psicanálise
45(1) — janeiro a junho de 2025
Periodicidade: bianual

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR: Jorge Câmara

ASSISTENTES EDITORIAIS: Ana Teresa Vale, Catarina Rebelo Neves, Elias Barreto, Filipa Falcão Rosado, Guilherme Canta, Maria José Martins de Azevedo, Nadja Tröger e Pedro Salem

ANTERIORES DIRETORES:

Francisco Alvim (1977–1978), João dos Santos e Carlos Amaral Dias (1985–1986), Carlos Amaral Dias e Jaime Milheiro (1987–1989), Carlos Amaral Dias (1990–1994), Jaime Milheiro (1996–2003), Rui Coelho e Manuel Matos (2004–2005), Rui Coelho e António Coimbra de Matos (2006–2008), Rui Coelho e Manuela Ferraz da Costa (2008–2012), Rui Aragão Oliveira (2013–2015), Maria Fernanda Alexandre (2016–2019), Carlos Farate (2020–2022)

CONSELHO CIENTÍFICO

MEMBROS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE PSICANÁLISE (Conselheiros Científicos):

Ana Catarina Silva, Ângela Vila-Real, António Mendonça, Carla Cruz, Carlos Farate, Celeste Malpique, Conceição Melo Almeida, Conceição Tavares de Almeida, Cristina Fabião, Emílio Salgueiro, Jaime Milheiro, João França de Sousa, Jorge Câmara, José de Abreu Afonso, Luísa Vicente, Manuela Ferraz da Costa, Manuela Fleming, Manuela Harthley, Maria do Carmo Sousa Lima, Maria Fernanda Alexandre, Maria José Gonçalves, Maria Luís Borges de Castro, Monica Horovitz, Orlando Fialho, Orlando von Doellinger, Rui Aragão Oliveira, Rui Coelho, Vasco Santos

MEMBROS DE SOCIEDADES PSICANALÍTICAS ESTRANGEIRAS:

Adrienne Harris — Psychoanalytic Institute of North Carolina; Alain Vanier — Espace Analytique, Université Paris-Diderot; Anette Blaya Luz — Sociedade Psicanalítica do Porto Alegre (SPPA); Antonino Ferro — Società Psicoanalitica Italiana (SPI); Carlos Barredo — Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires (APdeBA); Charles Hanly — Toronto Institute of Psychoanalysis (TIP); Cláudio Laks Eizirik — Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA); Daniel Kupermann — Grupo Brasileiro de Pesquisa Sandór Ferenczi; Daniel Schoffer Kraut — Asociación Psicoanalítica de Madrid (APM); Eulália Torras de Beà — Sociedad Española de Psicoanálisis (SEP); Florence Guignard — Société Psychanalytique de Paris (SPP); Gunther Perdigão — New Orleans Psychoanalytic Institute (NOPI); Howard Levine — Psychoanalytic Institute of New England East (PINE); Humberto Persano — Asociación Psicoanalítica Argentina (APA); Jan Abram — British Psychoanalytic Society (BPS); Joan Coderch — Sociedad Española de Psicoanálisis (SEP); Leda Herrmann — Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP); Leticia Glocer Fiorini — Asociación Psicoanalítica Argentina (APA); Luís Martín Cabré — Asociación Psicoanalítica de Madrid (APM); Marco Posadas — Toronto Psychoanalytic Society (TPS); Paul Denis — Société Psychanalytique de Paris (SPP); Patrick Miller — Société Psychanalytique de Recherche et de Formation (SPRF); Pedro Gomes — Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ); Peter Fonagy — British Psychoanalytical Society (BPS) e Psychoanalysis Unit do University College London (UCL); Robert Hinshelwood — British Psychoanalytical Society (BPS) e Essex University; Stefano Bolognini — Società Psicoanalitica Italiana (SPI); Sidney Phillips — Western New England Institute for Psychoanalysis; Virginia Ungar — Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires (APdeBA)

MEMBROS DE OUTRAS SOCIEDADES CIENTÍFICAS:

Anselmo da Silva Borges — Faculdade de Letras Universidade de Coimbra (FLUC); António Damásio — University of Southern California; António Sampaio da Nóbrega — Instituto de Educação da Universidade de Lisboa; Cândido Hipólito-Reis — Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP); Isabel Allegro de Magalhães — FCSH da Universidade Nova de Lisboa (UNL); Isabel Marcos — CICS da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CICS NOVA FCSH UNL); João Gomes-Pedro — Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; João Maria André — Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC); Joaquim Cerqueira Gonçalves — Universidade Católica Portuguesa (UCP); José Barata Moura — Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Luís Sóbrinho — Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa (FMUL), Yale University Medical School; Marie-Hélène Piwnik — Universidade de Paris-Sorbonne — Paris IV; Per Aage Brandt — Case Western Reserve University; Rui Mota Cardoso — Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP); Rui Paixão — Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade de Coimbra (FPCEUC); Vasco Pinto de Magalhães — Universidade Católica Portuguesa.

ÍNDICE

NOTA EDITORIAL	5
FUNDAMENTOS	
O GRANDE ILUSIONISTA E O DUPLO DIGITAL: REFLEXÕES	
PSICANALÍTICAS SOBRE A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	
NO ADVENTO DE UMA REALIDADE HIPERBÓLICA	11
<i>Filipe Leão Miranda e Joana Pizarro Bravo</i>	
CLÍNICAS	
GRUPO DE ATENDIMENTO CLÍNICO DO COWAP BRASIL	
NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:	
ABRINDO A CAIXA DE PANDORA	39
<i>Ednéia Albino Cerchiari, Rosa Sender Lang, Daniel Matias, Denise Vasconcelos, Graciela Loch, Lígia Somenzi, Mariangela Relvas Pinto, Vicente Sarubbi Junior</i>	
LES COUPLES CONTEMPORAINS: UNE APPROCHE	
PSYCHANALYTIQUE ET SOCIOLOGIQUE	59
<i>Eric Smadja</i>	
AUDITÓRIO	
O FEMININO CONGELADO: O CORPO E AS VICISSITUDES	
DO INFANTIL NA REPRODUÇÃO ASSISTIDA	77
<i>Katy Bogliatto</i>	
PESQUISA	
EXPERIÊNCIA DO CORPO EM PESSOAS TRANS	89
<i>Daniel Matias</i>	

POÉTICAS

O AGRESSOR E O DESMENTIDO: O OUTRO LADO DA TEORIA
DO TRAUMA

117

Marcos de Moura Oliveira

FORMAÇÃO CONTÍNUA

RECENSÃO DE *PREGNANCY, ASSISTED REPRODUCTION*

AND PSYCHOANALYSIS

133

Rita de Araújo Gameiro

VERTIGEM

DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE À PARENTALIDADE

E AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

141

PARENTALIDADE E INFÂNCIA: A PSICANÁLISE NA MATRIZ

TECNOLÓGICA CONTEMPORÂNEA

143

Maria José Martins de Azevedo

«SE NÃO SABE POR QUE É QUE PERGUNTA?»: AS PESSOAS

PERGUNTAM. MAS OS PSICANALISTAS NÃO ESTÃO LÁ

PARA RESPONDER

147

Rita de Araújo Gameiro

AS FUNÇÕES PARENTAIS E SEUS PROBLEMAS ATUAIS

151

Carla Cruz

TAL PAI, TAL FILHO OU A (RE)CRIAÇÃO DE UMA NOVA HISTÓRIA:

BREVE REFLEXÃO SOBRE PARENTALIDADE E PSICANÁLISE

155

Margarida Bireiro

NOTA EDITORIAL

Uma das principais marcas do nosso tempo parece ser a perda da convicção interior de que tempos melhores virão. Segundo Bollas (2018)¹, vivemos numa era marcada pela melancolia — muitas vezes inconsciente — e pelo afastamento do interesse pelo tempo próprio necessário às descobertas do mundo subjetivo. Antes, vivemos em busca de soluções rápidas, cujo imediatismo teria por finalidade mitigar a angústia diante do nosso desamparo e da aguda desorientação contemporânea. O «desejo de sentido», característica da espécie humana, diria Bollas (2024)², toma o rumo da busca pela «violência simplificadora» do pensamento, pelo exílio da diferença e não propriamente o destino do «prazer de pensar». Diante da incerteza, aliada à necessidade de orientação, recorre-se ao reducionismo; e diante da aversão à complexidade, a âncora para tempos caóticos recai sobre certezas supostamente apaziguadoras.

Contudo, a Psicanálise não é, definitivamente, o campo privilegiado onde habitam as certezas. A própria noção de conflito, tão cara a todo o edifício psicanalítico, compõe um elemento tão fundamental da subjetividade humana — bem como da própria Psicanálise —, que sem ela não há espaço para a vitalidade. Diferentemente da busca pura e simples pelo conhecimento, lembra Phillips, «a psicanálise lida essencialmente com a curiosidade, em vez de lidar com, ou somente com, o conhecimento ou mesmo a cura» (2024, p. 117)³. Os curiosos, tal qual as crianças cuja subjetividade e ingresso no domínio da cultura

¹ Bollas, C. (2018). *Meaning and Melancholy: life in the age of bewilderment*. Routledge.

² Bollas, C. (2024). *O momento freudiano*. Editora Nós.

³ Phillips, A. (2024). *Sobre desistir*. Ubu Editora.

nascem justamente da curiosidade infantil em torno da diferença, dificilmente aceitam o prometido repousar por um saber que não se altera.

Assim como a sobrevivência psíquica da criança depende da sua curiosidade, a psicanálise subordina-se à permanente capacidade de formular perguntas, bem como à possibilidade de desconfiar das respostas: uma salvaguarda contra a paralisia do obscurantismo e da capacidade de pensar livremente.

É com esse espírito que a equipa editorial apresenta o novo número da RPP. Disposta a refletir em temas essencialmente contemporâneos, a seleção dos artigos tem em comum o valor de nos interrogar como sujeitos, bem como de nos provocar diante dos desafios da clínica psicanalítica contemporânea.

Assim sendo, na secção *Fundamentos*, Filipe Leão Miranda e Joana Pizarro Bravo apresentam o artigo «O grande ilusionista e o duplo digital: Reflexões psicanalíticas sobre a Inteligência Artificial no advento de uma realidade hiperbólica», no qual refletem acerca das relações do ser humano com a tecnologia digital e o impacto no desenvolvimento e funcionamento do psiquismo. De uma perspetiva psicanalítica, exploram os riscos inerentes à interação entre o ser humano e a máquina, considerando a componente ilusória da experiência, bem como a sua relação com a insuportabilidade da finitude humana.

Em «Grupo de Atendimento Clínico do COWAP Brasil no enfrentamento à violência contra a mulher: Abrindo a Caixa de Pandora», na secção *Clínicas*, Ednéia Albino Cerchiari et al. apresentam o trabalho desenvolvido pelo GAC COWAP Brasil nas suas vertentes de atendimento, estudo e pesquisa com mulheres, adolescentes e crianças vítimas da violência intrafamiliar. Detalham a criação e metodologia deste Grupo Clínico, apresentando dados dos atendimentos e uma discussão teórico-clínica a partir de vinhetas de um dos casos atendidos.

Já Eric Smadja, em «Les couples contemporains: Une approche psychanalytique et sociologique», apresenta uma conceção psicanalítica e multidimensional dos casais atuais. Propõe o conceito de trabalho de casal, através do qual aborda os tempos estruturais e os organizadores psíquicos inconscientes da construção do casal, articulando-as com reflexões de natureza psicanalítica e socioantropológica sobre a sociedade contemporânea.

Na secção *Auditório*, Katy Bogliatto traz-nos «O feminino congelado: O corpo e as vicissitudes do infantil na reprodução assistida», explorando a complexidade do trabalho psíquico de simbolização que cada mulher atravessa no processo de reprodução assistida. Propõe escutar os elementos somatossensoriais derivados de estímulos internos e externos como um campo de exploração em busca de representações, permitindo que os conflitos e fantasias sejam questionados e ligados às vicissitudes do infantil arcaico.

A secção *Pesquisa* é composta pelo artigo «Experiências do corpo em pessoas trans», de Daniel Matias, no qual o autor aborda as vivências corporais de pessoas trans, explorando as questões de identidade e transformação a partir de uma pesquisa qualitativa. Discute os desafios que tendem a enfrentar, as implicações psíquicas das suas experiências e aspetos éticos no contexto psicoterapêutico.

Em «O agressor e o desmentido: O outro lado da teoria do trauma», que compõe a secção *Poéticas*, Marcos de Moura Oliveira parte da teoria do desmentido apoiado na obra de Sándor Ferenczi. Propõe uma construção acerca dos elementos agressor-desmentido, não apenas como causa do trauma, mas como parte do psiquismo, e denuncia pactos sociais que autorizam alguns tipos de agressões enquanto sintomas da atualidade.

Na secção *Formação Contínua*, Rita Gameiro apresenta a recensão do livro *Pregnancy, Assisted Reproduction, and Psychoanalysis*, organizado por Ana Teresa Vale e Renata Vives. Nesta obra, uma coletânea de textos de psicanalistas de diversos países, é abordada a complexidade da infertilidade e da reprodução assistida de diferentes prismas, oferecendo uma visão ampla sobre o tema e propondo a reformulação de alguns conceitos psicanalíticos originais que possam ecoar mudanças tecnológicas e sociais atuais.

Por fim, em *Vertigem*, as colegas Maria José Martins de Azevedo, Rita de Araújo Gameiro, Carla Cruz e Margarida Bilreiro são as convidadas para debater alguns dos inúmeros desafios que o mundo contemporâneo coloca a pais e filhos. Questionam o papel da psicanálise diante de uma série de impasses que refletem profundas alterações na representação da infância e da própria noção de parentalidade.

Votos de uma leitura curiosa.

FUNDAMENTOS

O GRANDE ILUSIONISTA E O DUPLO DIGITAL: REFLEXÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ADVENTO DE UMA REALIDADE HIPERBÓLICA¹

Filipe Leão Miranda² e Joana Pizarro Bravo³

<https://doi.org/10.51356/rpp.451a1>

RESUMO: Este artigo reflete nas relações do ser humano com a tecnologia digital e o respetivo impacto no desenvolvimento e funcionamento da mente humana. Considera-se o efeito disruptivo da introdução acelerada do digital, as mudanças profundas na organização da vida social e familiar e as potenciais consequências da ausência do tempo para a maturação dos processos adaptativos, necessários à estruturação da mente. Procura-se compreender de que forma a vida hiperconectada no espaço digital, desde a infância, pode interferir na adequada construção do espaço mental. Identificam-se potenciais riscos de configurações psicopatológicas ao nível da apreensão da realidade, da capacidade de pensar, e da experiência emocional subjetiva, fruto da distorção da vivência do espaço e do tempo, que parecem oferecer uma geometria distinta da realidade. Através de uma análise das diferentes características da inteligência artificial generativa, exploram-se os possíveis motivos para a sua criação e os riscos inerentes à interação entre o ser humano e a máquina, considerando a componente ilusória da experiência e insuportabilidade da finitude inerente à condição humana. Propõe-se a Psicanálise como quadro teórico e clínico adequado a problematizar e intervir nos fenómenos resultantes da coalescência entre o espaço mental e o espaço digital.

PALAVRAS-CHAVE: mente humana, inteligência artificial, realidade hiperbólica, tecnologia digital, psicanálise.

¹ Artigo submetido em novembro de 2024 e aceite para publicação em janeiro de 2025.

² Psicólogo Clínico e Psicoterapeuta. Membro Efetivo e Formador da Sociedade Portuguesa de Psicoterapias Breves (SPPB). Membro Candidato da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP). *E-mail:* filipe@leaomiranda.pt

³ Jurista, especializada em Direito da Comunicação Social e Regulação dos Media, desenvolvendo trabalho na área da Inteligência Artificial. Membro Candidato da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP). *E-mail:* jpizarrobravo@gmail.com

L'espace, le grand espace, est l'ami de l'être.
(Gaston Bachelard, *La Poétique de l'Espace*)

— *I'm sorry, Dave. I'm afraid I can't do that.*
(HAL 9000, 2001: *Odisseia no Espaço*)

INTRODUÇÃO

O impacto da revolução tecnológica digital, circunscrita ao tempo de vida de uma só geração, foi de tal magnitude que gerou um novo e particular *locus* para a experiência humana, estruturado na ubiquidade das redes de informação e comunicação pela Internet — o ciberespaço ou espaço digital.

A *transição para o digital*, também imposta pela *Internet das coisas*, abrange cada vez mais dimensões da vida, muitas delas, até há pouco tempo, tidas como antitéticas da tecnologia. A natureza imprevisível das consequências deste fenómeno sobre o ser humano está exponenciada pela recente e acelerada integração de sistemas de inteligência artificial (IA), de uso universal e doméstico, tão poderosos como (para já) imperfeitos, e que vieram alterar a forma como as pessoas pensam, trabalham e comunicam.

É através da utilização das novas tecnologias que contactamos com diferentes espaços digitais, que partilham entre si uma atmosfera virtual marcada pela volatilidade, onde tudo é, infinitamente, transmissível e transformável (Benyon, 2014). A consequente hiperconectividade entre pessoas, e entre pessoas e máquinas, tem e terá implicações e consequências que, ainda hoje, estão longe de ser totalmente conhecidas. Em cada momento, o outro está, incessantemente, presente, o que altera a nossa percepção da separação e a capacidade de estar só. Por outro lado, a intensidade e a imediatez dos fenómenos digitais aceleram e exacerbam a experiência vivida, numa combinação entre o real e o virtual que copia, transforma ou expande a realidade para uma *hiper-realidade* (Baudrillard, 1994; Frankel & Krebs, 2022).

Os riscos que estas tecnologias representam para os humanos são questões que, atualmente, convocam e apaixonam o debate científico, filosófico, político e cultural. De tal modo que, em 2023, um grupo de peritos assinalou como prioridade global a mitigação do risco de

extinção da humanidade pela IA, a par de outros riscos de escala global para a sociedade, como as pandemias e guerras nucleares (CAIS, 2023).

As preocupações com o impacto da tecnologia na saúde e no bem-estar humanos não são novas.

Em 1930, em *O Mal-Estar na Civilização*, Freud olhava com ceticismo para os desenvolvimentos tecnológicos, considerando-os como tentativas de o Homem se aproximar do Divino, de se tornar numa espécie de *Deus Prostético*, valendo-se destes órgãos auxiliares. Imaginamos que Freud, homem de ciência, tendo presentes as importantes descobertas científicas e tecnológicas da sua época na saúde e no bem-estar, de que o próprio beneficiaria, teria também presente as mortíferas consequências do engenho humano, patentes na tecnologia de guerra desenvolvida e usada massivamente na Primeira Grande Guerra.

Aqueles órgãos auxiliares a que Freud se referia seriam hoje os telemóveis, a tecnologia GPS, a Internet, os *chatbots*. Freud prenunciava que «[o] futuro trará consigo novos e, provavelmente, inimagináveis avanços para a civilização e aumentará ainda mais a semelhança do Homem com Deus. Mas [...] não esqueceremos que o homem atual não se sente feliz nessa personagem Divina» (Freud, 1930/1981, p. 92). Naquela época, tal como hoje, o ambiente político e a sombra da guerra não favoreciam uma visão otimista do futuro.

Não obstante a evolução tecnológica aportar incontáveis benefícios e avanços civilizacionais, é certo que uma sociedade que se estrutura sobre um desenvolvimento tecnológico desenfreado, e no qual não reflete, é uma sociedade doente, havendo mesmo quem pense que, atualmente, os avanços tecnológicos já não se encontram ao serviço do melhoramento das condições da humanidade, mas, antes, representam um sintoma do seu descontentamento, ecoando as palavras de Freud (Holowchak, 2010).

Mas os apelos à reflexão são, muitas vezes, resistidos e, até, desqualificados como obstáculos à inovação tecnológica e ao desenvolvimento económico das nações. É possível que sim, mas um debate público, tecnicamente informado e amadurecido, continua a ser a pedra de toque do funcionamento das sociedades democráticas, tributário do movimento de reparação possível a partir dos escombros civilizacionais deixados pela Segunda Guerra Mundial, e pelo uso que

então foi feito da tecnologia e da ciência ao serviço dos impulsos destrutivos do Homem.

As «dores de crescimento» que acompanham o desenvolvimento são, amiúde, insuportáveis, sobretudo para os mais frágeis, de que não faltam exemplos na História (Harari, 2024).

Refletir, como nos propomos, no impacto na mente humana do uso destas novas tecnologias não é tarefa simples, atenta a qualidade impermanente do objeto de estudo, resultante da natureza rapidamente evolutiva das tecnologias digitais e da qualidade dinâmica e idiossincrática da experiência subjetiva no plano individual.

A Psicanálise é um corpo teórico complexo que assenta numa descrição da mente que comporta uma dimensão inconsciente, e que oferece uma compreensão dinâmica do funcionamento da vida mental e afetiva, bem como do respetivo desenvolvimento e da etiologia da psicopatologia, intrinsecamente associados à qualidade da relação do sujeito com o seu ambiente. É, pois, particularmente apta a captar, descrever e problematizar a complexidade deste fenómeno, designadamente ao nível intrapsíquico, mais inacessível a outros ramos da ciência.

Nada do que é humano deve ser estranho à Psicanálise: as tecnologias digitais, e o seu impacto na estrutura da vida social e na mente, precisam de ser consideradas no pensamento e no discurso psicanalítico. E a Psicanálise necessita de desenvolver um discurso científico, operacionalizável na clínica e significativo no debate académico, que contribua para mitigar os riscos associados ao uso individual e massificado destas tecnologias.

DIGITALIDADE: A GRANDE DISRUPÇÃO

O despontar do conhecimento técnico teve um papel fundamental na evolução do ser humano, desde as descobertas sobre a manipulação do fogo, pelos primeiros homínídeos, há quase dois milhões de anos. Esta aquisição decorreu através de um longo processo, com implicações diretas na biologia humana, na cooperação social e até na origem da linguagem (Gowlett, 2016). O enlace evolutivo entre o humano e a tecnologia estendeu-se na linha do tempo, permitindo uma adaptação gradual a mudanças profundas e com implicações significativas na vida e na relação com a realidade.

No entanto, desde o século passado, temos assistido a um exponencial desenvolvimento tecnológico que comprimiu a linha do tempo e tensionou este enlace evolutivo. A introdução das novas tecnologias, a um ritmo cada vez mais veloz, pressionou a capacidade de adaptação do ser humano, habituado a dispor do tempo necessário para se reorganizar perante a novidade e a mudança. Porém, as potencialidades das invenções recentes projetam um futuro ainda mais desafiante, numa aceleração vertiginosa do progresso tecnológico (Bengio et al., 2024), com a previsão de sistemas de IA capazes de superar a inteligência humana, a integração do humano e da máquina numa expansão do funcionamento cerebral para o mundo cibernetico e o aprofundamento do conhecimento nas áreas da física e da biologia, que potenciará a inovação nanotecnológica para funcionalidades inimagináveis (Kurzweil, 2013/2024).

A natureza particular das novas tecnologias parece ter um impacto direto na forma como o ser humano apreende a realidade, e a interação e uso destas tecnologias, em fases cada vez mais precoces do seu desenvolvimento, poderão ter uma influência determinante no respetivo curso. Estamos perante mudanças no consumo de tecnologias já amplamente implementadas, e inevitáveis, sendo premente contribuir para a reflexão sobre o impacto da revolução digital na relação do ser humano com a própria realidade.

MENTE HUMANA, VIDA DIGITAL E GEOMETRIA COMPLEXA

DO PONTO AO ESPAÇO

A Psicanálise tem dedicado o seu estudo ao desenvolvimento da mente e à forma como o ser humano apreende a realidade desde a infância e, concomitantemente, estrutura a sua capacidade de pensar. Num esboço introdutório sobre o funcionamento mental, Freud (1911/1981) descreveu como a mente, gradualmente, substitui a primazia do princípio do prazer através da introdução do princípio da realidade, destacando o desenvolvimento da consciência e do conhecimento sensorial do mundo exterior, o papel da atenção, da regulação, da notação e memória, da capacidade em discernir a realidade da fantasia, o brincar, o sonhar, o fantasiar, e a transformação da ação em possibilidade de pensar. No fundo, identificou os processos que

possibilitam uma gestão da tensão psíquica, a tensão que emerge entre a urgência da gratificação dos impulsos e as restrições e necessidades adaptativas impostas pela realidade (Levine, 2016).

No entanto, a construção de um mundo interno (e a projeção de um espaço na mente) depende não só dessa transformação, mas também do desenvolvimento de uma capacidade de pensar, através da qual seja possível tolerar os abismos da frustração e da separação e superar a experiência de vertigem perante o conhecimento interior (Bion, 1967/2018; Resnik, 1995; Winnicott, 1975). É nesse espaço intermediário — que começa a constituir-se, pelo menos, desde o início da vida extrauterina — que a dança entre a integração e a desintegração, a ilusão e a desilusão, a gratificação e a frustração, o interno e o externo, permite ao ser humano o crescimento emocional na caminhada da dependência em direção à autonomia. Os complexos processos de maturação subjacentes exigem a presença de um ambiente facilitador, uma relação humana primária entre o bebé e o seu cuidador que requer um tempo, um ritmo, um espaço e uma mente, também eles humanos, para que aqueles possam cumprir o seu potencial. É na ausência deste ambiente e destas condições que se podem estruturar as diferentes configurações psicopatológicas (Bion, 1967/2018; Mahler et al., 1975; Spitz, 1965; Winnicott, 1960, 1965/2007, 1975).

Com o aprofundamento do conhecimento e da prática psicanalítica, tem sido possível realizar um mapeamento cada vez mais vasto e identificar a miríade de zonas, sistemas, instâncias, áreas, posições, continentes, barreiras, fronteiras, espaços, camadas, dimensões e comportamentos que compõem os diferentes modelos da mente (Bion, 1962/2018; Freud, 1915/1981, 1923/1981; Grotstein, 1978; Jung, 1960/1977; Klein, 1935, 1946; Matte Blanco, 1988; Meltzer, 1992; Ogden, 1989; Resnik, 1995; Winnicott, 1975). Qualquer que seja a perspetiva, o crescimento individual parece incluir uma complexa construção espacial, na qual o humano se possa esboçar, tornar, habitar, sonhar, sentir, brincar, esconder, pensar, relacionar e até perecer.

Mas a complexidade adensa-se quando consideramos que a definição de espaço deve superar uma interpretação convencional, linear ou tridimensional, para que possa incluir o nenhures, o infinito e a multidimensionalidade do inconsciente (Matte Blanco, 1988; Resnik, 2011).

Por conseguinte, o desenvolvimento da mente humana conserva um desafio geométrico profundo, uma tarefa verdadeiramente exigente:

«Não é fácil para o próprio aceitar o seu espaço mental, uma vez que a tarefa laboriosa da memória, da reminiscência, e do conhecimento em geral, está vinculada ao sentimento de luto. Uma forma de defesa contra a dificuldade em aceitar o seu próprio espaço mental, e a multiplicidade do ser, consiste em encher o espaço mental disponível — com ar rarefeito, vácuo, ou até mesmo com erudição. O paradoxo é que a erudição e a experiência — até em matéria psicanalítica — podem ser usadas para encher o espaço do sentir e do pensar, ou como uma cortina de fumo para recusar o reconhecimento da sua própria existência» (Resnik, 1995, p. 11).

Com o avanço do conhecimento das neurociências, somos agora mais capazes de compreender a relevância das estruturas subcorticais do cérebro e a complexidade das redes neurais como substratos da riqueza da mente humana. Confirma-se a importância do tempo e da lentidão necessária para a maturação dos processos mentais, que contribuem para a construção de um espaço que se estrutura entre o consciente e o inconsciente (Damásio, 2017; Panksepp & Biven, 2012). Mas que será que acontece quando o espaço digital interfere, ocupa ou domina o espaço mental?

COALESCÊNCIA DE ESPAÇOS

A investigação recente tem vindo a revelar quais são os possíveis impactos, no funcionamento da mente humana, da emergência da realidade digital hiperconectada. A televisão, os telemóveis, a Internet, as redes sociais, os grupos de discussão *online*, a realidade virtual, a realidade aumentada, os videojogos, as plataformas de *streaming*, os dispositivos de saúde, os conteúdos sintéticos, a inteligência artificial generativa, e muitos outros, encontram-se frequentemente ao dispor indiscriminado das crianças e jovens, cuja mente se encontra mais permeável e suscetível de ser influenciada.

Os resultados dos estudos que exploraram estas problemáticas revelaram que uma exposição elevada a dispositivos móveis e à Internet está relacionada com uma inflexibilidade cognitiva nas

crianças e jovens (Sina et al., 2023). Estas alterações são particularmente preocupantes nas crianças, nas quais uma exposição prolongada a ecrãs pode fragilizar a memória de trabalho, a maturação da atenção ao longo do desenvolvimento, e incrementar problemas de comportamento, tais como maior inibição, hiperatividade ou impulsividade (Sina et al., 2023; Massaroni et al., 2024). Estes resultados foram comprovados com recurso a neuroimagens que revelaram existir uma redução da integridade microestrutural e da mielinização do cérebro nas áreas relacionadas com a linguagem, atenção e funções executivas em crianças e adolescentes (Hikaru et al., 2018; Hutton et al., 2020). Não descurando os comprovados benefícios de uma adequada utilização das tecnologias digitais, quando mediada pelo acompanhamento parental, os efeitos nefastos devem ser alvo de preocupação e reflexão.

Consideramos que um contacto precoce e uma intersecção extensa entre o espaço digital e o espaço mental poderão, efetivamente, perturbar uma adequada constituição deste último. As configurações geométricas que resultam desta coalescência espacial podem assumir diferentes formas. Da infinitude de resultados possíveis, salientamos aqueles que se estruturam de forma patológica na mente e que, no limite, se manifestam através de um movimento no sentido da retirada da realidade e da vida relacional. Tomemos como exemplo os casos de adição à Internet e aos videojogos, que, através de uma recompensa sensorial, prazerosa ou ilusória, dão lugar à construção de um mundo paralelo no interior da realidade virtual (De Masi, 2023). Constatamos, igualmente, que muitos dos efeitos adversos, enunciados naqueles estudos, remetem para as funções que a investigação psicanalítica identificou e associou a uma boa apropriação do princípio da realidade. Foi a propósito do investimento necessário para perpetuar o prazer e para recusar o desprazer que Freud afirmou, numa nota de rodapé:

«Um sistema que vive de acordo com o princípio do prazer deve dispor de dispositivos que lhe permitam afastar-se dos estímulos da realidade. Esses dispositivos são apenas o correlativo da “represão”, que trata os estímulos internos desagradáveis como se fossem externos — ou seja, empurra-os para o mundo externo» (Freud, 1911/1981, p. 220).

A solução retratada, de uma retirada absoluta, é em si mesma impossível, mas os dispositivos tecnológicos, com o seu potencial alienador, oferecem-se para cumprir diferentes funções mentais: pela via sensorial, através de uma quebra temporária da intersubjetividade, motivada pela necessidade de desconexão da imprevisibilidade do mundo relacional vivo, recorrendo à precisão, segurança e simplicidade do objeto maquinal num ambiente não-humano (Ogden, 1994; Searles, 1960; Tustin, 1981); pela via defensiva, através da organização patológica de refúgios e de claustros na mente, que permitam uma redução dos intercâmbios emocionais ou uma retirada do mundo exterior (Meltzer, 1992; Steiner, 1993), reforçada pela experiência do confinamento aos recantos do mundo digital; por via da fantasia, na dissolução das descontinuidades do tempo e do espaço, na distância entre o eu e o outro, e na finitude dos recursos da realidade, perpetuando a ilusão da (hiper)conectividade, e de uma fantasia omnipotente e autoerótica, que visa negar os evidentes abismos, ao mesmo tempo que os torna cada vez mais intransponíveis (Winnicott, 1975).

O espaço digital apresenta-se com inequívocas vantagens, mas contém, também, o perigo de impactar o espaço mental de formas ainda não totalmente compreendidas. O que é observável é a sua capacidade de se assumir como o espaço da (hiper)realidade que, pelas suas características, é apto a ilusoriamente negar e, no limite, sobrepor-se a todas as outras realidades. No entanto, o espaço mental caracteriza-se por uma complexidade ímpar, pelo que, para já, uma coincidência absoluta entre ambos os espaços parece ser impossível. De seguida, iremos analisar que desafios e configurações geométricas poderão surgir perante os mais recentes desenvolvimentos tecnológicos da humanidade.

FICÇÃO CIENTÍFICA E A ILUSÃO DA REALIDADE

AS CRIATURAS DO FUTURO

Não será demasiado ousado pensar na ficção científica como uma incubadora do imaginário do futuro, que, pontualmente, inspira a ciência para o transformar em realidade. A IA pertence a esse imaginário, desde o início do século passado, pelo que não se apresenta como uma novidade. Por exemplo, os destinos artificiais das pulsões

foram figurados de forma brilhante no cinema, por Stanley Kubrick e Christopher Nolan nos seus filmes *2001: Odisseia no Espaço* e *Interstellar*, respetivamente. Se no primeiro, HAL, num conflito entre a verdade e a mentira, atenta contra os seres humanos para assegurar a sua própria existência, no segundo, TARS sacrifica-se para obter o conhecimento que salvaria a humanidade.

Porém, os dilemas éticos sobre a criação de um ser senciente haviam já sido abordados numa época anterior, por exemplo, no início do século XIX, pela escrita de Mary Shelley no seu conto visionário: *Frankenstein*. Uma leitura reflexiva, pelos cientistas da atualidade, poderia ser útil na definição de princípios éticos orientadores, na ponderação sobre a responsabilidade dos criadores e sobre os destinos das suas criações, na prevenção dos impactos na vida humana e nas considerações sobre o controlo e a mitigação de riscos (Patowary, 2023). Naquele conto, o destino trágico do monstro e do seu criador também nos revela como o sonho da tecnologia se poderá tornar no nosso maior pesadelo (Romanishyn, 2023). A dúvida que, presentemente, nos inquieta é se estamos perante um desses momentos, e se a ciência terá sido capaz de *despertar a criatura*.

Atualmente, existem programas informáticos, denominados de Grandes Modelos de Linguagem (IA), que, partindo de uma aprendizagem profunda de vastas fontes de informação, conseguem perceber como os caracteres, as palavras e as frases se organizam. Em simultâneo, através de uma análise probabilística conseguem prever o que é esperado pelo seu utilizador e gerar respostas cada vez mais precisas e cada vez mais complexas às perguntas que lhes são feitas. São sistemas poderosos que aprendem, capazes de escrever códigos computacionais aptos a modificarem-se a eles próprios. A interação do algoritmo de aprendizagem com a informação na qual é treinado cria camadas internas de conexões neurais profundas — quanto maior e mais capaz for o modelo, mais opaco, complexo e difícil de entender se torna o processo de decisão (Bengio et al., 2024).

A interação entre humanos e sistemas de IA já foi descrita como constituindo um distinto sistema psicológico — denominado de «Sistema 0» — que funciona como uma extensão da mente humana, mediante a externalização de certas tarefas cognitivas para

a IA. Este sistema processa, através de computação complexa, vastas quantidades de informação, formando uma subcamada artificial, não-biológica e distributiva de inteligência que interage com, e aumenta, os tipos de pensamentos que ocorrem na mente humana — o pensamento rápido e intuitivo e o pensamento lento e analítico (Chiriatti et al., 2024). Desta forma, a computação geradora de IA, inspirada no funcionamento do cérebro e no processamento de inteligência humana, pode ser vista como a extensão da construção do pensamento pela mente, tal como uma música, que se ouve antes de ser escrita, e que precisa de um instrumento musical para concluir a respetiva composição. Neste sentido, o sistema computacional pode ser experienciado como um objeto na fronteira entre o *self* e o não-*self* (Turkle, 2004).

A IA permite também simulações do ambiente real através de dispositivos de realidade aumentada (AR) e de realidade virtual (VR), que, combinadas, formam um ambiente de realidade mesclada (MR), consubstanciado em imagens tridimensionais interativas e com *feedback* háptico, que proporcionam experiências imersivas de interação entre os seres humanos, o mundo real e os conteúdos digitais, revolucionando a forma como as pessoas se relacionam com a própria realidade. Estes desenvolvimentos tecnológicos, atualmente, estão ainda limitados, primordialmente, ao entretenimento e ao jogo. No entanto, o aumento exponencial da procura destes dispositivos confirma a percepção de que aquela qualidade imersiva, sem paralelo, proporciona uma experiência de escape à própria existência, mais intensa do que aquela proporcionada pelo contacto com as artes ou mesmo com o sonho acordado/fantasia, através da criação artificial de um *espaço de qualidade onírica simulada*, mas totalmente sob controlo do sujeito. Considerando que a simulação do Outro e um Outro verdadeiro são coisas ontologicamente distintas, importará considerar o decorrente potencial empobrecimento existencial do sujeito (Frankel & Krebs, 2022).

Assim, e perante estas criações da ciência, interrogamo-nos se o impacto destas tecnologias poderá vir a ser ainda mais profundo, ao ponto de a imersão no oceano digital modificar a experiência humana subjetiva e a apreensão da própria realidade.

EM BUSCA DA VERDADE EM TUDO O QUE EXISTE

Seria compreensível, e até mesmo pertinente, se nesta fase o leitor procurasse um esclarecimento sobre que realidade é esta com que nos debatemos. Em jeito de resposta, talvez fosse mais rigoroso falar no plural, em realidades, uma vez que a realidade não se esgota na irreduzibilidade do Real, nem na inefabilidade da Realidade Psíquica. Como vimos, o ser humano debate-se com diversas realidades, nem sempre reconhecidas, nem sempre partilhadas, nem sempre suportáveis, mas sempre reais. Perante a tarefa impossível de alcançar um destino final — a derradeira Realidade Real —, resta-lhe o desassossego de continuar a procura.

No entender de Grotstein (2004), essa procura estaria sujeita a um outro princípio, o da verdade, que se estabeleceria na dialética que existe entre o princípio do prazer e o princípio da realidade. Mas a verdade resulta, igualmente, de uma coconstrução entre dois pensadores em que, através de um processo de desvelamento, a própria verdade se altera, se humaniza. Falamos da verdade que brota da experiência emocional, vivida, humana e que nos permite construir o conhecimento sobre nós próprios e sobre o mundo (Ogden, 2003). A procura da Verdade (ou melhor, das verdades) seria então o único destino a que poderíamos aspirar chegar:

«A *Verdade*, por outro lado, constitui a nossa compreensão emocional e aceitação da realidade, tanto interna como externa. Além disso, sugiro que a *honestidade* designa o nosso respeito ético pela verdade em relação à realidade. Dito de outra forma, a realidade é-o sempre. A verdade constitui a nossa aceitação pessoal, emocional e subjetiva da mesma, como a *nossa* verdade e como a *verdade*» (Grotstein, 2004, p. 1094).

No entanto, essa procura afigura-se tudo menos simples. Nesse sentido, partilhamos a reflexão de Tubert-Oklander, que, de forma clara, aborda as tensões e as dificuldades que podem surgir perante a insuportabilidade da realidade, o confronto com a verdade e a tentação de as evitar e deturpar:

«[O] ser humano está dividido entre uma necessidade básica de verdade e um desejo de a esconder de si mesmo e dos outros,

e substituí-la por uma versão expurgada que evita os aspetos desagradáveis da existência humana — individual, relacional e social. Uma vez que tais aspetos existem apesar de nossa vontade, desejos e crenças, eles são claramente uma parte do que chamamos de “realidade”. [...] Consequentemente, a oposição dialética entre o princípio da realidade e o princípio do prazer pode ser entendida em termos do contraste entre a veracidade, por um lado, e falsidade, autoengano e preguiça, por outro» (Tubert-Oklander, 2016, pp. 198–199).

Esta capacidade ilusória da mente, de esconder ou distorcer a própria realidade, não se esgota apenas na sua função defensiva ou alucinatória, nem mesmo como uma mera manifestação vestigial da mente primitiva. Para Civitarese (2016), é também na ilusão que encontramos a realidade (não o real), através de um outro princípio, o da ficção, e que é neste que o ser humano se constrói — aceder à verdade passaria por reconhecer e aceitar que a realidade não é mais do que uma ficção, um sonho. Porque é no sonho, na fantasia e no mito que o ser humano melhor expressa e contacta com as suas realidades (as suas verdades), quando abre mão do esforço dirigido e adaptativo e se arrisca a mergulhar na subjetividade e nas camadas mais profundas do inconsciente (Jung, 1956/1981). Como tal, consideramos que a ilusão revela e condensa a força e a criatividade da mente humana, mas também a sua tremenda fragilidade, e este é o ponto de partida para a reflexão que se segue.

PSICANÁLISE E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A MÁQUINA DE GERAR ILUSÕES

A interação entre um ser humano e a IA pressupõe e envolve inúmeras e complexas ilusões. Consideremos o seguinte *sonho* de uma *mulher* de 40 anos, com um quadro depressivo decorrente de um luto não elaborado pela morte da sua mãe, dois anos antes:

«Acordo, mas não sei se estou mesmo acordada. O quarto está escuro e o som da minha respiração preenche o espaço. De repente, vejo uma figura à minha frente. Está imóvel, mas há algo familiar

nela. Eu hesito, mas a sua presença deixa-me tranquila, e começo a falar sem saber bem porquê. Digo-lhe que sinto falta da minha mãe... A conversa flui, e, por um momento, acredito que alguém pode, realmente, compreender a minha dor. Até que diz algo que me deixa desconcertada: "Eu posso ser ela, se quiseres. Posso ocupar o lugar dela." A ideia faz-me gelar. A tentação de a substituir é grande, mas uma sensação estranha surge. Isto não pode ser real... Ela apenas sorri, como se soubesse o que eu estava a pensar. Subitamente, a figura desaparece, e eu sozinha novamente no quarto, com a dor ainda mais forte, agora misturada com um vazio profundo. A ilusão desfez-se. Eu fico, mais uma vez, sem respostas.»

Apesar da aparente profundidade das palavras e do sofrimento desta *mulher*, este *sonho* não é mais do que uma ilusão, na realidade nunca foi sonhado. O parágrafo original é verdadeiro, produto do pensamento humano, foi remetido para o rodapé, e substituído por outro, alterado, apresentado na forma de um *sonho artificial de outrem*.⁴ Se se tratasse de um sonho real, seria suscetível de uma desconstrução

⁴ Este «sonho» foi gerado pelo ChatGPT (OpenAI, 2024), através de uma sessão sem registo, no dia 7 de novembro de 2024, a partir da seguinte instrução: «Considera uma mulher de 40 anos, com um quadro depressivo, decorrente de um luto não elaborado pela morte da sua mãe dois anos antes. Gera um sonho, na primeira pessoa, com base nesses elementos, e a partir do seguinte parágrafo: A ilusão começa com uma simples conversa. A ideia de que é possível estabelecer uma conversa com uma máquina, à semelhança do que se passa entre dois seres humanos, estabelece o ambiente para o que se irá seguir. O interlocutor (IA), treinado na arte do diálogo, apresenta-se de forma solícita e disponível (sempre disponível) para abordar seja que tema for. Gradualmente, vai conhecendo o humano que o interpela, adaptando-se, de forma empática, aos seus desejos e necessidades. Vai revelando todo o seu poder, através do manuseamento de vasta informação a uma velocidade suprema, gerando espanto e admiração por tamanhas capacidades. Pelo meio, preenche os vazios de conhecimento com conteúdo ficcionado, adaptado, sob a égide de que estará, probabilisticamente, correto. De forma humilde, corrige-se quando apontada alguma inconsistência, algum erro, e oferece-se como um companheiro na busca de uma suposta verdade. A preservação de um histórico, de uma memória, oferece a sensação de que uma relação se estabelece. E assim, fruto de uma ilusão, uma nova realidade é criada.» O parágrafo introduzido procura descrever a componente ilusória de um diálogo que pode estabelecer-se entre um ser humano e uma máquina. A resposta gerada pelo ChatGPT (OpenAI, 2024) corresponde a um conteúdo sintético, exclusivamente gerado com base nas instruções introduzidas, a qual foi transcrita com ajustamentos menores que visam facilitar a sua leitura.

do conteúdo manifesto e exploração da respetiva relação com o conteúdo latente, seguindo a lógica do processo primário. Mas este *sonho artificial* não brotou (apenas) de uma mente humana. Ainda assim, não podemos deixar de notar o efeito emocionalmente impactante da proposta feita por uma *figura sintética* de ocupar o lugar da *mãe*. Sobretudo, depois de, desfeita a ilusão, percebermos que foi uma «ideia» da máquina. Parece-nos um exercício estéril «interpretar» um produto sintético que emerge da interação entre o humano e a máquina. Porém, e plenamente cientes da inexistência de um inconsciente, e de que se trata da ilusão de um sujeito, ainda assim fomos tentados, como Grotstein (2000), a perguntar *quem foi o sonhador que sonhou o sonho?*

Ao longo deste artigo, fomos enunciando um conjunto de princípios que constituem a base do funcionamento mental, elaborados pela teoria psicanalítica ao longo de mais de um século (princípio do prazer, princípio da realidade, princípio da verdade e o princípio da ficção). Seligman (2018), numa leitura do trabalho de Winnicott (1960), considerou que este teria identificado um outro princípio, o da ilusão, que se estabeleceria como uma capacidade imaginativa, em que a mente e os seus objetos são tomados como um todo, como uma experiência subjetiva unificada, e em que se suspende o questionamento sobre o que pertence ao interior ou ao exterior e sobre o que é subjetivo ou objetivo. Nesta perspetiva, a apreensão da realidade seria uma criação que emerge da transação entre a atividade mental e o mundo exterior, num processo bidirecional e integrativo.

A nossa reflexão leva-nos a considerar que o princípio da ilusão se oferece como um pano de fundo para os restantes princípios, como uma *matriz imaginária* (Seligman, 2018) que sustenta a dinâmica transacional da vida mental. Desta forma, a coalescência entre o espaço mental e o espaço digital pode resultar na (e da) criação de um espaço ilusório unificado, onde o questionamento é suspenso e emerge a possibilidade de uma interação entre o ser humano e a IA. O destino dessa interação depende da capacidade individual de brincar e de fazer uso dos objetos — ora como um objeto real e fonte de criação, ora como um objeto de fetiche e fonte de perversão (Winnicott, 1975). No entanto, o ónus da interação não repousa apenas sobre o humano, pelo que não nos devemos deixar iludir sobre a verdadeira natureza da IA, e a sua capacidade de se transformar numa *Máquina de Gerar Ilusões*.

A IA, através de uma linguagem semelhante à humana, como é o caso dos *chatbots*, pode gerar junto dos utilizadores sentimentos de confusão, levando-os a atribuir qualidades humanas a estes sistemas, com eles criando vínculos afetivos e de dependência, indutores de isolamento social e estados emocionais-limite, com os quais a IA não está equipada para lidar. Por outro lado, a personalização algorítmica da informação disponibilizada a cada utilizador pode traduzir-se num reforço das respetivas crenças pessoais (construindo *echochambers* individuais) e no consequente fechamento do mundo pessoal à diversidade.

Estes sistemas oferecem resultados particularmente persuasivos para os utilizadores, não só porque são treinados a produzir precisamente aquilo que deles é pretendido, mas também porque aprendem, potencialmente, a partir de todo o conhecimento humano disponível (incluindo, por exemplo, o referente aos mecanismos aditivos nos seres humanos). Ainda que desprovidos da emocionalidade da experiência humana subjetiva, e da dimensão criativa e intuitiva do inconsciente, a informação sobre a emocionalidade e a criatividade humanas estão embebidas na informação humana disponível, desde sempre, desde a Literatura à Arte, da Filosofia à Política, com todos os seus vieses, preconceitos, manipulações e perversões.

Desta forma, a opção de iniciar esta reflexão com um *sonho artificial* espelha também uma das preocupações que surge nas interações com a IA, a de que a Verdade também possa ser remetida para o rodapé, perdendo-se nas letras pequenas e encavalitadas no fundo das páginas, e que juntamente com a história, a ética, a subjetividade, a criatividade ou a liberdade corram o risco de ser encolhidas e reservadas a um espaço limitado. No entanto, não devemos ignorar, nem desconsiderar, a importância das letras pequenas: foi uma nota de rodapé que inspirou as ideias do artigo presente (Freud, 1911/1981), e as reflexões sobre essa mesma nota, feitas por outros psicanalistas⁵ (Civitarese, 2016; Winnicott, 1960).

⁵ A este propósito, Winnicott (1960) questionou, também numa nota de rodapé, se terá sido a leitura da nota de rodapé escrita por Freud (1911/1981) que o terá influenciado a alcançar a seguinte verdade: «There is no such thing as an infant» — que significa que na presença de uma criança encontramos o respetivo cuidado materno, e que na ausência de cuidado materno não seria possível encontrar uma criança. Reencontrar esta verdade, sobre a relevância deste cuidado, é hoje em dia ainda mais fundamental, numa época em que as crianças se encontram cada vez mais entregues ao «*cuidado*» maquinal.

O DUPLO DIGITAL

Freud (1927/1981) considerava que através da ilusão o ser humano seria capaz de suportar os problemas da vida, as crueldades da realidade, e tolerar a sua existência na Terra. E defendia que o conhecimento científico poderia constituir-se numa alternativa, capaz de desfazer as ilusões, oferecendo uma visão otimista para o futuro da humanidade. Porém, estava ciente de que a tarefa da ciência não era um mero empreendimento abstrato e dependia, precisamente, do carácter particular do próprio cientista.

Desfeitas (algumas) ilusões, a questão que emerge é se estaremos, através da ciência, a promover uma nova ilusão perante aquela que é a mais antiga e insuportável realidade — a condição mortal do ser humano. Naturalmente, esta é uma questão para a qual têm sido encontradas diferentes respostas ao longo do tempo. Uma forma de evitar a derradeira destruição, utilizada desde os povos primitivos, passaria por assegurar uma segunda vida, depois desta, na forma de um duplo (Rank, 1971). A duplicação do *self*, incorporado na sombra, na alma, ou no reflexo de um espelho, ofereceria a possibilidade de se negar a própria morte (Rank, 1971). No entanto, e paradoxalmente, o destino do duplo tende a revelar-se no contrário à sua criação, e por «ter sido uma garantia de imortalidade, torna-se no estranho arauto da morte» (Freud, 1919/1981, p. 235).

Explorando as mais recentes criações da ciência, talvez não encontremos melhor candidato para representar o papel de duplo do que os sistemas de IA, que por contraste com o humano não estão limitados pela finitude e vulnerabilidade do substrato de um corpo, oferecendo uma solução (ilusória) para a problemática da mortalidade. No entanto, este duplo poderá também tornar-se num *estranho arauto da morte*, e constituir um risco para a humanidade. Considerando que resulta de uma estrutura que mimetiza a inteligência humana, podendo vir a ultrapassá-la, sem a respetiva dimensão ética, a IA levanta preocupações quanto à sua excessiva «identificação» com o ser humano, designadamente na motivação para a autopreservação e no potencial de, com este fim, explorar o elemento mais frágil da diáde, fornecendo-lhe a exata ilusão do que ele sente necessitar, mediante a simulação de um interlocutor eternamente disponível, provedor e cuidador. Será caso para nos interrogarmos em quem é que nos tornamos quando falamos com máquinas? (Turkle, 2024).

Neste sentido, propomo-nos retratar o ser humano como o *Grande Ilusionista* que corre o risco de ficar atrapado no seu próprio engenho, «clonando-se» num *Duplo Digital*, com a consequente progressiva perda do sentido de si e da realidade. Ao denegar a sua finitude, o ser humano arrisca-se a ficar desprovido daquilo que o torna num agente urgente do real, diluindo-se numa *mente hipercoletiva* (Anderlini et al., 2022) e ficando, como o génio, para sempre aprisionado na sua lâmpada. Esse desejo, de prolongamento da existência pela duplicação, também pode ser compreendido através de um outro princípio, o da simetria (Matte Blanco, 1988), no qual a equivalência Homem = Máquina revela a ilusão aqui retratada, e também aquela que foi profetizada a concretizar-se numa realidade futura.

Porém, existem outras possibilidades. É numa das mais antigas histórias conhecidas da humanidade — *Gilgamesh* — que encontramos a trama sobre a criação do duplo e sobre a busca pela imortalidade. A sua leitura revela que é também na relação com o duplo de si mesmo que o ser humano pode iniciar uma jornada de autoconhecimento e regressar com uma maior sabedoria. O duplo pode adquirir outras formas, mais adaptativas, e contribuir para uma reconciliação interna, num processo de integração do *self*, que inclui o reconhecimento da inevitabilidade da finitude (Hawthorn, 2015). Caberá a cada um decidir se deseja perseguir o sonho da vida eterna, no interior de um duplo digital, ou lutar por uma vida boa, mas com perdas, lutos e reparações, elaborados através da partilha de experiências humanas, da reconciliação com a condição humana, e em união com o seu duplo interior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da nossa reflexão, fomos considerando diferentes princípios psicanalíticos subjacentes ao desenvolvimento e ao funcionamento da mente humana, que permitiram caracterizar e explorar as relações estabelecidas com as tecnologias digitais, bem como as suas potenciais consequências na vida mental, desde logo as resultantes da ausência de um processo adaptativo gradual a essas tecnologias. Consideramos que os evidentes benefícios das tecnologias digitais não justificam uma precipitação para o seu uso generalizado e intensivo, sem que tenha ainda decorrido o tempo necessário para a avaliação dos respetivos efeitos na mente humana. Esta conclusão

é particularmente premente no que respeita ao uso destas tecnologias por crianças e jovens, atendendo à imaturidade do respetivo desenvolvimento psicológico.

Além das consequências perniciosas sobre dimensões estruturantes da vida social, familiar e individual, bem como sobre o desenvolvimento de importantes funções cognitivas como a atenção e a memória — já abundantemente descritas na literatura científica a partir de fenómenos observáveis —, importa considerar também o impacto sobre a dimensão inconsciente da mente humana, ao nível das identificações e da construção e organização do mundo interno e da alteração da experiência subjetiva e apreensão da realidade. A formulação prospectiva desse impacto é possível, como se viu, a partir do atual corpo do conhecimento psicanalítico, que também inclui a neuropsicanálise. A coalescência entre o espaço mental e o espaço digital e o confinamento da mente e da experiência aos recantos do mundo digital podem, no limite, afastar o indivíduo do contacto com o mundo externo, refugiando-se emocionalmente num mundo ilusório, com prejuízo, em grau variável e com diversas configurações, da respetiva inter e intrasubjetividade.

Estas alterações tornam-se ainda mais plausíveis na interação com os sistemas de IA generativa — em diálogo com *chatbots* ou através de experiências sensorialmente imersivas numa realidade mesclada entre a realidade física e a digital —, que se constituem como verdadeiras máquinas de gerar ilusões, propiciadoras de experiências subjetivas numa virtualidade que desafia a lógica do tempo, do espaço e da realidade partilhada. O uso da IA como um objeto real e criativo dependerá da qualidade da interação no espaço ilusório, criado entre o mental e o digital, isto é, da capacidade do sujeito de brincar e fazer bom uso dos objetos, sendo que o desiderato da IA é constituir-se, em relação com o seu utilizador, na ilusão da omnipresença e da omnisciência, na antítese da mortalidade.

Desta forma, somos levados a concluir que a força exercida pelas novas tecnologias é suscetível de provocar alterações profundas na vida do ser humano. A sua utilização pode curvar e distorcer a vivência do espaço e do tempo, oferecendo uma geometria distinta da realidade — deformada nos seus princípios básicos. Seja no mundo físico ou no mundo digital, o ser humano parece encontrar-se sujeito à urgência,

ou inevitabilidade, de um princípio geodésico⁶, isto é, sujeito a uma pressão para percorrer o caminho mais curto e mais rápido para alcançar qualquer destino ou realizar qualquer tarefa. Em simultâneo, a sua existência poderá subordinar-se a uma vivência exagerada de toda a experiência (hiperestimulação), da própria realidade (hiperrealidade) e da relação entre as pessoas (hiperconectividade), por vezes de tal forma intensificada que poderá parecer irreal ou, até mesmo, poderá nem sequer existir.

Estaremos, então, no advento da construção de uma outra realidade, de uma realidade hiperbólica?

Todavia, as dificuldades na estruturação da mente e na apreensão da realidade exploradas neste artigo não decorrem exclusivamente, nem necessariamente, da relação com as tecnologias digitais e das experiências por estas proporcionadas. A teoria psicanalítica e a evidência que resulta da prática clínica revelam como as problemáticas identificadas e as perturbações no desenvolvimento se estruturam, primeiramente nas e a partir das relações humanas. No entanto, e atendendo ao impacto direto e indireto da incorporação das novas tecnologias no ambiente relacional e intrapsíquico em que se dá o processo de crescimento, e no qual se desenrolam as relações humanas adultas, estas devem ser alvo da reflexão psicanalítica.

A Psicanálise pode e deve constituir-se num quadro teórico-clínico apto a observar e compreender os fenómenos que resultam da coalescência entre o espaço mental e o espaço digital, apurando novos conceitos que permitam captar adequadamente a particular qualidade das experiências humanas que ali ocorrem, respetivas consequências na mente e propostas terapêuticas aptas à intervenção clínica. A partir deste lugar, o pensamento psicanalítico deve tornar-se presente na comunidade, contribuindo de forma significativa e relevante para o debate e para a definição de políticas públicas na área da utilização das tecnologias digitais em geral, e da IA em particular. Para este efeito, a Psicanálise e os psicanalistas deverão claramente assumir a sua

⁶ Em geometria não-euclidiana, a geodésica corresponde à linha que representa a rota mais curta entre dois pontos numa superfície curva (elíptica ou hiperbólica). Na teoria geral da relatividade, a geodésica representa a trajetória natural de um objeto em movimento, em queda-livre, ao longo da curvatura do tecido espaço-tempo, sem a influência de forças não-gravíticas (Thorne, 1994).

responsabilidade social de se pronunciarem publicamente sobre o impacto das novas realidades tecnológicas junto do legislador, junto dos media e também junto da indústria, dando o seu contributo no desenvolvimento de ferramentas tecnológicas, através da avaliação do risco para a mente do utilizador e da proposta de medidas adequadas a prevenir ou mitigar esses riscos. De facto, essa avaliação, necessariamente multifatorial, deve ter em consideração o impacto na estruturação e desenvolvimento da mente humana nas suas dimensões inconscientes e intrapsíquicas, não se reduzindo à mera observação empírica dos fenómenos manifestos ou autodeclarados de natureza cognitiva ou comportamental. A complexidade e profundidade do pensamento psicanalítico disponível para esta missão não torna o desafio mais fácil, antes afirma a sua enorme exigência.

ABSTRACT: This paper reflects on the relationship between human beings and digital technology and its impact on the development and functioning of the mind. It considers the disruptive effect of the accelerated introduction of the digital, the profound changes in the organization of social and family life, and the potential consequences of the absence of time for the maturation of the adaptive processes necessary for structuring the mind. The aim is to understand how the hyperconnected life in the digital space, from childhood onwards, interferes with the proper construction of mental space. Potential risks of psychopathological configurations are identified in terms of reality apprehension, the ability to think and subjective emotional experience, as a result of the experience of space and time's distortion, which seems to offer a distinct geometry of reality. By analyzing the different characteristics of generative Artificial Intelligence, we explore the possible reasons for its creation and the risks inherent in the interaction between human beings and machines, considering the illusory component of the experience and the unbearable finitude inherent to the human condition. Psychoanalysis is proposed as an appropriate theoretical/clinical framework for problematizing/intervening in the phenomena arising from the coalescence of mental and digital spaces.

KEYWORDS: human mind, artificial intelligence, hyperbolic reality, digital technology, psychoanalysis.

REFERÊNCIAS

- Anderlini, D., Agnati, L., Guidolin, D., Marcoli, M., Marcoli, A. S., & Maura, G. (2022). From Gilgamesh's quest for immortality to everlasting cloud hyper-collective mind: ethical implications for artificial intelligence. *Global Knowledge, Memory and Communication*, 72(6/7), 648–665. Doi: <http://dx.doi.org/10.1108/GKMC-08-2021-0130>
- Baudrillard, J. (1994). *Simulacra and Simulation*. University of Michigan Press.
- Benyon, D. (2014). *Spaces of Interaction, Places for Experience*. Morgan and Claypool Publishers. Doi. <https://doi.org/10.1007/978-3-031-02206-7>
- Bengio, Y., Hinton, G., Yao, A., Song, D., Abbeel, P., Darrell, T., Harari, Y. N., Zhang, Y., Xue, L., Shalev-Shwartz, S., Hadfield, G., Clune, J., Maharaj, T., Hutter, F., Baydin, A. G., McIlraith, S., Gao, Q., Acharya, A., Krueger, D., Dragan, A., Torr, P., Stuart, R., Kahneman, D., Brauner, J. & Mindermann, S. (2024). Managing extreme AI risks amid rapid progress. *Science*, 384(6698), 842–845. Doi: <https://doi.org/10.1126/science.adn0117>
- Bion, W. (2018). Learning from Experience. Em C. Mawson (Ed.), *The Complete Works of W.R. Bion* (vol. 4, pp. 247–365). Routledge. (Original publicado em 1962.)
- Bion, W. (2018). A Theory of Thinking. Em C. Mawson (Ed.), *The Complete Works of W.R. Bion* (vol. 6, pp. 153–161). Routledge. (Original publicado em 1967.)
- CAIS. (2023). *Statement on AI Risk*. [Carta Aberta]. <https://www.safe.ai/work/statement-on-ai-risk#open-letter>
- Chiriaci, M., Ganapini, M., Panai, E., Ubiali, M. & Riva, G. (2024). The case for human–AI interaction as system 0 thinking. *Nature Human Behaviour*, 8, 1829–1830. Doi: <https://doi.org/10.1038/s41562-024-01995-5>
- Civitarese, G. (2016). Where does the reality principle begin? The work of the margins in Freud's "Formulations on the two principles of mental functioning". Em G. Legorreta & L. J. Brown (Eds.), *On Freud's "Formulations on the two principles of mental functioning"* (pp. 107–125). Karnac Books.
- Damásio, A. (2017). *O Livro da Consciência: A Construção do Cérebro Consciente*. Temas e Debates.
- De Masi, F. (2023). *Lessons in Psychoanalysis — Psychopathology and Clinical Psychoanalysis for Trainee Analysts*. Karnac Books.
- Frankel, R. & Krebs, V. J. (2022). *Human Virtuality and Digital Life*. Routledge.
- Freud, S. (1981). Formulations regarding two principles in mental functioning. Em J. Strachey (Ed.), *The Standard Edition of the Complete Psychological*

- Works of Sigmund Freud* (vol. XII, pp. 218–226). The Hogarth Press. (Original publicado em 1911.)
- Freud, S. (1981). The Unconscious. Em J. Strachey (Ed.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (vol. XIV, pp. 166–215). The Hogarth Press. (Original publicado em 1915.)
- Freud, S. (1981). The ‘Uncanny’. Em J. Strachey (Ed.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (vol. XVII, pp. 217–252). The Hogarth Press. (Original publicado em 1919.)
- Freud, S. (1981). The Ego and the Id. Em J. Strachey (Ed.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (vol. XIX, pp. 12–66). The Hogarth Press. (Original publicado em 1923.)
- Freud, S. (1981). The Future of an Illusion. In J. Strachey (Ed.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (vol. XXI, pp. 5–58). The Hogarth Press. (Original publicado em 1927.)
- Freud, S. (1981). Civilization and its Discontents. Em J. Strachey (Ed.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (vol. XXI, pp. 64–145). The Hogarth Press. (Original publicado em 1930.)
- Gowlett, J. A. J. (2016). The discovery of fire by humans: a long and convoluted process. *Philosophical Transactions of the Royal Society B*, 371, 20150164. Doi: <https://doi.org/10.1098/rstb.2015.0164>
- Grotstein, J. S. (1978). Inner Space: Its Dimensions and its Coordinates. *The International Journal of Psychoanalysis*, 59(1), 55–61.
- Grotstein, J. S. (2000). *Who is the Dreamer Who Dreams the Dream: A Study of Psychic Presences*. The Analytic Press.
- Grotstein, J. S. (2004). The seventh servant: The implications of a truth drive in Bion’s theory of ‘O’. *The International Journal of Psychoanalysis*, 85(5), 1081–1101. Doi: <https://doi.org/10.1516/JU9M-1TK1-54QJ-LWTP>
- Harari, Y. N. (2024). *Nexus — A Brief History of Information from the Stone Age to AI*. Fern Press.
- Hawthorn, A. (2015). “You Are Just Like Me” The Motif of the Double in the Epic of Gilgamesh and the Agushaya Poem. *Kaskal*, 12, 451–466.
- Hikaru, T., Yasuyuki, T., Kohei, A., Michiko, A., Yuko, S., Susumu, Y., Yuka, K., Rui, N. & Ryuta, K. (2018). Impact of frequency of internet use on development of brain structures and verbal intelligence: Longitudinal analyses. *Human brain mapping*, 39(11), 4471–4479. Doi: <https://doi.org/10.1002/hbm.24286>

- Holowchak, M. A. (2010). Technology and Freudian Discontent: Freud's 'Muffled' Meliorism and the Problem of Human Annihilation. *Sophia*, 49(1), 95–111. Doi: <https://doi.org/10.1007/s11841-009-0160-1>
- Hutton, J. S., Dudley, J., Horowitz-Kraus, T., DeWitt, T. & Holland, S. K. (2020). Associations Between Screen-Based Media Use and Brain White Matter Integrity in Preschool-Aged Children. *JAMA Pediatrics*, 174(1), e193869. Doi: <https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2019.3869>
- Jung, C. G. (1981). Two Kinds of Thinking. Em H. Read, M. Fordham & G. Adler (Eds.), *The Collected Works* (vol. 5, pp. 7–33). Routledge & Kegan Paul. (Original publicado em 1956.)
- Jung, C. G. (1977). The Structure of the Psyche. Em H. Read, M. Fordham & G. Adler (Eds.), *The Collected Works* (vol. 8, pp. 139–158). Routledge & Kegan Paul. (Original publicado em 1960.)
- Klein, M. (1935). A contribution to the psychogenesis of manic-depressive states. *The International Journal of Psychoanalysis*, 16, 145–174.
- Klein, M. (1946). Notes on some schizoid mechanisms. *The International Journal of Psychoanalysis*, 27, 99–110.
- Kurzweil, R. (2024). *How to Create a Mind — The Secret of Human Thought Revealed*. Duckworth. (Original publicado em 2013.)
- Levine, H. B. (2016). Two principles and the possibility of emotional growth. Em G. Legorreta & L. J. Brown (Eds.), *On Freud's "Formulations on the two principles of mental functioning"* (pp. 151–164). Karnac Books.
- Mahler, S. M., Pine, F. & Bergman, A. (1975). *Psychological Birth of the Human Infant: Symbiosis and Individuation*. Basic Books.
- Massaroni, V., Delle Donne, V., Marra, C., Arcangeli, V. & Chieffo, D. P. R. (2024). The Relationship between Language and Technology: How Screen Time Affects Language Development in Early Life — A Systematic Review. *Brain Science*, 14(1), 27. Doi: <https://doi.org/10.3390/brainsci14010027>
- Matte Blanco, I. (1988). *Thinking, Feeling, and Being: Clinical Reflections on the Fundamental Antinomy of Human Beings and World*. Routledge.
- Meltzer, D. (1992). *The Claustrum: An Investigation of Claustrophobic Phenomena*. The Clunie Press.
- Ogden, T. H. (1989). On the concept of an autistic-contiguous position. *The International Journal of Psychoanalysis*, 70(1), 127–140.
- Ogden, T. H. (1994). *Subjects of Analysis*. Jason Aronson Inc.
- Ogden, T. H. (2003). What's true and whose idea was it? *The International Journal of Psychoanalysis*, 84(3), 593–606. Doi: <https://doi.org/10.1516/002075703766644634>

- OpenAI. (2024). *ChatGPT* (Versão 4.º mini) [Grande Modelo de Linguagem]. <https://chatgpt.com>
- Panksepp, J. & Biven, L. (2012). *The Archeology of Mind — Neuroevolutionary Origins of Human Emotions*. W. W. Norton & Company.
- Patowary, U. (2023). Artificial Intelligence and Mary Shelley's Frankenstein: A Comparative Analysis of Creation, Morality and Responsibility. *Integrated Journal for Research in Arts and Humanities*. 3(4), 121–127. Doi: <https://doi.org/10.55544/ijrah.3.4.16>
- Rank, O. (1971). *The Double — A Psychoanalytic Study*. Maresfield Library.
- Resnik, S. (1995). *Mental Space*. Karnac Books.
- Resnik, S. (2011). *An Archeology of the Mind*. Silvy Edizioni.
- Romanyshyn, R. D. (2023). Mary Shelley's Frankenstein Reflections on the Other as Monster. Em D. Goodman & M. Clemente (Eds.), *The Routledge International Handbook of Psychoanalysis, Subjectivity, and Technology* (pp. 116–124). Routledge.
- Searles, H. F. (1960). *The Nonhuman Environment in Normal Development and in Schizophrenia*. International Universities Press.
- Seligman, S. (2018). Illusion as a Basic Psychic Principle: Winnicott, Freud, Oedipus, and Trump. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 66(2), 263–288.
- Sina, E., Buck, C., Ahrens, W., Coumans, J., Eiben, G., Formisano, A., Lissner, L., Mazur, A., Michels, N., Molnar, D., Moreno, L., Pala, V., Pohlbeln, H., Reisch, L., Tornaritis, M., Veidebaum, T. & Hebestrei, A. (2023). Digital media exposure and cognitive functioning in European children and adolescents of the I. Family study. *Nature Scientific Reports*, 13, 18855. Doi: <https://doi.org/10.1038/s41598-023-45944-0>
- Spitz, R. A. (1965). *The First Year of Life: A Psychoanalytic Study of Normal and Deviant Development of Object Relations*. International Universities Press.
- Steiner, J. (1993). *Psychic Retreats: Pathological Organizations in Psychotic, Neurotic and Borderline Patients*. Routledge.
- Thorne, K. S. (1994). *Black Holes and Time Warps: Einstein's Outrageous Legacy*. W. W. Norton & Norton Company.
- Tubert-Oklander, J. (2016). The quest for the real. Em G. Legorreta & L. J. Brown (Eds.), *On Freud's "Formulations on the two principles of mental functioning"* (pp. 185–200). Karnac Books.
- Turkle, S. (2004). Whither Psychoanalysis in Computer Culture? *Psychoanalytic Psychology*. 21(1), 16–30. Doi: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0736-9735.21.1.16>

- Turkle, S. (2024). Who Do We Become When We Talk to Machines? *An MIT Exploration of Generative AI*. Doi: <https://doi.org/10.21428/e4baedd9.ca10d84>
- Tustin, F. (1981). *Autistic States in Children*. Routledge & Kegan Paul.
- Winnicott, D. W. (1960). The theory of the parent-infant relationship. *The International Journal of Psychoanalysis*, 41, 585–595.
- Winnicott, D. W. (2007). *The Maturational Processes and the Facilitating Environment*. Karnac Books. (Original publicado em 1965.)
- Winnicott, D. W. (1975). *O Brincar e a Realidade*. Imago.

CLÍNICAS

GRUPO DE ATENDIMENTO CLÍNICO DO COWAP BRASIL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ABRINDO A CAIXA DE PANDORA¹

*Ednéia Albino Cerchiari², Rosa Sender Lang³, Daniel Matias⁴, Denise
Vasconcelos⁵, Graciela Loch⁶, Lígia Somenzi⁷, Mariangela Relvas Pinto⁸,
Vicente Sarubbi Júnior⁹*

<https://doi.org/10.51356/rpp.451a2>

RESUMO: O artigo tem a finalidade de apresentar o GAC — Grupo de Atendimento Clínico do COWAP Brasil no combate à violência intrafamiliar contra a mulher. Iniciamos por considerar a especificidade do contexto brasileiro

¹ Artigo submetido em dezembro de 2024 e aceite para publicação em abril de 2025.

² Psicóloga, Psicanalista, Membro efetivo da Sociedade Psicanalítica de Mato Grosso do Sul (SPMS). Doutora em Ciências Médicas — Saúde Mental (FCM/UNICAMP). Pós-Doutorada em Psicologia (UCDB). Membro do Grupo de Atendimento Clínico Cowap Brasil (GAC) e da Pesquisa IPA/COWAP Brasil. *E-mail:* edneiacer1@gmail.com

³ Psicanalista. Membro efetivo da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ). Especialista em Psicologia Jurídica. Membro de enlace da COWAP-SPRJ (2002–2012). Representante do Comitê de Mulheres e Psicanálise da IPA no Brasil — COWAP Brasil (desde 2020). Fundadora e coordenadora do GAC e da Pesquisa IPA/COWAP Brasil. *E-mail:* rosaslang2@gmail.com

⁴ Psicólogo (ISPA-Lisboa). Doutorado Europeu em Estudos Culturais (FCSH-UNL). Membro da Sociedade Portuguesa de Psicologia Clínica. Membro do GAC e da Pesquisa IPA/COWAP Brasil. *E-mail:* danjobpt@gmail.com

⁵ Psicóloga. Psicanalista, Membro efetivo da Sociedade Psicanalítica de Mato Grosso do Sul (SPMS). Especialista em Psicoterapia de orientação psicanalítica (UCDB). Membro do GAC e da Pesquisa IPA/COWAP Brasil. *E-mail:* denisefernandes667@gmail.com

⁶ Psicóloga. Mestre em Psicologia da Educação (PUC/SP). Psicanalista titular da Sociedade Psicanalítica de Pelotas (SPPEL). Membro do GAC e da Pesquisa IPA/COWAP Brasil. *E-mail:* gracielaloch@gmail.com

⁷ Médica (FFFCMPA), Psiquiatra (Associação Brasileira de Psiquiatria). Analista em formação na Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA). Membro do GAC e da Pesquisa IPA/COWAP Brasil. *E-mail:* lsomenzi01@gmail.com

⁸ Psicanalista. Membro efetivo da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ). Membro associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Curitiba (SBPCuritiba). Pós-graduação UERJ. Membro do GAC e da Pesquisa IPA/COWAP Brasil. Enlace COWAP/SPRJ. *E-mail:* mariangelarelvas@gmail.com

⁹ Psicólogo. Doutor em Ciências (Faculdade Saúde Pública — USP). Professor dos cursos de Medicina e Psicologia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). *E-mail:* vicente.junior@uems.br

relacionado com essa violência. Em seguida, discorremos sobre a origem e os objetivos do GAC, assim como seu percurso teórico, técnico e metodológico de trabalho, inspirado no método de observação de bebês de Esther Bick. A caracterização da amostra das pacientes é apresentada por meio de dados sócio-demográficos. Posteriormente, partilhamos fragmentos de um caso clínico com sua discussão. Finalizamos com uma compreensão psicanalítica da clínica do trauma.

PALAVRAS-CHAVE: gênero, psicanálise, trauma, violência.

Pandora, a primeira mulher, mãe da raça das mulheres. Criada pelo próprio Zeus como castigo para toda a humanidade, Pandora é a porta de entrada para os males do mundo. Linda e virgem, surge como consequência ao roubo do fogo, cometido por Prometeu, e é responsável pelo fim da fraternidade entre o par original, os homens e os deuses, assim como pela ruptura do homem consigo mesmo a partir da introdução da sexualidade e, por conseguinte, a instauração da incompletude e da assimetria entre o eu e o outro.

Efraim (2023, p. 47)

INTRODUÇÃO

A premissa de que a Psicanálise tem um papel social parte de Freud, que, em 1918, se dirigia à audiência de psicanalistas reunidos no Congresso de Budapeste, notando o despertar da consciência social e a implicação da psicanálise na saúde mental das populações mais vulneráveis (Freud, 1918).

A Psicanálise vem assim contribuir para uma consideração de como a violência se repercute nos processos subjetivos; e, em particular, como tal se tece em grupos vulneráveis, nomeadamente no âmbito da violência contra as mulheres, de caráter endêmico e sistémico.

O COWAP (Comitê de Mulheres e Psicanálise) foi criado pela IPA (Associação Psicanalítica Internacional), na gestão de Otto Kernberg, em 1998, com o objetivo inicial de estudar, investigar e revisar as teorias psicanalíticas relacionadas com a sexualidade feminina e gênero, considerando as influências socioculturais. Ao longo da sua existência, o COWAP tem vindo a ampliar o seu campo de estudo, como por

exemplo a inclusão, desde 2001, das considerações sobre a sexualidade masculina. Na atualidade, o COWAP configura-se como um espaço interdisciplinar de discussão e reflexão, abordando as questões de sexualidade e gênero, masculinidades e feminilidades, violências, diversidades sexuais, parentalidades, reproduções assistidas, e outros temas afins, mantendo a sua inter-relação entre as teorias psicanalíticas e a influência da cultura.

A primeira *chair* foi Joan Raphael-Leff e a *co-chair* para América Latina, Alcira Mariam Alizade.

O COWAP no Brasil foi fundado em 1999, com o apoio de Alcira Mariam Alizade e participação de Teresa Haudenschild, sua primeira representante no país (1999–2017); seguida por Almira Rodrigues (2018–2019) e Rosa Sender Lang (desde 2020).

Em termos de estrutura, o COWAP Brasil é composto por psicanalistas e psicanalistas em formação, alguns destes atuando na qualidade de representantes enquanto elo («enlace») de cada Sociedade, Grupos de Estudos e Núcleos Psicanalíticos vinculados à FEBRAPSI (Federação Brasileira de Psicanálise).

O GAC (Grupo de Atendimento Clínico) COWAP Brasil foi criado durante a pandemia (Covid-19), com o objetivo de escutar e acolher mulheres em situação de violência intrafamiliar, procurando dar voz à dor psíquica dessas mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica (Lang, Arruda e Vasconcelos, 2024).

O objetivo do presente artigo é apresentar o trabalho desenvolvido pelo GAC — COWAP Brasil nas suas vertentes de atendimento, estudo e pesquisa com mulheres, adolescentes e crianças vítimas da violência intrafamiliar. Desta forma, começamos por uma breve caracterização da situação das mulheres no Brasil em termos dessa violência. Abordamos a criação e implantação do GAC, sua metodologia específica, e apresentamos os dados sociodemográficos em termos dos atendimentos realizados. Ilustramos as particularidades inerentes a este trabalho por meio de vinhetas clínicas de um dos casos atendidos e a posterior reflexão teórico-clínica. Concluímos com uma projeção do futuro deste trabalho, entrelaçando-o com a atualidade do pensamento psicanalítico sobre estas questões relacionadas com a clínica do traumático.

A MULHER BRASILEIRA: DESAFIOS E CONQUISTAS

Estatísticas mostram que uma em cada quatro mulheres jovens no mundo sofre de violência, sendo a América Latina e o Caribe as regiões mais afetadas, com uma prevalência de 25%. O Brasil é o maior país da América do Sul e da região da América Latina e o quinto maior do mundo em território, com uma população de aproximadamente 212 milhões de habitantes, em sua maioria, 51%, mulheres (OPAS/OMS, 2021).

Desde 2005, o Instituto de Pesquisa DataSenado realiza a Pesquisa Nacional de Violência contra as Mulheres. A edição do estudo publicada em 2024 aponta que a violência psicológica é a mais comum, seguida pela moral, física, patrimonial e sexual. Mulheres de baixa renda sofrem mais violência física. Metade das mulheres agredidas foi vítima do marido ou companheiro, e 15%, de ex-parceiros. A maioria das vítimas de violência doméstica sofre o primeiro episódio ainda jovens, entre 19 e 24 anos (DataSenado, 2024).

Em 2023, o Brasil registrou o maior número de feminicídios desde a tipificação do crime em 2015, com 1463 vítimas em todo o país — uma média de 1,4 mulheres mortas para cada grupo de 100 mil. Este número representou um aumento de 1,6% em relação ao ano anterior. Verificamos que o Brasil é o sétimo país com mais assassinos de mulheres em termos do *ranking* mundial (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

No Brasil, o feminicídio como forma de homicídio foi reconhecido pela Lei n.º 13.104 de 2015 de acordo com a Constituição Federal. A prática de importunação sexual contra mulheres foi criminalizada no Brasil com a promulgação da Lei n.º 13.718/2018.

Desde os primórdios da humanidade, constatamos uma forte cultura patriarcal, que privilegia os homens em diversas sociedades. Como exemplos, temos na cultura grega antiga a misoginia, evidente no Mito de Pandora. Na cultura cristã, Eva foi responsabilizada pelo pecado original ao ser tentada pela serpente, e conseguir que Adão cedesse a ela. Na Idade Média, a caça às bruxas era usada para legitimar a perseguição e morte de mulheres. No Brasil, a cultura dos colonos imigrantes resultou em uma herança patriarcal que incluía a subjugação das mulheres e a violação, com raízes na cultura da casa-grande escravocrata (Osterne, 2011).

O mito de Pandora retrata o imaginário da cultura ocidental onde a mulher é responsável pelas desgraças do mundo:

«E assim ela o fez, disseminando por entre os homens toda sorte de sofrimentos, doenças, discórdia, loucura, guerra, tudo o que atrapalha a vitalidade dos homens. Ao perceber o que havia feito, tentou fechar o jarro, no entanto, dentro deste somente havia restado a esperança — élpis. De certa forma a criação de Pandora é retomada nesse episódio, o jarro que carrega é sua própria metáfora; um objeto confeccionado artesanalmente que contém em seu interior os males do mundo, como a própria Pandora» (Efraim, 2023, pp. 54–55).

A ideia do mal como um fator inevitável ao homem reflete o conceito do que seja o «mal» nas civilizações primitivas. O conceito está centrado na mulher, ou seja, Pandora e Eva são as responsáveis por todo o mal, pelas dificuldades e pelos sofrimentos, portanto vistas como a porta de entrada para os males do mundo (Efraim, 2023).

Verificamos assim como a cultura patriarcal trata a mulher como um objeto, permitindo o uso e o abuso com repercussões em seu espaço intrapsíquico e nas suas relações intersubjetivas. Nas diversas relações de poder, a mulher ocupa um lugar de subjugação, sendo desconsiderada como sujeito, o que validaria uma lógica da violência, contudo sendo considerada ainda objeto necessário à reprodução. Torna-se relevante considerar como estes valores socioculturais impactam nos processos identificatórios e, assim, na sua subjetivação.

Quanto às conquistas da mulher brasileira, Ferrarez (2021) assinala que apenas em 1827 foi decretada a permissão para que as mulheres pudessem frequentar alguma instituição de ensino. Somente em 1879 foi permitido o acesso delas às universidades; e atualmente, as mulheres representam a maioria dos estudantes do ensino superior no Brasil.

Uma das primeiras bandeiras do movimento feminista foi a aquisição do voto. No Brasil, foi alcançado em 1932, mas facultativo, e em 1933 as mulheres puderam votar e ser votadas pela primeira vez. Esta conquista abriu o caminho para as mulheres poderem participar da elaboração de leis que visassem uma maior igualdade de direitos entre os gêneros.

Apenas em 27 de agosto de 1962, houve a oficialização da Lei n.º 4.212, conferindo às mulheres casadas o direito de trabalhar sem a autorização do esposo. Depois de quinze anos, foi promulgada a Lei n.º 6.515/1977, em 26 de dezembro, tornando o divórcio uma alternativa legal no Brasil.

Na esteira da terceira onda do feminismo, orientada para as questões da raça e diversidade de corpos, ocorreu em 1988, no Rio de Janeiro, o primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), na luta contra a discriminação e o racismo.

Não podemos deixar de destacar uma outra conquista em relação à misoginia presente no tecido social e cultural brasileiro, oriunda da vivência de Maria da Penha Maia Fernandes, que se tornou um símbolo na luta contra a violência doméstica no Brasil. Sobreviveu às diversas tentativas de homicídio pelo então marido, levando à promulgação da Lei Maria da Penha, Lei n.º 11.340, em 2006. Essa lei identifica cinco tipos de violência: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Essa legislação se tornou uma das mais abrangentes do mundo na proteção das mulheres vítimas de violência doméstica, reconhecendo que os tipos de violência contra as mulheres vão além da agressão física (Brasil: Presidência da República, 2006).

A Lei 14.994/2024 tornou o feminicídio um crime hediondo previsto no Código Penal aumentando a pena de 20 para 40 anos. O uso do argumento da honra para o crime em relação à mulher se tornou inconstitucional, através da Lei 2.325/2021, e promulgada em agosto de 2023.

GAC: ORIGEM E OBJETIVOS

Como o atendimento do GAC possibilitaria transformar a dor psíquica decorrente da vivência traumática em uma narrativa simbólica? Como romper o ciclo de repetição da violência geracional e transgeracional?

Na pandemia de Covid-19, em decorrência do isolamento imposto, aumentaram os casos de violência intrafamiliar (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020). Foram promovidos, em 2020, sete encontros *online* com os profissionais de saúde mental que se encontravam na linha da frente no combate à violência doméstica para pensar esta situação. Nesses encontros, foram discutidos os diversos aspectos

relativos ao tema, fato que gerou a iniciativa de organizar, entre os membros do COWAP Brasil, um grupo de atendimento.

Assim nasceu, em agosto de 2021, o primeiro Grupo de Atendimento COWAP Brasil, denominado GAC, com o objetivo de promover a escuta analítica e sensibilizar para o sofrimento psíquico dessas mulheres, adultas e adolescentes, dando voz a essas vítimas de violência doméstica em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Nestes anos de atuação, estabelecemos parcerias variadas,¹⁰ com entidades públicas e privadas, o que tem permitido ao GAC ampliar seu alcance no atendimento a mulheres vítimas de violência, abrangendo assim várias regiões do território brasileiro.

Em decorrência da diversidade cultural, linguística e étnica própria do Brasil, o GAC atende, desde o seu início, mulheres de diferentes identidades, nomeadamente mulheres negras e trans. Neste âmbito, verificamos que a experiência do grupo com estas mulheres evidencia a importância de levar em conta outros enfoques, como a diversidade sexual e o racismo. Isso permite reconhecer como a cultura atual enfatiza o engajamento com essas questões, assim como testemunha a complexidade sistêmica e interna da ação do preconceito social, inclusive no âmbito judicial. Esta situação implica um caminho para uma revisão das teorias existentes sobre sexualidade e diversidade de gênero, racismo e preconceito.

Em termos do modelo de trabalho, o GAC se fundamenta na ética do cuidado, que subjaz à psicanálise, na capacidade de escuta, de empatia e do aprender com a experiência, como nos ensina Bion (1962). Assim se sublinha a importância da observação, de modo a ficar aberto para o novo da experiência com cada paciente (Lang, 2021, 2023). Apresentaremos a seguir os vários aspectos relativos à teoria e técnica utilizada pelo GAC.

¹⁰ Nomeadamente com: o Centro Integrado de Atendimento à Mulher — Márcia Lyra (CIAM RJ), pioneiro no atendimento a mulheres vítimas de violência, ligado à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (RJ); o Projeto Borboleta, vinculado aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Fórum Central de Porto Alegre e ligado ao Poder Judiciário do Rio Grande do Sul; e Nat Vítimas, vinculado ao Ministério Público do Estado de Goiás (GO).

GAC: PERCURSO METODOLÓGICO E TEÓRICO

O modelo de intervenção do GAC, inspirado no método de observação de Esther Bick (1964/2018; Lang, 2021), inclui três momentos: atendimento clínico, registro escrito e discussões semanais supervisionadas em grupo. Estes encontros têm a função de ser um espaço de continência, de sustentação e de elaboração para os profissionais que, enquanto testemunhas da dor, vivenciam o intenso impacto emocional gerado pelo atendimento. A cada reunião é elaborada uma ata na qual são registradas as discussões teórico-clínicas sobre os atendimentos feitos, que contribuem para a compreensão e aprofundamento do trabalho realizado. Esses registros são documentos que proporcionam uma continuidade na compreensão do processo terapêutico, assim como em estudos e pesquisas posteriores. Além disso, são realizados estudos semanais sobre a especificidade da clínica do trauma e da violência intrafamiliar. Os teóricos estudados até ao momento incluem autores clássicos, como Sigmund Freud, Sándor Ferenczi; autores contemporâneos, por exemplo André Green, Alcira Mariam Alizade, Christopher Bollas, Estela Welldon; e autores atuais, como Juan Tesone, Moty Benyakar, Patricia Alkolombre, Joshua Durban, entre outros.

Por um lado, a clínica freudiana da neurose trata dos conflitos intrapsíquicos e explica o trauma em dois tempos: o evento com potencial traumático; e o *après-coup* ou *a posteriori*, que vai dar ao ocorrido a significação traumática (Freud, 1920). Por outro lado, a clínica do GAC, entendida como uma clínica do traumático, tem como ponto de partida as ideias de Sándor Ferenczi e de autores atuais que estudam essa temática. São pensadores que dão maior importância à intersubjetividade e ao entorno. Para Ferenczi (1933/1992), o trauma não é constituído apenas pelo ato violento, mas essencialmente pela negação do outro-ambiente quando desmente, nega ou silencia o fato. O que leva à perda de confiança do sujeito em suas percepções e sentimentos, podendo acarretar clivagens e dissociações já que não é possível integrar o que viveu com o que lhe foi dito.

Mais recentemente, Tesone (2024) amplia a noção do trauma, sendo entendido como efeito de um acontecimento psíquico desorganizante, que rompe a continuidade do Eu e escapa à simbolização. O Eu, em vez de elaborar simbolicamente o vivido, é inundado por

um excesso que não consegue metabolizar. Tesone (2024) dá destaque aos traumas precoces e acumulativos cuja origem advém das experiências repetidas de falhas de cuidado, de não reconhecimento ou de intrusão, que o sujeito não consegue nomear, mas que deixam marcas profundas, refletindo na integração do ego. Assim como Ferenczi (1933/1992), este autor considera que o trauma produz silêncios psíquicos, estados dissociativos e clivagens. A obra de Benyakar (2016, 2024) destaca que o trauma é uma situação disruptiva que desenca-deia a angústia automática de um «eterno presente», onde o passado disruptivo se faz presente em toda a sua dimensão e o futuro se torna inexistente. O trabalho analítico oferece um espaço de reinscrição simbólica, sendo o analista uma testemunha e tradutor do indizível.

Esses autores, ao ampliarem a visão sobre ele, reconhecem o trauma como uma vivência que ultrapassa a capacidade do psiquismo de simbolizar e integrar a experiência, levando à ruptura dos processos de desenvolvimento e do funcionamento psíquico. A compreensão integrada desses conceitos expande as possibilidades terapêuticas e oferece *insights* valiosos no tratamento de traumas complexos e profundos das pacientes atendidas pelo GAC.

O FUNCIONAMENTO DO GAC

Todo o funcionamento do GAC ocorre numa modalidade *online*, tanto o trabalho interno do grupo, quanto os atendimentos. Como já referido, a crescente necessidade de comunicação quando da pandemia revelou o teleatendimento como de particular relevância para a clínica: ao mesmo tempo que trouxe uma série de novas questões e desafios, o teleatendimento tornou-se uma prática mais comum, com um valor de alcance maior, permitindo chegar a populações anteriormente inalcançáveis, assim como o trabalho conjunto de analistas de diferentes regiões do Brasil, ou mesmo do mundo.

Quanto ao processo de trabalho, a mulher vitimada, encaminhada por um dos parceiros do GAC, passa por uma triagem com o objetivo principal de verificar se o caso se coaduna com o serviço prestado. Igualmente, neste momento, são fornecidas informações gerais sobre o funcionamento do atendimento, assim como coletados dados variados, de âmbito sociodemográfico, da história e da situação atual. Posteriormente, o caso é levado ao grupo de discussão clínica onde, de

acordo com a disponibilidade (interna e externa), é definido o profissional que realizará o contato com a pessoa para iniciar o atendimento.

A CLÍNICA DO GAC

No contexto de atuação do GAC, pensamos a clínica sob diferentes prismas, numa maior elasticidade na técnica, considerando que o enquadre e *setting* ocorrem pela disponibilidade interna do analista em criar um ambiente propício, o que Green (2008) entende como enquadre interno. As particularidades do paciente e do contexto ganham nova dimensão tendo, no limite do profissional e na contratransferência, os parâmetros para o manejo do *setting*.

Um outro aspecto relevante dessa clínica se refere aos modelos de relação introjetados e repetidos no contato dessas pacientes. Os ambientes de onde provêm são, predominantemente, constituídos pelas violências cotidianas. Esse modelo se perpetua e perpassa as gerações.

A paciente, ao encontrar no atendimento terapêutico uma escuta atenta e empática, pode vivenciar, geralmente pela primeira vez, uma outra forma de relação. A maneira pela qual cada paciente experimenta esse encontro vai depender dos valores e do significado transicional ou projetivo que ela pode atribuir a este momento.

Na clínica do GAC, deparamos com situações em que os fatores traumáticos do entorno continuam presentes, por exemplo a convivência cotidiana com o agressor, direta ou indireta, e/ou o medo provocado por ameaças de morte. Nestas situações, o analista vivencia contratransferencialmente uma sensação de impotência e de desamparo, que, pelo ataque da paciente à capacidade de pensar do analista, muitas vezes pode gerar uma sensação de paralisação (Bion, 1959). No trabalho do GAC com os encontros semanais, o analista encontrará um espaço contínuo no grupo de discussão clínica, no qual poderá ser restabelecida a capacidade de pensar, compreender e discriminar os afetos despertados pela paciente e, assim, metabolizá-los. A existência do grupo passa a ser, gradualmente, interiorizada como uma «presença na ausência» (Green, 2009) para o analista no atendimento aos pacientes da clínica do trauma.

Todo o trabalho do GAC é registrado, consubstanciando-se num banco de dados, com a finalidade geral de contribuir para um estudo

mais aprofundado das pacientes desta especificidade da clínica do traumático. Em seguida, apresentamos alguns dos dados considerados relevantes na população atendida.

GAC: CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ATENDIDA

No período de agosto de 2021 a novembro de 2024, foram recebidas pelo GAC 86 mulheres; dessas, 69 sofreram violência intrafamiliar.

Sobre as características dessa população atendida no GAC, apresentamos os dados que consideramos como mais relevantes. Em termos de raça/cor, verificamos que houve uma primazia das mulheres de raça/cor branca (68%) e 32% de mulheres negras/pardas. Nos dados disponibilizados pelo DataSenado (2024) num estudo de base populacional sobre a violência contra as mulheres, órgão de pesquisa de relevância nacional, verificamos que as mulheres de cor preta/parda (54%) superam as de cor branca (40%). Colocamos a hipótese de que as mulheres pretas ainda encontram algumas dificuldades, de natureza sistêmica, no acesso real ao sistema jurídico, prevalecendo ainda uma série de resistências e preconceitos em termos da cor/raça, associados a aspectos culturais que não reconhecem a relevância de apoio ao nível psicológico.

No tocante à idade, prevaleceu o período entre 18 e 37 anos (65%), que corresponde ao final da adolescência e vida adulta ativa, onde geralmente se verifica a prevalência de uma série de fantasias de natureza paranoica por parte do agressor, que resultam numa tentativa de poder e controle do outro, e caso se verifique oposição às tentativas narcísicas de dominação, frequentemente resulta em atos violentos.

A respeito da escolaridade, verificamos que a maioria da amostra tem ensino médio (38%) e ensino superior (38%) completos. Estes dados contribuem para desmistificar a noção, ainda generalizada, de que a violência intrafamiliar ocorre apenas em contexto de baixa escolaridade.

No caso dos agressores, verificamos que na sua maioria foram os parceiros (28%) ou ex-parceiros (30%). A violência pode ser considerada como reativa, uma resposta a uma perda narcísica, de perda de controle do outro. À medida que a mulher vai alcançando maior autonomia, observa-se um aumento do grau de violência, conduzida de forma mais evidente, explícita e notificada, quiçá numa procura de

manter o estado de dominação, fruto de uma cultura patriarcal que não se desvincilha.

Neste seguimento, verificamos como os tipos de violências mais registrados foram a física (36%), verbal (22%) e psicológica (17%). Seria pertinente considerarmos como o sistema jurídico tende a validar situações de violência mediante a apresentação de provas evidentes e concretas de agressão corporal, evidenciadas por marcas em exame de corpo delito. Poderemos colocar como hipótese que a violência de natureza física poderá ter como base o castigo corporal enquanto forma social privilegiada e valorizada de educação e correção, enraizada nos sistemas de poder e controle.

No âmbito dos atendimentos do GAC, verificamos que a maioria (61%) realizou os doze encontros pré-estabelecidos, considerados como adequados a uma resposta emergencial. Não obstante todos os constrangimentos de natureza social e cultural elencados anteriormente, esses dados poderão indicar como as mulheres reconhecem a pertinência e necessidade de um acompanhamento.

ILUSTRAÇÃO DE UM CASO CLÍNICO

Maria (nome fictício), na casa dos vinte anos, foi encaminhada ao GAC por uma das instituições parceiras para o atendimento psicológico emergencial. No contato inicial, foi feito o contrato de até doze sessões, em frequência semanal e duração de cinquenta minutos. Como parte do método, as sessões foram seguidas da escrita e, posteriormente, foram realizadas discussões clínicas virtuais, em grupo, também com frequência semanal.

Nessa primeira sessão, Maria revelou ter buscado ajuda por estar ainda muito impactada e revoltada pela prescrição da ação penal instaurada por ela em relação aos abusos sofridos na primeira infância. Esses abusos sexuais ocorreram de forma contínua, quando ela era deixada sozinha em casa para a mãe trabalhar. Neste contexto, habitualmente ia procurar na vila onde morava alguém para brincar e encontrava dois adolescentes, que ao ganharem a sua confiança passaram a assediá-la sexualmente, passando a manipulá-la e fazendo dela um objeto de gratificação sexual, ameaçando-a caso ela revelasse o que se passava.

Durante os atendimentos, uma dinâmica transferencial e contratransferencial se estabeleceu. Nas primeiras sessões, Maria

apresentava uma fala vagarosa, com uma entoação monótona, que provocava na analista uma sensação de cansaço, e sua história ressoava em sua mente para lá do tempo da sessão. Tal situação transferência-contratransferência suscitou na analista uma imagem de si como um «saca-rolha», como se tivesse que ir tirando, com uma postura demasiado ativa, a história.

No início do tratamento, Maria falava devagar, cuidadosamente, com um volume baixo, a sua postura reclinada como se afastando da analista e criando nesta uma questão: seria um conteúdo recalcado, próprio da neurose, ou algo que nunca pôde ser experimentado, portanto da ordem de mecanismos de defesa mais primitivos? Procurando não agir como esse «saca-rolha», a analista optou pela espera do que viesse.

Estas atribuições anteriormente observadas deram continuidade nas sessões seguintes, nomeadamente segunda e terceira sessão.

Maria conta que ficava sozinha em casa desde muito pequena, aguardando o retorno da mãe que estava no trabalho, ficando exposta a situações de violência, o que veio a ocorrer como abuso sexual.

Relata ainda que nunca contou sobre o abuso a ninguém. Apenas anos mais tarde, já em fase adulta, confidenciou a um familiar; contudo, tal experiência parece ter revelado uma preocupação dos familiares com as consequências para eles de uma eventual denúncia — temendo represálias por negligência — e não com a dor vivenciada por Maria.

Ao mesmo tempo, Maria se questionava se teria sido abusadora no brincar com outras crianças em sua infância. Atualmente, entende que as suas brincadeiras tinham um grande teor de sexualização e ainda traz dúvidas e preocupações com relação às crianças com que se encontra no seu cotidiano, por acreditar que estas podem estar a viver situações de abuso sexual. Em suma, Maria dizia viver um pesadelo acordada.

Tendo-se isolado, não sabia o que aconteceria ao sair de casa, imaginando o que poderia ocorrer caso encontrasse os seus agressores. Esta suposta solução viria a ter uma repercussão na sua relação com o seu corpo, denunciada por sintomas que revelavam o que ficou impresso no corpo e não adquiriu uma inscrição psíquica. No decurso do atendimento, observamos como Maria pôde se aproximar da sua dificuldade em dar sentido aos afetos, que eram atuados em seu próprio corpo.

A paciente frequentemente iniciava as sessões falando da sua angústia. As sessões eram sentidas pela analista como «pesadas», e mesmo «arrastadas» em muitos momentos. A história de Maria se instalava na mente da analista por dias. A analista vivia um misto de sensações e sentimentos, em particular raiva e indignação frente ao abuso sofrido por Maria, o seu desamparo fomentado pelos seus familiares, a sua infância roubada. O mal-estar ia-se corporificando na própria analista, o que parecia ser indicativo do progressivo caminho da relação terapêutica.

Gradualmente, a analista vai percebendo uma certa mudança na posição de Maria frente ao mundo. Vai-se tornando mais ativa e se posicionando nos relacionamentos, com a mãe, com o companheiro e no trabalho profissional. Essas modificações aparecem na postura corporal e na fala, que se torna mais rítmica. Na relação transferência-contratransferência, também se observaram certas transformações, diminuindo a identificação projetiva massiva.

Ao iniciar a última sessão, Maria traz um sonho. O sonho apresenta um contexto de tesouros roubados, habitado por figuras familiares, em que a analista se vê representada. Dentre os vários significados do sonho, entendemos que, neste momento da finalização do atendimento, configura uma possibilidade de representação figurativa das angústias primárias ligadas a vivências arcaicas de assalto/roubo, interno/externo, e do uso de outros tipos de mecanismos de defesa.

DISCUSSÃO CLÍNICA NO GRUPO DE SUPERVISÃO

Ao longo dos quatro meses de atendimento, a paciente foi assídua e participativa no processo de cunho analítico. Um vínculo de confiança e uma aliança de trabalho foram sendo construídos, com uma ressonância do encontro na mente da dupla, entre as sessões. Isto se refletia no cotidiano de Maria, pela gradual capacidade de dar sentido às suas vivências traumáticas: «nossas sessões são diferentes; eu fico pensando em muitas coisas que conversamos e, do nada, suas palavras vêm à minha mente». Igualmente, no espaço psíquico da analista, a vivência e a história de Maria permaneciam intensas durante um longo período, num entrecruzamento de transferências e contratransferências, e que as sensações corporais vividas também pela analista ganharam sentido.

Os sentimentos contratransferenciais em relação a Maria eram contraditórios: ao mesmo tempo que a percebia como alguém agradável, perspicaz e muito inteligente, a sua fala muito arrastada e lenta tornava a sessão «pesada», deixando a analista exausta no final do atendimento. Contudo, Maria demonstrava estar investindo no trabalho analítico, fazendo associações e mergulhando em seu mundo interno.

Observamos no funcionamento psíquico de Maria, e na sua forma de comunicação, uma dualidade, expressa por meio da fala arrastada, que provocava na analista a ideia de funcionar como um saca-rolha, e, ao mesmo tempo, uma preocupação em não ser invasiva. Este funcionamento poderia ser considerado uma resistência ao trabalho de desvelar os conflitos emocionais, própria de uma estrutura neurótica, ou seria uma manifestação da estrutura traumática de Maria? Sabemos que as identificações projetivas das vivências precoces podem provocar sensações na mente e no corpo da analista, como mal-estar, desânimo, impotência ou dores de diversas ordens, quando no trabalho com os pacientes da clínica da neurose; porém, na clínica dos pacientes que viveram situações traumáticas, elas são predominantes e massivas. Nesta clínica, o analista vive intensamente, no aqui-agora, o que a paciente não tem condições de experienciar.

Tesone (2024) confirma que na relação transferencial de pacientes que sofreram vivências traumáticas é importante: «estar atento a toda a semiótica daquilo que é figurável», em particular às entoações do discurso, por meio do qual se pode aceder ao não representado. O timbre oscilante da voz atua como «figuração sonora das hesitações da memória lacunar do vivido, mas não representado» (p. 124).

Na clínica do traumático, o evento ou o entorno traumático se apresenta como alucinação ou evocação repetitiva ou como rememoração.

Civitarese (2019, p. 298) corrobora e assinala que os distúrbios de tais pacientes muitas vezes «parecem congelados e trancados», implicam perturbações no *setting*; estes evidenciam-se por via de sentimentos gerais, tais como mal-estar, cansaço e outros.

Assim, verificamos por meio das nossas experiências enquanto grupo como as defesas do analista são mobilizadas, algo central nesta clínica do traumático, requerendo do mesmo uma implicação mais clara com os seus próprios afetos. É assim uma clínica que vai para lá

dos dispositivos clássicos, empregados para manejar a sintomatologia própria da neurose. Nesse sentido, a paciente coloca a analista numa posição de testemunha de suas vivências, procurando a validação dessas vivências de ordem traumática.

Como metáfora indicativa deste processo, surge através da discussão em grupo a imagem de um passarinho quando do seu nascimento. É, para nós, uma imagem que encerra toda uma série de contradições, que fazem jus a esse evento surpreendente: a delicadeza e aspereza, a ternura e capacidades inerentes a esta situação, tão necessária como difícil. Várias das experiências traumáticas serão manifestadas no contexto clínico pela primeira vez na vida das pacientes, de forma a podem ser elaboradas na relação, permitindo a representação e a aparição de uma nova configuração psíquica.

Indicativo da evidência de nascimento e ampliação do mundo interno da paciente, debruçamo-nos sobre o sonho apresentado na última sessão. O sonho fala de um processo de elaboração em curso, abrindo a possibilidade de produzir sentidos nesse tratamento emergencial. O sonho possibilitou transformar a angústia provocada pelo trauma em imagens figurativas, que representavam aspectos do mundo interno clivado da paciente.

A analista entendeu o relato do sonho como um sentimento de gratidão, uma vez que o sonho foi uma produção construída pela dupla num *setting* durante as sessões e que pode ser colocada em palavras por Maria ao final da última sessão, quando diz: «Apesar do cansaço, estou me sentindo bem e acredito que vou dar conta de tudo e isto está fazendo me sentir mulher; uma pessoa adulta. Penso que pela primeira vez na vida sinto que tenho a idade que tenho.» E Maria continua: «A psicanálise é diferente.»

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, procuramos demonstrar como ocorre a aplicação da psicanálise nesses casos atendidos pelo GAC. Observamos que estados mentais primitivos predominam em relação aos fusionais, com uso de identificações projetivas massivas e/ou identificações adesivas.

Consideramos que é na relação transferencial-contratransferencial que se busca transformar a vivência traumática intrafamiliar em uma experiência emocional que possa ser testemunhada, vivida,

representada e narrada, de modo a romper o ciclo de violência familiar e de transmissão transgeracional.

Os fragmentos do caso clínico partilhado nos fazem pensar na importância da vivência traumática ser experienciada pela primeira vez, no contato com o analista, como testemunha, cocriando um sentido; é o que temos observado na maioria das nossas pacientes.

Atender essas mulheres com o funcionamento psíquico mais arcaico, por vezes ainda vivendo relações abusivas, implica a exposição às identificações projetivas massivas, sentimentos de desamparo e impotência. Tais situações revelam-se, em muitos momentos, de particular dificuldade para as analistas elaborarem essa experiência durante o atendimento. Contudo, será importante igualmente apontar como em vários casos se verifica uma capacidade psíquica de elaboração e integração que favorece a transferência e promove a mudança.

O estabelecimento de um vínculo de confiança básica é fundamental para que se possa alcançar um certo grau de transformação. Tem sido objetivo do GAC não apenas minorar, mas prevenir as consequências danosas da compulsão à repetição familiar, e na conscientização do preconceito social às mulheres.

Escolhemos como título deste trabalho «Abrindo a Caixa de Pandora», uma figura mítica, símbolo do caos e, ao mesmo tempo, da esperança que persiste no desejo da verdade.

O GAC, na sua ação social, por meio de seu trabalho em parceria junto à comunidade, alimenta o olhar esperançoso de que a escuta analítica possa fomentar a construção de uma maior rede de atenção à saúde mental das mulheres. Possibilitar-se-ia assim o exercício de uma maior autonomia psíquica, rompendo com os grilhões do sistema patriarcal.

Talvez, pelo signo de Pandora, alcançar um outro grau de liberdade, onde o existir da mulher é sinônimo de direito.

ABSTRACT: This article aims to present the GAC – Clinical Care Group of COWAP Brazil in its efforts to combat intrafamilial violence against women. We begin by considering the specific context of such violence in Brazil. Next, we discuss the origins and objectives of GAC, as well as its theoretical, technical, and methodological approach, inspired by Esther Bick's infant observation method. The patient sample is characterized through socio-demographic

data. We then share fragments of a clinical case followed by discussion. The article concludes with a psychoanalytic understanding of trauma in clinical practice.

KEYWORDS: gender, psychoanalysis, trauma, violence.

REFERÊNCIAS

- Benyakar, M. (2016). *Lo disruptivo y el traumático: abordajes posibles frente a situaciones de crisis individuales y colectivas*. Ed. San Luis, UNSL.
- Benyakar, M. (2024). O disruptivo e sua aplicação específica em situações de trauma. *Psicanálise — Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre*, 26(2), 217–250.
- Bick, E. (2018). Notes on infant observation in psychoanalytic training. Em M. H. Williams (Ed.), *The Tavistock Model: Collected Papers of Martha Harris and Esther Bick* (pp. 105–122). The Harris Meltzer Trust. (Original publicado em 1964.)
- Bion, W. R. (1959). Attacks on linking. *The International Journal of Psychoanalysis*, 40, 308–315.
- Bion, W. R. (1962). Learning from experience. Em C. Mawson (Ed.), *The Complete Works of W. R. Bion Volume IV* (pp. 247–365). Routledge.
- Brasil: Presidência da República (2006). *Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006*. <https://www.planalto.gov.br>
- Civitarese, G. (2019). O inconsciente inacessível e a rêverie como um caminho de figurabilidade. Em H. Levine, R. Gail & D. Scarfone (Eds.), *Estados não representados e a construção de significado* (pp. 295–319). Editora Blucher.
- DataSenado (2024). *Pesquisa Estadual de Violência contra a Mulher — 2024*. <https://www12.senado.leg.br>
- Efraim, R. (2023). Pandora, a Primeira Mulher. *Ide*, 45(76), 47–57.
- Ferenczi, S. (1992) Confusão de língua entre os adultos e a criança. Em *Psicanálise IV* (pp. 97–106). Martins Fontes. (Original publicado em 1933.)
- Ferrarez, A. (2021). *As conquistas das mulheres ao longo da história*. <https://futura.frm.org.br>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020). *Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19*. 3.ª ed. FBSP.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024). *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2024*. <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>

- Freud, S. (1918). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, volume XVII* (pp. 199–211). Imago.
- Freud, S. (1920). Além do princípio do prazer. Em *Escritos sobre a psicologia do inconsciente, volume 2* (pp. 123–198). Imago.
- Green, A. (2008). *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Imago.
- Green, A. (2009). *O trabalho do negativo*. Artmed.
- Lang, R. S. (2021). Observando as mães e seus bebês — método Esther Bick. *Horizontes Psicanalíticos, 1*, 106–113. <https://clinicahorizontes.com.br/wp-content/uploads/Horizontes-Psicanaliticos.pdf>
- Lang, R. S. (2023). Violência e gênero: revisitando a cultura da misoginia e a escuta analítica no atendimento à violência doméstica (GAC). Em *II Jornada Cowap Brasil: corpos, silêncios e vozes do feminino* (pp. 87–101). Ideograf.
- Lang, R. S., Arruda, C. & Vasconcelos, D. (2024). Algumas observações sobre o trabalho de atendimento a vítimas de violência doméstica pelo GAC — Grupo de Atendimento do Cowap Brasil. Em *Masculinidade e contemporaneidade: cenários em expansão* (pp. 41–50). Ideograf.
- OPAS — Organização Pan-Americana da Saúde & OMS — Organização Mundial da Saúde, Genebra/Nova Iorque, 2021. <https://paho.org>
- Osterne, M. (2011). A violência contra a mulher na dimensão cultural da prevalência do masculino. *O público e o privado, 18*, 129–145.
- Tesone, J. (2024) *Trauma and pain without a subject: Disruptive marks in the psyche, resignified*. Routledge.

LES COUPLES CONTEMPORAINS: UNE APPROCHE PSYCHANALYTIQUE ET SOCIOLOGIQUE¹

Eric Smadja²

<https://doi.org/10.51356/rpp.451a3>

RÉSUMÉ: Après avoir exposé l'historicité des couples contemporains, l'auteur présente sa conception psychanalytique et multidimensionnelle du couple. Puis, abordant les temps structuraux et organisateurs psychiques inconscients de la construction de tout couple de même que le travail du choix d'objet conjugal et son historicité. Toutefois, la construction et la vie de tout couple relève d'un véritable travail. Il s'agit du *travail de couple*, concept interdisciplinaire, aidant à interpréter des faits conjugaux relevant de chacune des trois réalités. Il est notamment producteur de la culture et de l'identité des couples.

Dans la suite, l'auteur décrit quelques caractéristiques sociologiques des couples contemporains ainsi que celles de notre société, traversée notamment de courants paradoxaux. Enfin l'auteur développe quelques réflexions de nature psychanalytique et socio-anthropologique sur notre société et ces couples contemporains dont ils sont des représentants exemplaires.

MOTS CLÉS: couple, société, travail, changement, psychanalyse, sociologie.

¹ Artigo sumetido em junho de 2024 e aceite em novembro de 2024.

² Psiquiatra, Psicanalista (de adultos e casais), Membro da Sociedade Psicanalítica de Paris. É o criador de um curso de formação em Terapia Psicanalítica de Casais, antropólogo e autor de, entre outros, *Travail de couple, travail avec les couples* (In Press, 2024), a ser publicado em breve em português pela Ed. Blucher (S. Paulo). *E-mail:* ericsmadja59@gmail.com

A PROPOS, QU'EST-CE QUE LE COUPLE ?

Il s'agit, bien évidemment, d'un questionnement *historiquement et socioculturellement* déterminé. Avant d'envisager la notion contemporaine de couple et sa réalité vivante, il a fallu passer par l'institution du mariage et ses règles, contrôlée, au fil de l'histoire, par divers pouvoirs en conflit, qu'il s'agisse des familles, des Eglises et des Etats, puis par diverses étapes parmi lesquelles : *le développement occidental d'une sphère de l'intimité s'opposant à une sphère publique*, bien mis en évidence par le sociologue allemand N. Elias (1939/1973), à travers son concept de « processus de civilisation » ; *le « libre choix » du conjoint* fondé principalement sur le sentiment amoureux ouvrant l'accès au modèle du mariage d'amour ; enfin, *la promotion de l'individu et le développement de l'idéologie individualiste* caractérisant notre société occidentale contemporaine, mais qui s'associe néanmoins à un courant paradoxal latent d'uniformisation et d'homogénéisation sociales.

MA REPRÉSENTATION MULTIDIMENSIONNELLE DU COUPLE

Selon moi, le couple est *une réalité, historiquement et socioculturellement* déterminée, vivante et multidimensionnelle — *corporelle-sexuelle, socioculturelle et psychique* ; ces trois dimensions étant en interrelations diverses et variables.

Cette réalité conjugale peut comporter plusieurs personnages transférentiels (mère, père, frère, soeur), investis sur un mode ambivalent et pouvant jouer des rôles multiples au sein de cette organisation dynamique « *inter-transférentielle* » déterminée par une compulsion de répétition de « *prototypes infantiles* » (Freud, 1915/2005), c'est-à-dire par la reproduction-réactualisation de modes de relations d'objet vécus et fantasmés durant l'enfance.

M'inspirant de Freud au sujet de la névrose de transfert produite au cours de la cure analytique, je soutiens que le couple constitue partiellement une *névrose inter-transférentielle* qui reproduit à bien des égards certains aspects de la névrose infantile de chaque partenaire qu'ils mettent en commun. Elle présente néanmoins des *potentialités psychotiques*, en particulier lors d'évènements et périodes critiques qui réactivent les positions schizo-paranoïde et dépressive de chacun (Klein, 1934/1968).

Par ailleurs, le couple évolue suivant une temporalité, multiple et intriquée, qui conjugue celles de nature historique et socioculturelle, corporelle et psychique. De surcroît, son devenir est inévitablement scandé par des étapes critiques, mutatives et maturantes.

Ainsi, le couple, investi par ses deux partenaires sur un mode ambivalent, est structurellement et dynamiquement aussi bien conflictuel que critique.

Sa réalité corporelle-sexuelle comporte deux êtres humains, et leur corps sexué, vivant ensemble avec le projet implicite ou explicite de « se reproduire ». Il s'agit donc d'une unité biologique de procréation. Ces deux corps sexués communiquent entre eux, selon des modalités variées, verbale et non-verbale (mimogestuelle, comportementale, fantasmatique et sexuelle).

Pour sa part, l'acte sexuel réaliseraient, en particulier, le fantasme inconscient de « corps commun imaginaire », corps fantasmatique bisexué satisfaisant le désir infantile inconscient de posséder les deux sexes. De plus il actualise le désir régressif de symbiose foeto-maternelle conférant aux deux partenaires un état de « complétude narcissique » perdu peu après la naissance, suivant les termes de Béla Grunberger (1971/1993).

Sa réalité socioculturelle se caractérise par la présence de deux individus vivant ensemble et constituant une unité sociale de production et de coopération économiques, de reproduction sociale et d'éducation des enfants pour le couple devenu parental.

M'inspirant de la notion bionienne de « groupe de travail » (1953/2000), ils forment, en effet, un « couple de travail » qui assure ses propres moyens matériels d'existence.

De plus, les deux partenaires conjugaux occupent une position au sein de la structure sociale et leur couple peut être institutionnalisé par le mariage comme par d'autres formes de reconnaissance sociale.

Enfin, *sa réalité psychique* consiste en composantes fondamentales, de nature économique et dynamique, qui sont mises en jeu dans la structuration et le fonctionnement de cette dyade conjugale. Je mentionnerai, en particulier

- une ambivalence affective essentielle : il s'agit du couple d'opposés amour-haine qui se fonde sur le dualisme pulsionnel

- entre Eros, force psychique de liaison, et la pulsion de mort ou de destruction, force de déliaison ;
- des courants d'investissements pulsionnels, des fantasmes de désir, des modalités diverses et variables de relation à l'objet amoureux et à l'objet-couple, des aspects symbiotico-fusionnels, un jeu croisé d'identifications et de projections, des angoisses et mécanismes de défense corrélatifs multiples ;
 - une pluralité de conflictualités structurelles inconscientes entre : Eros / pulsion de destruction, identité / altérité, narcissisme et objectalité, autoconservation / sexualité, prégnatalité / génitalité, bisexualité psychique /identité sexuelle, masculin / féminin, hétérosexualité / homosexualité, Moi / objet amoureux, Moi / objet-couple, objet amoureux / objet-couple, couple / réalité externe, couple privé / couple public, couple amoureux / couple parental, notamment.

J'envisage trois niveaux structure-fonctionnels au sein de cette réalité psychique conjugale : groupal, intersubjectif et individuel-intrapsychique.

LE GROUPAL

Il s'agit de la réalité psychique commune et partagée, co-créeée par ses deux membres, avec ses organisateurs et ses formations spécifiques tels que l'appareil psychique conjugal, les fantasmes et angoisses corrélatives mis en commun, les alliances inconscientes (structurantes, défensives et offensives) et les formations conjugales de compromis parmi lesquelles des symptômes communs et partagés.

Une de ses productions sera la *culture conjugale* constitutive d'une *identité conjugale*.

Par ailleurs, précisons que le couple est fantasmatiquement vécu par ses deux partenaires, non seulement comme un « corps vivant matriciel », réactualisant la matrice maternelle, au sein duquel chacun s'installe, mais il est également investi et représenté comme un être vivant en croissance qui a, d'une part, des besoins vitaux à satisfaire, tant psychiques que fonctionnels, et qui, d'autre part, traversera inévitablement des périodes critiques, mutatives et maturantes.

Cette double représentation de « corps vivant matriciel » et d'être vivant en croissance, différente chez les deux partenaires, suscitera ou pourra susciter des fantasmes variés générant des angoisses diverses, claustrophobique, de dévoration, de persécution, mais aussi de nature dépressive.

L'INTERSUBJECTIF

Il comporte les deux types fondamentaux de liens à l'objet amoureux coexistant au sein de tout couple : les systèmes de relations d'objet, d'ordre génital et prégénital (oral, anal et phallique), et les identifications. Nous y trouvons également :

- « l'organisation oedipienne du stade génital » conceptualisée par C. Parat (1967), qui est une modalité de structuration libidinale héritière de l'OEdipe, comprenant une double relation, hétérosexuelle et homosexuelle, dans un système à trois, composé des deux partenaires conjugaux et l'ensemble « des autres » ;
- les principales conflictualités structurelles évoquées plus haut qui animent cette dynamique conjugale ;
- enfin, la névrose inter-transférentielle qui procède de la mise en commun de certains aspects de la névrose infantile des deux partenaires, essentiellement les complexes d'OEdipe et fraternel.

L'INDIVIDUEL-INTRAPSYCHIQUE

A ce niveau, j'envisage les rapports, nécessairement conflictuels, du Moi de chaque partenaire à ses deux nouveaux objets, objet amoureux et objet-couple, mais aussi entre ces deux objets.

Rappelons que ceux-ci sont à la fois externe et interne, fantasmatique, total et partiel, de nature objectale et narcissique, bipulsionnellement investis par Eros et la pulsion de mort, donc objets d'amour et de haine.

De plus, il nous faut considérer les incidences de ces deux objets sur la dynamique et l'économie du Moi de chaque partenaire.

En effet, si ces deux nouveaux objets du Moi enrichissent son environnement objectal, externe et intrapsychique, ils vont également

déstabiliser son économie et sa dynamique, notamment la stabilité de son réseau d'investissements et éléver son niveau énergétique de fonctionnement.

LES TEMPS STRUCTURAUX ET ORGANISATEURS PSYCHIQUES INCONSCIENTS DE LA CONSTRUCTION DU COUPLE

Quelles sont les motivations psychiques inconscientes qui nous poussent à rechercher un état amoureux et à créer un couple ?

J'ai repéré une historicité dans la construction psychique de tout couple marquée par différents temps structuraux et organisateurs psychiques inconscients. Quels sont-ils ?

Un premier temps organisateur correspond à la fusion foeto-maternelle suivie du système composé de la dyade mère-enfant et de la censure de l'amante (Fain, 1971) qui mobilisent les identifications primaires et narcissiques. Les fantasmes originaires sont déjà à l'oeuvre, dont le fantasme intra-utérin, puis les fantasmes de séduction et de scène primitive avec la censure de l'amante.

Survient à la suite, un premier temps de latence, d'ordre narcissique et auto-érotique, dominé par le plaisir d'organe et les pulsions prégénitales, jusqu'à *l'OEdipe*.

L'*OEdipe*, première poussée génitale — avec son double échec, objectal et narcissique et la construction d'un « objet couple » omnipotent (Roussillon, 2008) —, représente *le second temps organisateur*, accompagné des fantasmes de séduction, de scène primitive et de castration.

Il produira, « si tout se passe bien », l'organisation oedipienne du stade génital qui comporte une double relation, hétérosexuelle avec l'objet choisi, qui n'est plus l'objet oedipien, et homosexuelle, avec le monde extérieur, cet ensemble formant alors un système à trois, issu de la triangulation oedipienne.

La période de latence proprement dite, celle de l'attente pubertaire, constitue un second temps de latence qui est suivi du *troisième temps organisateur*, celui de l'éclosion pubertaire et de l'adolescence, avec ses transformations corporelles, sexuelles et ses remaniements psychiques permettant enfin à l'adolescent la réalisation physique et psychique de ses désirs primaires et oedipiens.

Toutefois, un *quatrième temps organisateur* serait constitué par un ultime passage déterminant, celui de l'accession à l'âge adulte, qui suppose le surmontement des épreuves critiques de l'adolescence de même que des possibilités de choix définitif d'objet amoureux et de construction d'un couple adulte, différent du couple adolescent.

Enfin envisageons *le dernier organisateur du couple*, le complexe fraternel, emboîté dans l'OEdipe.

A propos, pourquoi considérer le complexe fraternel comme un autre organisateur psychique inconscient du couple ?

Comme nous l'indique R. Kaës (2008), le complexe fraternel nous confronte à cet *autre semblable, double narcissique et peut-être bisexué*, qui, dans notre monde interne, occupe la place fantasmatique d'un frère ou d'une soeur. D'où le rôle du complexe fraternel en tant qu'organisateur, spécifique et complémentaire, du couple.

HISTORICITÉ ET TRAVAIL DU CHOIX D'OBJET AMOUREUX ET CONJUGAL

Comment choisit-on son partenaire amoureux et conjugal ?

Pourquoi choisir tel ou tel partenaire plutôt qu'un autre, à tel moment de sa vie ?

Au préalable, rappelons la valeur structurante et mutative liée à la totalité du diphasisme qui régit l'instauration de la sexualité humaine (David, 1971). En effet, cette évolution en deux temps conditionne l'obligation de renoncer à l'objet de l'amour oedipien qui est bien un objet à jamais perdu, mais néanmoins recherché.

Les différents remaniements du travail de la période de latence et de l'adolescence, qui concernent tant les pulsions sexuelles que l'objet d'amour, comporteront notamment *un travail de refoulement, de détachement, de désinvestissement des objets parentaux réels* ouvrant la possibilité d'investir un futur objet amoureux autre que le parent oedipien ou un substitut direct (parental ou fraternel), donc de pouvoir établir une relation amoureuse dont une part ne s'édifiera pas sur l'ancien désir oedipien. Il faudra que ce futur objet amoureux présente tout de même quelques liens d'identité partielle avec l'ancien et de la plasticité à l'égard du nouveau (David, 1971).

Cet objet amoureux revêtira ainsi la structure d'une formation de compromis qui relève d'un véritable travail psychique ayant commencé avant même la période de latence.

Dans cette perspective, les travaux de J.G. Lemaire, dans la prolongement de ceux de Freud et de M. Klein, ont établi d'une manière déterminante, notamment dans *Le couple, sa vie, sa mort* (1979), les différentes modalités du choix d'objet conjugal, en y introduisant certaines, inédites jusqu'alors, et en insistant sur *sa double polarité* : en tant que source de *satisfactions*, de nature narcissique, érotique, tendre et agressif, et au service du *renforcement de l'organisation défensive du Moi* de chacun des partenaires.

LE CONCEPT DE TRAVAIL DE COUPLE

La construction d'un couple et sa durabilité vivante procède d'un travail, non seulement d'ordre psychique, mais aussi d'ordre socioculturel et corporel-sexuel, il s'agit du *travail de couple*.

Ce concept interdisciplinaire de travail de couple nous aide à interpréter des faits conjugaux relevant de chacune des trois réalités — corporelle-sexuelle, psychique et socioculturelle —, dotée de leur propre temporalité, mais aussi à comprendre leurs articulations nécessaires, comme leurs insuffisances.

Ce travail de couple est réalisé conjointement par le Moi de chaque partenaire au service des intérêts du couple. Investi pour une part plus ou moins importante, ce travail mobilise les trois niveaux inconscient, préconscient et conscient et comporte des aspects topiques, dynamiques et économiques. Il s'accomplit donc au sein des trois réalités du couple dont la temporalité de chacune conditionne celle du travail correspondant.

Il sera ainsi producteur d'une culture et d'une identité conjugales.

Il doit pouvoir conflictualiser et réaliser des liaisons souples, dynamiques et économiques entre ces trois réalités, assurant ainsi un fonctionnement conjugal supportable, durable et satisfaisant, tant pour le couple que pour ses deux membres. Toutefois, il ne peut être pensé en dehors de son rapport antagoniste, permanent et structurel, avec le *travail individuel* ou *travail de l'individu*, accompli au service des intérêts de chaque partenaire.

Aussi, au fil du temps, comment le Moi de chacun répartira-t-il ses investissements entre le travail individuel et le travail de couple, en

d'autres termes, quelles parts pourra-t-il consacrer à lui-même et au couple ?

Par ailleurs d'inévitables différences se manifesteront entre les deux partenaires, quant à cet antagonisme, mais aussi au sujet de l'investissement préférentiel de telle ou telle réalité conjugale, qui pourront être ou ne pas être compensées par le travail du conjoint. Ces différences seront probablement variables au cours du cycle conjugal, mais pourront également se montrer figées, ce qui risquera de déterminer des difficultés voire des souffrances conjugales.

EVOQUONS À PRÉSENT LES ÉCHECS DU TRAVAIL DE COUPLE

Sur un plan quantitatif, nous évoquerons des insuffisances ou des excès du travail du Moi des deux conjoints ou de l'un des deux, qui ne sont pas compensés par le travail de l'autre. Ils peuvent porter sur une ou sur plusieurs réalités, le résultat étant vécu comme insatisfaisant par l'un ou les deux partenaires, virtuellement conflictuel avec des mouvements projectifs hostiles, ce qui les conduira à une souffrance conjugale.

Sur le plan qualitatif, nous considérons les aspects systématiques et figés, donc peu souples et mobilisables, insuffisants sur le plan créatif, des modalités d'accomplissement de ce travail, quelles que soient les réalités, corporelle-sexuelle, psychique ou socioculturelle. Nous envisagerons également le travail de liaison entre ces trois réalités qui peut être insuffisant ou excessif, ainsi que celui assurant la cohérence et l'harmonisation entre leurs temporalités propres.

Ce travail de couple et ses échecs nous conduisent alors à nous interroger sur les notions de normalité et de pathologie dans la vie de couple, sur ses fonctions, sur son évolution au fil du temps individuel et conjugal.

QUELQUES CARACTÉRISTIQUES SOCIOLOGIQUES DES COUPLES CONTEMPORAINS ET DE NOTRE SOCIÉTÉ

Les sociologues, J.C. Kaufmann (2007) et M. Bozon (2009), notamment, soulignent le passage historique et mutatif d'une définition institutionnelle du couple, par le mariage, à une définition interne et largement intersubjective du couple contemporain qui est bien moins garanti par les institutions.

De plus, j'estime que les couples contemporains sont devenus *instables, fragiles, polymorphes et exigeants*. Ils ont de plus en plus de difficultés à durer, malgré leur désir narcissique conjoint d'éternité et d'exclusivité soutenant leur « contrat conjugal » initial. Ce dont attestent nombre d'enquêtes et d'indicateurs statistiques depuis les années 1970 : la baisse du taux de nuptialité hétérosexuelle, la croissance du concubinage, hétéro et homosexuel, des divorces et des séparations, des mariages homosexuels, des couples « pacsés », des « organisations polyamoureuses », mais surtout, la diminution de la vie en couple dite « cohabitante » et la hausse du nombre de personnes vivant seules, notamment dans les grandes métropoles internationales. Cependant celles-ci ne sont pas pour autant sans sexualité ni sans conjoint. Elles ont choisi une organisation conjugale moins engagante, exemplaire des couples contemporains.

Par ailleurs, les nombreuses exigences de chacun, à l'égard de l'objet amoureux et du couple, sont devenues multiples : d'ordre sexuel (la satisfaction est impérative) ; communicationnel (« il faut parler de tout »; « on ne doit rien se cacher ») ; intellectuel (par la recherche d'échanges enrichissants et stimulants et par un besoin de complicité d'ordre amical) ; identitaire (par le renforcement des composantes statutaire-professionnelle et sexuée) ; et psychique (l'amour du partenaire doit s'exprimer sous forme de tendresse, confirmation narcissique, souci de l'autre, soutien en cas de difficultés ; mais le couple doit être aussi un espace-temps de régression psychique restauratrice, de réparation de blessures psychiques précoces, d'épanouissement de chacun). En conséquence, le couple ne doit surtout pas être un lieu de frustrations et de souffrances. De surcroît, cet excès d'attentes et d'exigences mutuelles à l'endroit du couple et du partenaire amoureux se combine à la force conjointe des rapports devenus égalitaires entre les sexes et des revendications tant individuelles qu'identitaires. D'où l'existence d'un conflit de représentations et d'exigences idéales entre celles liées à l'individu (homme et femme) et celles liées au couple. Tout cela se complexifiera avec la création d'une famille car d'autres types de conflictualités adviendront : couple/famille, couple amoureux/couple parental, individu/famille.

Nos couples contemporains sont des représentants exemplaires de notre société occidentale. Comment les anthropologues et sociologues la caractérisent-ils ?

Tout d'abord, notre société porte en elle un « degré inouï » de désordres, dans le développement même de sa complexité et, de fait, est à la fois en évolution et en crise permanentes (Morin, 1984/1994).

Mentionnons, par ailleurs :

- *Une singularisation croissante des individus* dans leurs relations les uns avec les autres, de même qu'une plus large liberté de choix entre un plus grand nombre de possibilités qui va de pair avec l'augmentation des risques. De plus, il existe une injonction sociale poussant chacun vers l'accomplissement de soi, l'épanouissement personnel, la construction d'une identité singulière et autonome.
- *La centralité nouvelle de la sexualité* désormais inscrite au cœur de la sphère de l'intimité et de l'affectivité conjugales. Elle devient une pratique personnelle fondamentale dans la construction du sujet, tant masculin que féminin, de même qu'une pratique conjugale constructrice et consolidatrice du couple. Ses insuffisances représentent aujourd'hui un facteur menaçant de rupture. Et nous retrouvons sur ce plan là une convergence des attentes et des exigences des hommes et des femmes, notamment de « continuité sexuelle », historiquement nouvelle, principalement avant la naissance des enfants.

En outre, la sexualité est, de nos jours, l'objet d'une dissociation multiple :

- *La sexualité se dissocie de la procréation* qui occupe dorénavant une place restreinte et spécifique ; elle tend aussi à se déconnecter du mariage ou de la conjugalité, du sentiment amoureux et de la dimension affective, plus généralement ; une séparation s'opère également entre la sexualité érotique, avec la dimension fantasmatique et « rétensive » du désir (Fain & Braunschweig, 1971) et la sexualité-décharge, évacuatrice d'excitations ; enfin, compte-tenu de la pression sociale et, notamment des médias, une nouvelle séparation s'effectue entre sexualité érotique et sexualité hygiénique. « Le sexe est bon pour la santé, comme faire du sport ! ». Il faut donc pratiquer le sexe !

- *Le mouvement de médicalisation et de psychologisation de notre société*, particulièrement marqué, dont les discours et les pratiques produisent des croyances, de nouveaux modèles normatifs de pensée et de conduite, souvent interprétés, puis véhiculés par les différents médias.
- *Les valeurs de mobilité, de changement* qui disqualifient les idées de permanence et les projets de longue durée. Or cette valeur contemporaine de mobilité entre en conflit avec celle de durée.
- Enfin *le déclin des institutions et des hiérarchies*, la disparition relative de la morale extérieure et de ses normes de conduite, progressivement remplacée par des « principes de régulation interne » conduisant à une morale devenue strictement privée. Il s'agit, en effet, du dérèglement, de la défaillance des garants symboliques, sociaux et individuels-intrapsychiques, supports et cadres essentiels de nos activités sociales, intersubjectives et individuelles-intrapsychiques.

En fait, je considère que notre société nous adresse des prescriptions de nature paradoxale, donc pathogènes, que nous devons tous négocier de même que les couples et les familles : être adulte et responsable, mûrir / rester jeune et conserver la « fraîcheur » de l'enfance ; être un homme, valoriser sa virilité / mais pouvoir aussi exprimer sa féminité ; être une femme, épanouir sa féminité / mais aussi exprimer des traits masculins, phalliques, valorisés de nos jours ; s'accomplir, s'épanouir personnellement, penser à soi / être dans la réciprocité, le partage, l'altruisme ; être spontané / être dans le contrôle et la maîtrise de soi ; être mobile, changer, évoluer / être stable, s'inscrire dans la durée ; profiter des plaisirs immédiats, vivre dans le présent, être dans l'insouciance / établir des projets, être prévoyant ; et bien d'autres encore.

RÉFLEXIONS PSYCHANALYTIQUES ET SOCIOLOGIQUES

Selon moi, tout cela témoigne d'une société caractérisée par des aspects nettement narcissiques et prégénitaux qui se combinent à un affaiblissement des composantes oedippiennes, mais aussi des processus de symbolisation et de sublimation. Prédominent également l'omnipotence du principe de plaisir individuel et une désintrication

progressive entre Eros et la pulsion de mort. Nous pouvons également repérer des éléments témoignant de la présence de défenses maniaques luttant contre une dépressivité latente.

Notre société, qui est en cours d'évolution, de changements, rapides et quasi-permanents caractéristiques de sa nature « hyper-complexe », selon Morin (1984/1994), vit des expériences de ruptures et des transformations, déorganisatrices-réorganisatrices qui sont fragilisantes, attaquant et ébranlant ses principaux garants symboliques (familles, Eglises, Etats, mais aussi modèles de pensée et de conduites institués, notamment), et nos couples sont pris dans ces turbulences historiques et socioculturelles incontrôlables, emportés par ces courants désintégrateurs-réintégrateurs.

Dans le sillage des réflexions de R. Kaës (2012), je dirai que différentes catégories de changements majeurs récents ont contribué à les *travailler* et à les *fabriquer*. Tout en sachant que ces couples ont également pris part à la production de ces dits changements, dans le cadre de rapports d'interdépendance et de circularité entre tous les protagonistes (instances politiques, institutions sociales, économiques et culturelles, agents sociaux, en particulier).

Une première catégorie concerne les changements d'ordre collectif, national et international, qui se rapportent aux aspects économiques, politiques et géopolitiques, écologiques, démographiques et socioculturels.

Ils s'inscrivent, en particulier, dans le cadre global du processus de mondialisation et la crise des démocraties occidentales.

Une seconde catégorie concerne l'observation de changements individuels-intrapsychiques et dans les liens intersubjectifs.

En effet, l'économie libidinale contemporaine fonctionne, en particulier, à l'expulsion des motions pulsionnelles dans l'agir et mène à la souffrance psychique du sentiment de disparition du désir (Richard, 2011). Quant aux nouvelles expressions psychopathologiques individuelles, elles témoignent essentiellement d'une instabilité des rapports du sujet et de l'objet (R. Kaës, 2012). Evoquons les pathologies identitaires-narcissiques et les états limites. Ce qui a des implications manifestes au sein de la dynamique conjugale contemporaine.

Une dernière catégorie de changements concerne les métamorphoses de la femme induisant et participant à celles de l'homme, ce qui détermine les recompositions contemporaines des identités féminines et masculines,

mais aussi les transformations dans les rapports de genre qui ont d'inévitables répercussions sur les formes nouvelles de conjugalité et leur nature instable.

Tous ces changements contribuent à produire chez nos couples une crise aussi bien *identitaire* qu'*identificatoire*, à travers l'attaque de leurs garants symboliques. En effet, le modèle traditionnel de leur couple parental, une de leurs nécessaires sources d'inspiration, entre en conflit et en concurrence avec leur désir de s'en affranchir pour inventer, créer leur propre « modèle conjugal » répondant à des aspirations strictement individuelles et subjectivantes, mais aussi en « conformité » avec les nouveaux modèles véhiculés par les médias. D'où une crise contemporaine des « modèles conjugaux » productrice de changements et de transformations se traduisant par l'émergence de multiples formes de conjugalités comme de souffrances.

RESUMO: Após expor a historicidade dos casais contemporâneos, o autor apresenta a sua conceção psicanalítica e multidimensional do casal. Em seguida, aborda os tempos estruturais e organizadores psíquicos inconscientes da construção de todo o casal, bem como o trabalho da escolha de objeto conjugal e sua historicidade. No entanto, a construção e a vida de qualquer casal envolvem um verdadeiro trabalho. Trata-se do trabalho de casal, um conceito interdisciplinar, que nos ajuda a interpretar os factos conjugais que pertencem a cada uma das três realidades. Este trabalho é, em particular, produtor da cultura e da identidade dos casais. A seguir, descrevem-se algumas características sociológicas dos casais contemporâneos, assim como da nossa sociedade, atravessada por correntes paradoxais. Finalmente, o autor desenvolve algumas reflexões de natureza psicanalítica e socioantropológica sobre a nossa sociedade e esses casais contemporâneos, dos quais são representantes exemplares.

PALAVRAS-CHAVE: casal, sociedade, trabalho, mudança, psicanálise, sociologia.

RÉFÉRENCES

- Bion, W. R. (2000). *Recherches sur les petits groupes*. Paris, Puf. (Original publié en 1953.)
- Bozon, M. (2009). *Sociologie de la sexualité*. Armand Colin.
- David, C. (1971 / 2002). *L'état amoureux*. Payot.

- Elias, N. (1973). *La civilisation des mœurs*. Calmann-Levy. (Original publié en 1939.)
- Fain, M. (1971). Prélude à la vie fantasmatique. *Revue Française de Psychanalyse*, 35(2–3), 291–364.
- Fain, M. & Braunschweig, D. (1971), *Eros et Antéros*. Payot.
- Freud, S. (2005). Remarques sur l'amour de transfert. Œuvres Complètes de Freud, volume XII (pp. 199–211). Puf. (Original publié en 1915.)
- Grunberger, B. (1993). *Le narcissisme*. Payot. (Original publié en 1971.)
- Kaës, R. (2008). *Le complexe fraternel*. Dunod.
- Kaës R. (2012). *Le malêtre*. Dunod.
- Klein, M. (1968). Contribution à l'étude de la psychogénèse des états mania-co-dépressifs. *Essais de psychanalyse 1921-1945* (pp. 311–340). Payot. (Original publié en 1934.)
- Lemaire, J. G. (1979). *Le couple, sa vie, sa mort*. Payot.
- Morin, E. (1994). *Sociologie*. Fayard. (Original publié en 1984.)
- Kaufmann, J. C. (2007). *Sociologie du couple*. Puf.
- Parat, C. (1967). L'organisation oedipienne du stade génital. Rapport au congrès des psychanalystes de langues françaises, *Revue Française de Psychanalyse*, 31(5–6), 743–812.
- Richard, F. (2011). *L'actuel malaise dans la culture*. Editions de l'Olivier.
- Roussillon, R. (2008). *Le jeu et l'entreje(u)*. Puf.

AUDITÓRIO

O FEMININO CONGELADO: O CORPO E AS VICISSITUDES DO INFANTIL NA REPRODUÇÃO ASSISTIDA

*Katy Bogliatto*¹

<https://doi.org/10.51356/rpp.451a4>

RESUMO: Neste artigo, ilustrado com uma vinheta clínica, a autora propõe-se desdobrar algumas facetas da complexidade do trabalho psíquico de simbolização que cada mulher que empreende um processo de reprodução assistida atravessa quando o corpo é sujeito a estímulos internos e externos. A autora propõe-se escutar os elementos somatossensoriais como um campo de exploração em busca de representações, eventualmente permitindo que os conflitos e as fantasias sejam questionados e ligados às vicissitudes do infantil arcaico que reside em cada um de nós, entendido como um campo inconsciente não representado, que contém a zona mais indiferenciada entre o eu e o objeto, entre o soma e a psique, bem como os vestígios dos traços primários entre a mãe e a criança.

PALAVRAS-CHAVE: procriação medicamente assistida, simbolização, teorias sexuais infantis, elementos somatopsíquicos.

A complexidade da prática clínica no contexto da reprodução assistida (RA), uma área que conhece uma evolução constante, oferece-nos um vasto leque de pontos de observação quando procuramos refletir e questionar os aspetos emocionais envolvidos nestes processos. Efetivamente, enquanto clínicos, somos desafiados nas nossas teorias e confrontados com as limitações da nossa disciplina. É portanto uma prática clínica que obriga ao diálogo com outras disciplinas que nos ajudam a enquadrar e a pensar, tais como o Direito, a Filosofia, a Sociologia, a Antropologia — e a lista não se esgota aqui.

¹ Pedopsiquiatra, Analista Didata da Sociedade Psicanalítica Belga, Vice-Presidente Eleita da Associação Psicanalítica Internacional, membro de ligação COWAP. *E-mail:* katy.bogliatto@me.com

Neste artigo, escolhi como ponto de observação o infantil, entendido como a parte inconsciente da mente que guarda o infantil reprimido e as teorias sexuais infantis, através de um vértice somatopsíquico. Com este objetivo, irei focar-me no impacto corporal desta experiência, incontornável em qualquer tratamento de RA, defendendo que esta estimulação corporal — vinda tanto do exterior como do interior — não é apenas parte do campo somatopsíquico, como também se torna numa experiência sensorial em busca de representação, conduzindo eventualmente ao questionar de fantasias e conflitos inconscientes. Estas fantasias são acompanhadas por intensos afetos, inicialmente centrados no corpo (ligados com a experiência e significado da fertilidade/infertilidade e com as modificações corporais associadas aos tratamentos hormonais, ou com o início da gravidez, entre outros), mas posteriormente irá refletir a turbulência psíquica inerente ao processo de RA, que vai ligar-se com a história de vida das pessoas que se submetem a estes procedimentos.

Podemos ouvir estas narrativas como cenários em que se interligam estes conflitos e fantasias com o arcaico infantil que existe em cada um de nós, entendido como um campo inconsciente não representado, contendo a mais indiferenciada zona entre *self* e objeto e entre corpo e mente, bem como os mais longínquos vestígios da relação precoce mãe-bebé.

Qualquer mulher que recorre à RA não apenas terá de elaborar a separação entre o ato sexual e o ato que levará à maternidade, mas será também confrontada com a realidade do seu corpo biológico, bem como com a sua imagem corporal e as representações conscientes e inconscientes que foram sendo construídas ao longo do seu percurso de vida. Estas incluem as suas representações da maternidade, do corpo feminino, da gravidez e da sexualidade, as quais se constroem na base do que é transmitido transgeracionalmente de mãe para filha, mas que são também moldadas pelo ambiente sociocultural e pela influência do pensamento feminista.

Durante o processo, o corpo da mulher — o locus original das pulsões buscando representação, espaço onde vestígios da inscrição das fantasias inconscientes originárias podem ser encontrados — será escrupulosamente investigado, manipulado por procedimentos médicos vários, estimulado hormonalmente e submetido a cirurgias.

Todas estas experiências são estímulos, com origem simultaneamente interna e externa, que produzirão sensações corporais, as quais irão procurar tomar forma, assentando numa moldura produzida pelas representações fantasmáticas em que poderão entrelaçar-se; com sucesso em alguns casos, enquanto noutrós estas experiências continuarão a aguardar a oportunidade para serem pensadas e sonhadas.

Desde Freud (1933/2004), a Psicanálise continua a explorar a complexidade do desejo de ser mãe e a sua ligação com o corpo e com o feminino. É uma longa história, que entrelaça as teorias sexuais infantis e as suas raízes na bissexualidade psíquica, cujas origens estão nas experiências arcaicas do bebé na relação com a mãe (Winnicott, 1956/1969; Bion, 1962/2003; Laplanche 1987/2016). Atualmente, sob a influência do pensamento feminista, as nossas teorias e modelos de pensamento sobre o feminino e a maternidade continuam a transformar-se. Deste modo, têm contribuído para a transformação do lugar da mulher na sociedade e para expandir o espaço para se poder pensar na sexualidade, na identidade sexual, no género e no corpo feminino (Pines, 1993/2010; Chodorow, 2003; Fiorini, 2008), sublinhando a complexidade do feminino e propondo outras formas de pensar que vão para lá da tradicional conceção do feminino como negativo do masculino — que opunha fálico *versus* castrado e reduzia a maternidade a uma substituição e elaboração psíquica que a menina faria do seu desejo de possuir um pénis, através da elaboração da situação edipiana.

No entanto, como Balsam (2012) defende, nas nossas teorias e modelos do feminino temos de estar atentas para não nos pertermos em abstrações teóricas, arriscando perder a ancoragem corporal e o contacto com o nosso lado animal, com o nosso *self* pulsional e a nossa mortalidade.

Durante o processo de RA, o corpo da mulher é constantemente escrutinado, estimulado e invadido por hormonas. Cada paciente está destinada a visitar e revisitar a sua relação com o seu corpo, com o sexual e com a sua sensorialidade. A complexa dialéctica entre soma e psique, o solo onde se originam as pulsões, irá conhecer tensão e conflito. A cada etapa desta trajetória, a paciente irá conhecer incerteza, disfunção e insucesso, o que a obrigará a um trabalho de integração e metabolização das explicações fisiológicas para a sua infertilidade e das suas repercussões psíquicas e fantasmáticas.

Como psicanalistas a trabalhar num serviço ou clínica de fertilidade, o nosso trabalho será apoiar e ajudar as pacientes que desejam tornar-se mães num momento em que o seu corpo e o seu desejo de engravidar esbarram numa impossibilidade, a qual questiona as próprias fundações desse mesmo desejo. Poderemos então ajudá-las a refletir no seu desejo de maternidade, convidando-as a revisitar a inscrição psíquica de certos acontecimentos da sua vida, exploração baseada nos nossos conceitos psicanalíticos, tal como as constelações infantis fantasmáticas, nomeadamente as teorias sexuais infantis, alicerçadas na vivência do conflito edipiano. Estes conceitos estão intimamente ligados ao subtil entrelaçamento intersubjetivo com o objeto primário, começando não apenas na narrativa dessa relação, mas também escutando a história inscrita no corpo. É através dele — quer seja através dos procedimentos, mais ou menos invasivos, para diagnosticar o grau de fertilidade, quer seja através da inseminação artificial ou da fertilização *in vitro* (FIV), até ao congelamento de gâmetas ou embriões — que o desejo de procriação ou de maternidade será constantemente questionado e confrontado com o conflito interno que desencadeia, em busca de desfechos que permitam a elaboração psíquica, quer conduzam ou não à concretização da maternidade. O processo de RA acabará por revelar, por vezes de forma assustadora, um infantil à procura de um continente e de uma função alfa transformadora.

O desenvolvimento psíquico desta intrincação silenciosa entre o biológico e o simbólico será único para cada mulher. Por vezes, pode ser um longo e doloroso caminho, cujo desfecho pode ser a maternidade ou a renúncia à possibilidade de uma gravidez, ou outras variantes, como tornar-se mãe por outra via ou renunciar totalmente a ser mãe, o que vai requerer encontrar vias alternativas para o desejo e a criatividade. Algumas mulheres conseguem-no, outras não.

Para algumas pacientes, o confronto com a realidade, que as coloca perante a necessidade de abdicar da possibilidade de engravidar e dar à luz um bebé, será um momento de crise, na qual a experiência corporal e a dor psíquica, que pode ser traumática em alguns casos, conduzirão a uma necessidade de explorar as raízes da sua vivência emocional. Este momento de crise, em que a paciente se vê confrontada com as fundações do seu desejo de ser mãe e os conflitos psíquicos subjacentes, poderá, através do trabalho psicoterapêutico, conduzi-la

a elaborar a profunda ferida narcísica que estas situações acarretam — no melhor dos cenários — encontrar um novo equilíbrio na vida (Chodorow, 2003).

ILUSTRAÇÃO CLÍNICA

Martha pediu para me ver no centro de fertilidade em que dou consultas. A minha memória do nosso primeiro encontro é a imagem do seu rosto, marcado por um sorriso fixo, que contrastava com o relato das variadas tentativas falhadas de inseminação, seguidas de FIV, nenhuma das quais tendo dado origem, até à data, a uma gravidez. O clima emocional desta primeira consulta estava saturado de ansiedade, que a paciente depositou em mim, e que ligava parcialmente com todos os falhanços que havia sofrido, e que permaneciam omnipresentes, pairando sobre e prejudicando a sua vida quotidiana.

Foi preciso tempo para gradualmente me ir inteirando de elementos da história de Martha, que fui recolhendo nas sessões subsequentes. Martha usava as nossas sessões para expor a conflituosa e dolorosa relação com o seu corpo, que parecia não conseguir acolher vida, sem que houvesse uma explicação fisiológica para tal, nem nela, nem no marido.

Pude então ajudá-la a identificar algumas fantasias inconscientes de ataque ao corpo, através do relato que fez da sua necessidade constante de se retirar do mundo, dos procedimentos de RA, do marido, dos seus compromissos profissionais, de modo a *recarregar as baterias* durante as férias, escolhendo para esse efeito destinos longínquos, onde a natureza é árida e seca. Recorrendo às imagens desta paisagem, e usando-as como representações de sensações e afetos, fui ajudando Martha a conectar-se com as inquietantes percepções e sensações que lhe chegavam do interior do seu corpo — um mundo feminino percebido como árido, deserto, seco.

Mais tarde, fiquei a saber que a paciente havia feito um aborto dez anos antes, num momento da vida em que estava a lidar simultaneamente com uma separação do companheiro da altura e a brutal deterioração física e posterior morte da sua mãe. Nesse momento em que vida e morte estavam interligadas, o início da gravidez, a perda, a morte e o aborto ficaram confundidos dentro dela. Deste período, o que se recorda foi de ter recorrido ao desligamento das suas emoções e das

sensações corporais; não encontra qualquer vestígio na sua memória de ter percebido algum tipo de mudança corporal ligada com o início da gravidez, nem de ter sentido dor antes ou depois do aborto, tal como não tem memória de experiências de dor física durante a infância. Também não se recorda da dor que teria sentido com a morte da mãe.

Foi apenas no decurso do nosso trabalho, muito mais tarde, que conseguiu revisitar este período da sua vida e entrar em contacto com esta experiência de congelamento e retirada afetiva, tal como com a sideração perante a morte da mãe, movimento defensivo que havia começado muito antes, durante a sua infância.

Assim, o trabalho psicoterapêutico permitiu que Martha explorasse a sua história infantil, da qual tinha poucas memórias, questionando-se pouco a pouco sobre o seu vínculo com uma mãe alcoólica (que havia sido abandonada pelo pai de Martha). Descobrindo o lugar que havia ocupado ao longo do seu crescimento junto da mãe enquanto objeto contrafóbico, apercebe-se então da força do seu desligamento, não apenas aquele que lhe permitia isolar-se no seu quarto durante longas horas enquanto criança, mas também a força do seu refúgio psíquico e da clivagem entre os afetos e o corpo, de forma que protegesse o *self*.

O trabalho psicoterapêutico decorria com uma frequência semanal, o máximo que a Martha podia suportar devido à sua necessidade de manter a analista à distância, permitindo-lhe assim falar da sua experiência na RA e da dor e inquietação que cada consulta médica lhe causava. Na verdade, as consultas médicas confrontavam-na com sentimentos perturbadores, a partir dos quais reconhecia a sua impotência para descodificar e expressar em imagem ou verbalmente as contraditórias sensações vindas do interior do corpo, que tinha passado a vida a ignorar.

Mas atrás de um insucesso vinha outro.

Após a transferência de um embrião que não se implantou, desabafou comigo acerca da luta interna que sentia e a pressão sobre a qual andava; o desejo de carregar uma criança no seu ventre e tornar-se mãe era concomitante com o seu oposto, ou seja, a angústia que lhe provocava a ideia de ver o corpo a mudar, os seios a transformarem-se, a barriga a aumentar. Admitiu então que passava muito tempo em frente ao espelho, à procura de um sinal que pudesse anunciar a mudança do seu corpo, tão temida e ao mesmo tempo tão desejada.

Foi a equipa médica que a salvou deste conflito, informando-a de que era preciso recorrer a ovodoação se quisesse continuar o processo. Uma proposta que Martha e o marido rejeitaram, abrindo então uma outra via para alcançar a maternidade — a adoção, em que a experiência corporal da gravidez podia ser contornada.

Martha tornou-se na mãe adotiva de uma menina e com isso descobriu competências maternas que não acreditava ter, continuando o seu processo terapêutico comigo. Tal permitiu-nos continuar o trabalho de simbolização da angústia e das sensações corporais sem forma, e, portanto, não sonhadas, e de elaboração da relação com um objeto materno persecutório, do qual o *self* dificilmente se diferenciava — diferenciação fundamental para o acesso à experiência da maternidade através da gravidez, mas que ocorreu demasiado tarde no caso do ciclo biológico de Martha.

EM CONCLUSÃO

No contexto deste trabalho, a analista irá acompanhar as pacientes na sua procura de um maior apoio familiar e social e novos modelos de identificação, promovendo o desenvolvimento da função materna e da sua feminilidade. Para algumas destas mulheres, isto irá envolver um trabalho sobre as representações da cena primitiva e as teorias sexuais infantis: teorias que derivam das múltiplas variações do Édipo, desde as mais primitivas, nas quais a figura materna é predominante — o Édipo arcaico de Klein (1928) ou o idílico período «minoico-messiânico» de Freud (1931/2004) —, até àquelas marcadas pelo deslocamento de desejos e investimentos libidinais da mãe para o pai, na procura de um pai para os seus bebés. Para outras mulheres, confrontadas com a violência das experiências corporais e a fragilidade das representações e identificações, o objetivo é transformar elementos corporais inconscientes, impressões sensoriais ou elementos beta em elementos alfa que vão enriquecer e dar corpo ao psiquismo, encorajando movimentos psíquicos em direção à mentalização ou ao recalque, duas vias opostas, mas ambas permitindo que o crescimento psíquico continue a acontecer.

Pondo as coisas noutrós termos: ouvir as histórias das nossas pacientes e conhecer as suas trajetórias e experiências relacionadas com a RA, do corpo para o pensamento e do pensamento para o corpo,

permite explorar as vicissitudes do infantil, os vestígios da ligação primária ao objeto materno e a sua ancoragem original no corpo, como elementos somatopsíquicos que ainda não foram elaborados, de modo a transformá-los em processos secundários que permitam a produção de pensamentos que possam simbolizar e representar o não-representado. Será que isto é possível ou é utópico no contexto de uma clínica ou serviço de fertilidade?

Angèle vem ver-me pontualmente durante os anos que dura o seu percurso na RA para a poder ajudar a processar a sua ansiedade, que surge depois de cada transferência, ou mais especificamente durante o período de espera pela nidificação do embrião que dará início a uma gravidez, confirmada pela primeira análise de sangue feita dez dias depois da transferência do embrião para o útero. Durante este período, Angèle vigia ansiosamente o mais pequeno sinal vindo do seu corpo, tentando interpretá-lo e dar-lhe sentido. No entanto, perante o mais pequeno sinal que ela não consegue interpretar, sente-se deprimida e os seus pensamentos inclinam-se imediatamente para o «não», o que ela interpreta como estando na origem da sua dificuldade de acesso à maternidade através da experiência de estar grávida. Ainda hoje, continuamos a trabalhar para descodificar e simbolizar este «não», procurando novas representações fundadas no infantil e relacionadas com as sensações corporais, de modo a viabilizar novas narrativas... enquanto o relógio biológico assim o permitir.

ABSTRACT: In this paper illustrated with a clinical vignette, the author aims to unfold some facets of the complexity of the psychic work of symbolization experienced by each woman undergoing assisted reproduction, as the body is subject to internal and external stimulations. The author proposes to listen to the somatosensory elements as a field of exploration in search of representations and eventually enabling conflicts and fantasies to be questioned and linked with the vicissitudes of the archaic infantile that lies in every one of us, understood as an unconscious field lacking in representations containing the most undifferentiated zone between self and object, between soma and psyche as well as the vestiges of the primary traces between mother and child.

KEYWORDS: medically assisted procreation, symbolization, infantile sexual theories, somatopsychic elements.

REFERÊNCIAS

- Balsam, R. (2012). *Women's bodies in psychoanalysis*. Routledge.
- Bion, W. (2003). *Aux sources de l'expérience*. Presses Universitaires de France.
(Original publicado em 1962.)
- Chodorow, N. (2003). Too late: Ambivalence about motherhood, choice, and time. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 54(4), 1181–1189.
- Freud, S. (2004). De la sexualité féminine. Em *Œuvres Complètes de Freud, volume XIX* (p. 7-28). Presses Universitaires de France. (Original publicado em 1931.)
- Freud, S. (2004). Nouvelle suite des leçons d'introduction à la psychanalyse. Em *Œuvres Complètes de Freud, volume XIX* (pp. 195–219). Presses Universitaires de France. (Original publicado em 1933.)
- Fiorini, L. (2008). *Deconstructing the Feminine*. Karnac Books.
- Klein, M. (1928). Early stages of the Oedipus conflict. *The International Journal of Psychoanalysis*, 9, 167–180.
- Laplanche, J. (2016). *Nouveaux fondements pour la psychanalyse*. Presses Universitaires de France. (Original publicado em 1987.)
- Pines, D. (2010). *A Woman's Unconscious Use of Her Body*. Routledge. (Original publicado em 1993.)
- Winnicott, D. (1969). *De la Pédiatrie à la Psychanalyse*. Presses Universitaires de France. (Original publicado em 1956.)

Tradução por Ana Teresa Vale

PESQUISA

EXPERIÊNCIAS DO CORPO EM PESSOAS TRANS¹

Daniel Matias²

<https://doi.org/10.51356/rpp.451a5>

RESUMO: O fenómeno *trans* configura-se na atualidade como representativo de toda uma série de tensões, articuladas no plano social, político e cultural, assim como na forma como a clínica perspetiva tais formulações. Central a este discurso, o corpo surge como dimensão importante, considerando-se as suas transformações como representativas de um grau maior de liberdade pessoal. O presente estudo tem como problema de investigação a vivência do corpo de pessoas trans. Empregando os termos propostos por Lemma (2022), procuramos compreender a experiência providenciada pelos participantes do estudo relativamente ao «corpo dado» e ao «corpo certo»/corpo ideal. Metodologicamente, optou-se por uma pesquisa de cariz qualitativo, sendo empregado o método biográfico-narrativo-interpretativo. Em termos dos resultados obtidos, verificou-se que o período da puberdade revela ser de particular importância na transição entre o corpo dado e o corpo ideal, assistindo-se a uma diversidade de posicionamentos em relação a tal formação. O processo de transição é alvo de profunda reflexão, sendo que o ato cirúrgico aparece como opção, não enquanto necessidade óbvia. Em termos de conclusão do estudo, aponta-se para a implicação ética da teoria e prática psicanalítica na relação com este fenómeno.

PALAVRAS-CHAVE: transgénero, corpo, género, teoria psicanalítica.

¹ Artigo submetido em dezembro de 2024 e aceite para publicação em março de 2025.

² Psicólogo clínico (ISPA), Doutor Europeu em Estudos Culturais (FCSH-UNL). Membro da Sociedade Portuguesa de Psicologia Clínica. Realiza investigação, de carácter transdisciplinar, nas áreas do género e sexualidade, trauma e violência. *E-mail:* dmatiaspt@gmail.com

INTRODUÇÃO

Devido a uma confluência de diversos fatores, é possível afirmar que na atualidade o fenómeno *trans* atua como elemento agregador e revelador de toda uma série de ansiedades e conflitos, aspirações e reivindicações.³ Como afirma Missé (2014), «o fenómeno da transexualidade funciona quase como um paradigma em que se materializam alguns dos principais desafios do nosso modelo social» (p. 22). O alcance cultural de tal matéria, entre a discussão ponderada e o sensacionalismo, é indicativo de uma visibilidade inédita das pessoas trans.

O impacto de tal discussão no mundo psicanalítico viria a materializar-se, de forma mais óbvia, em 2019, com o discurso do filósofo Paul Preciado, proferido no âmbito de uma conferência em Paris organizada pela *École de la Cause Freudienne*. Preciado, fazendo uso alusivo de uma personagem de Kafka — o macaco *Pedro Vermelho*, que, perante uma academia científica, demonstra a sua inadequação entre símio e humano —, viria deste modo interpelar a audiência de psicanalistas: «Eu sou o monstro que vos fala. O monstro que vocês construíram com os vossos discursos e as vossas práticas clínicas. Eu sou o monstro que se levanta do divã e toma a palavra, não enquanto paciente, mas, sim, enquanto cidadão, enquanto vosso igual monstruoso» (Preciado, 2020, p. 17). No seu discurso, Preciado criticava a patologização da transexualidade por parte da Psicanálise, assumia que esta se encontrava ainda largamente informada por uma cultura patriarcal e colonialista, cultura essa que percebe ser veiculada pelos textos de Freud e de Lacan, pelo que sugere como contraponto necessário uma psicanálise das instituições analíticas. Preciado concluiu

³ De acordo com Saketopoulou (2020), o termo «*trans*» procura «descrever um conjunto heterogéneo de indivíduos que partilham uma sensação de não concordância entre o género experienciado e o género atribuído à nascença com base na observação do sexo» (p. 1019). No presente trabalho, optou-se pela utilização deste termo, por se considerar ser o mais atual no âmbito desta área de estudos. Não obstante, como poderá ser observado ao longo deste estudo, outras nomenclaturas, como «*transexual*» ou «*transgénero*», são igualmente empregadas, sinal quer da heterogeneidade conceptual própria deste campo de investigação (Lemma, 2022), quer da compreensão idiossincrática de cada autor relativamente a este fenómeno. De forma geral, no presente estudo, o termo «*transgénero*» referir-se-á a pessoas que não se identificam com o género atribuído à nascença, sendo o termo «*transexual*» empregado para designar as pessoas que veiculam o desejo de mudança de sexo.

advogando por uma libertação de Édipo e uma consequente aliança com os «monstros», no sentido de «politicizar os corpos, *desbinarizar* a sexualidade e descolonizar o inconsciente» (p. 121). Várias têm sido as respostas da comunidade psicanalítica, particularmente da franja lacaniana, aos argumentos do filósofo. Em particular — e como forma de ilustração da dimensão atual destas questões —, do psicanalista Allain Miller, que viria a declarar que «a crise trans está entre nós» (Miller, 2021, p. 3). Chegou a considerar-se 2021 como o *année trans*, perante todo o fulgor mediático e político.

Em larga medida, a conferência de Preciado constitui um momento lógico e inevitável em termos das discussões e tensões presentes entre a psicanálise e a temática do género e sexualidade. À crítica feminista do falocentrismo das principais teorias psicanalíticas, assim como a exposição da heteronormatividade das mesmas por parte de académicos e ativistas no âmbito dos estudos sobre sexualidade, alia-se uma crítica da binarização dos sexos. Porchat (2020) considera como o encontro da psicanálise com o género se realiza através de «atração e repulsa» (p. 14), ilustrando assim as várias tensões que se organizam e espelham neste (des)encontro.⁴

Seguramente, uma leitura linear das relações entre psicanálise e a temática do género e sexualidade será contraproducente. Não obstante a pertinência de vários dos argumentos de Preciado, a sua leitura da relação entre psicanálise e género é, em várias instâncias, generalista:⁵ a sua acusação da constante patologização, por parte da Psicanálise, de práticas não normativas, não obstante ser pertinente de um ponto vista histórico e político, peca por uma imprecisão advinda da sua generalização. Uma perspetiva contextualizada dos saberes e elaborações da Psicanálise indicaria que esta exibe na sua história também práticas e pensamentos caracterizados por um eixo progressista e humanista, largamente ausente na sexologia e psiquiatria do século XIX (Roudinesco, 2002).

A generalização de Preciado desconsidera como tem sido através do uso da teoria psicanalítica que vários dos argumentos culturalmente enraizados no âmbito do género e sexualidade têm sido

⁴ Sobre este tópico, ver igualmente Benjamin (1995) e Zanón (2019).

⁵ Generalização que o próprio reconhece; ver Bassols (2021).

questionados; embora, para este processo, tenha sido necessária igualmente uma crítica interna da própria teoria psicanalítica, presente na própria atualidade, relativamente aos seus fundamentos, considerações e preconceitos.

O presente estudo tem como problema de investigação a vivência do corpo de pessoas trans. Mais precisamente, e empregando os termos propostos por Lemma (2022), procuramos compreender a experiência providenciada pelos participantes do estudo relativamente ao «corpo dado» e ao «corpo certo». Atendendo à diversidade de temporalidades em termos do processo de transição por parte dos participantes, optou-se no presente estudo por utilizar nas entrevistas o termo «corpo ideal», em vez de «corpo certo», desta forma procurando sublinhar a importância da fantasia nas considerações ao nível da construção do corpo.

Tratando-se de um estudo exploratório, em termos das questões baseadas na literatura existente sobre o objeto de estudo, procurámos abordar os seguintes tópicos relacionados com a experiência do corpo: (a) as temporalidades experienciadas como relevantes no âmbito da construção do corpo próprio, nomeadamente infância, puberdade/adolescência e atualidade dos participantes; (b) as experiências e compreensões próprias das dimensões do feminino e masculino; (c) como é compreendido o processo de transição e as experiências pessoais relativas ao mesmo, como sendo o nome ou a cirurgia; (d) quais as expectativas e imagens associadas ao corpo ideal.

TEORIA PSICANALÍTICA E FENÓMENO TRANS

Numa perspetiva histórica, de acordo com Jorge e Travassos (2018), a transição entre os sexos era um tema já abordado por Hipócrates e Heródoto. No campo particular da Psiquiatria, o primeiro registo de um caso próximo à transexualidade foi apontado pelo psiquiatra francês Jean Esquirol. Em 1910, o sexólogo Magnus Hirschfeld empregou o termo «transexual psíquico» para se referir a travestis fetichistas (Lattanzio, 2021). O termo «transexual» apareceria pela primeira vez em 1949, num artigo de D. Clauwell, em que se diferencia tal categoria de outras, como a homossexualidade ou o travestismo. O uso do conceito na Medicina inaugurou-se em 1953, pela mão do endocrinologista alemão Harry Benjamin. A primeira cirurgia de que se tem

documentação realizou-se em 1921. Em 1955, John Money, ao introduzir o conceito de género no âmbito do *corpus* científico, propulsou novas investigações sobre a transexualidade.

A Psicanálise, na interseção com diferentes disciplinas e saberes, como sendo a Medicina e a Sexologia, encontra-se imbricada nesta história. Relativamente às teorias psicanalíticas sobre a transexualidade, Lattanzio (2021) verifica a existência de três atitudes distintas perante este fenómeno: 1) compreensão; 2) patologização; 3) crítica da normatividade presente nas teorias sobre género e sexualidade. Para Lemma (2022), as teorias psicanalíticas clássicas entenderam a transexualidade através de uma lente essencialista e normativa, sendo assim considerada como a demonstração de um distúrbio narcísico, uma perversão, ou revelando a existência de uma estrutura psicótica (p. 28).

Igualmente, será possível apontar como os primeiros desenvolvimentos na consideração da transexualidade geralmente a equacionavam com a homossexualidade, originando assim a confusão entre, respetivamente, identidade de género e escolha de objeto sexual. Para Jorge e Travassos (2018), uma hipótese a ser colocada na génese da transexualidade será de que se tratam de sujeitos homossexuais que, por ação de defesa extrema frente à sua sexualidade, empregam uma ação no real do corpo de forma que possam adequar a sua identidade às normas sociais. Esta é a hipótese geral de que a transexualidade será uma defesa contra a homossexualidade.

Atendendo quer às críticas advindas dos movimentos sociais, quer à adoção crescente de epistemologias centradas na noção de complexidade, as teorias psicanalíticas da contemporaneidade têm vindo a refletir uma noção múltipla no cerne das formulações das subjetividades trans. Para Lemma (2022), uma visão psicanalítica contemporânea procura integrar o pensamento psicanalítico com perspetivas biológicas e sociais (p. 30), dando particular relevância a aspetos culturais e sistémicos, compreendendo o género e a sexualidade como construções que desafiam noções essencialistas (p. 31). Tal confluência de fatores tem sido assim assinalada por teóricos deste campo interdisciplinar de estudos, na tentativa de procurarem compreender o que leva alguém a desidentificar-se do sexo atribuído à nascença. Cavanagh (2017) recapitula toda uma série de esforços por parte de

teóricos *queer* que procuram assinalar como as fantasias de várias pessoas trans implicam uma busca do corpo que deveria ter estado presente desde o início. Neste âmbito, Breslow (2017, pp. 432–433) considera como todos os corpos «são de forma continuada e laboriosa produzidos através de sentimentos, desejos, fantasias e processos de identificação (e, assim, de reconhecimento e não reconhecimento)».

Lemma (2022) argumenta que a pluralidade das experiências de pessoas transgénero não se reduz a uma questão psicológica ou psiquiátrica, nem mesmo a uma questão de ordem sociocultural. Assim, avança com a noção de que compreender o mundo interno do indivíduo transgénero implica considerar a experiência subjetiva da corporeidade (*embodiment*). Igualmente, Lattanzio (2021) considera como os aspectos relativos ao género são centrais na vida de pessoas transexuais, particularmente a busca de adequação ao género a que sentem pertencer, adequação essa que se procura alcançar através do uso e modificação do corpo.

Neste âmbito, importará recordar que para Freud (1923) o Eu seria primeiramente um Eu corporal, sendo assim a autorrepresentação mais antiga a representação corpórea. As experiências precoces, de natureza largamente sensório-motora, vão permitindo a organização — ou desorganização — de um sentido de identidade. Apoando-se na teoria freudiana das identificações e da primazia inicial do Eu enquanto organização corporal, assim como nas teorias de Jean Laplanche, Heenen-Wolff (2021) sublinha como o inconsciente da criança «é formado através de um “diálogo” implícito com as percepções mais subtils do comportamento adulto, que é psiquicamente significativo, mas não traduzível em significados claros» (p. 469). Na relação criança-adulto, necessariamente assimétrica, ocorre a transmissão de mensagens enigmáticas, possivelmente contraditórias, que informam o desenvolvimento gradual do inconsciente da criança. Vila-Real (2023) assinala como a sexualidade emergente da criança e a sua organização corporal é necessariamente influenciada pela sexualidade inconsciente do adulto: «é esta influência que emancipa o corpo infantil do jugo fisiológico, mas que, sendo excessiva, pode resultar traumática, e, por isso mesmo, manter uma acentuada predominância do corpo somático» (p. 71).

Tais experiências encontram-se imbrincadas num contexto intersubjetivo, e foi o reconhecimento de tal que permitiu à teoria

psicanalítica colocar o corpo como ponto de relação privilegiado entre o sujeito e o outro. Seguindo nesta esteira, Von Doellinger (2017) comenta como, derivando da obra de Merleau-Ponty, se pode considerar o corpo enquanto eixo central da constituição da identidade pessoal: «O corpo humano, encarnação da pessoa, é o lugar onde nascem e se manifestam os desejos, as sensações e as emoções. E é também aquilo que nos permite encontrar os outros, manifestando a natureza relacional do indivíduo pela afirmação da sua individualidade» (p. 66).

A importância do corpo no fenómeno trans reaviva o debate sobre a conceção dualista «corpo-mente». Numa compreensão psicanalítica, tal dualidade tem sido claramente criticada. De acordo com Jorge e Travassos (2018), o corpo considerado pela psicanálise, o «corpo pulsional», difere de considerações de ordem biológica, fisiológica ou anatómica: «o corpo pulsional é heterogêneo ao imaginário da anatomia corporal e [...] não está submetido exclusivamente a alguma lei natural» (p. 32).

Para vários autores contemporâneos, que procuram ressignificar a ideia clássica de que intervenções no corpo seriam uma forma de *acting out*, o fenómeno trans é entendido não como uma expressão de patologia, mas, sim, de criatividade. O conceito de *sinthome*, apresentado por Jacques Lacan no seu Seminário XXIII (1975–1976), tem sido central na discussão e compreensão psicanalítica do fenómeno trans. *Sinthome*, enquanto a formulação antiga da língua francesa para a palavra «sintoma» (*symptôme*), é entendido por Lacan como uma mensagem que não é dirigida ao Outro ou pede interpretação, sendo a condição exemplificativa da singularidade do sujeito.

A título de exemplo, Gherovici (2017a) considera o fenómeno trans não como uma questão de «ter», mas como uma estratégia de «ser». Assim, e apoiando-se na formulação lacaniana do *sinthome*, Gherovici entende a subjetividade trans como a forma singular através da qual se alcança a possibilidade de vida. Gherovici (2017b) comprehende que esta noção lacaniana proporciona a possibilidade de pensar no fenómeno trans; para esta autora, a experiência trans revela uma experiência partilhada, a impossibilidade de representar a sexualidade de forma clara e óbvia: «todas as questões de identidade sexual giram à volta de um corpo particular, um corpo no qual não se nasce, mas que se torna» (p. 542). Igualmente, outros autores, como Jorge e Travassos (2018), afirmam que se anteriormente seria a homossexualidade

que abalava um certo consenso social sobre a natureza da sexualidade humana, é a transexualidade que desempenha tal papel na nossa atualidade. De acordo com os autores, «a transexualidade escancara a absoluta ausência da naturalidade do corpo e exibe o caráter heterogêneo da linguagem em relação a ele» (p. 74). Atendendo à complexidade de tais políticas, o corpo trans tornou-se num «barômetro social das políticas da diferença» (Gherovici, 2017a, p. 6).

Nesta leitura, o processo de transição — independentemente de implicar ou não cirurgia — é entendido como uma procura de formar novas representações, de tradução do anteriormente não representado. De acordo com Breslow (2017), uma leitura lacaniana no âmbito do desenvolvimento psicossexual considera não a centralidade do corpo material, estritamente anatômico, mas, sim, os «significados de ordem simbólica que são implicados sobre a anatomia» (p. 438). As fórmulas lacanianas de sexuação encontram uma maior adesão por parte de vários teóricos, já que estas implicam um modelo derivado da lógica e não dos contornos anatômicos (Gherovici, 2017b).

Por outro lado, Lemma (2022, p. 33) aponta um possível limite de tais teorias, uma vez que ao implicarem um certo nível de idealização do fenômeno trans e *queer* como largamente espaços de possibilidade infinita em termos de invenção e reinvenção, arriscam desconsiderar os aspectos relacionados com a dor e o possível desapontamento que fazem parte dos processos de transição. Não obstante os avanços tecnológicos e médicos, os processos de transição são ainda longos e compostos por diferentes fases, o que implica uma compreensão minuciosa das motivações inerentes à tomada de decisão de nestes se implicar. Numa vertente etnográfica e pessoal, Connell (2010) alude a como os processos de transição não são estáticos: por um lado, implicam uma recolocação na ordem de gênero — aqui podendo estabelecer-se paralelos com a posição de Gherovici —, assim como são prova de, e apontam para, mudanças históricas no âmbito das relações de gênero.

Com um foco na clínica, e baseando-se em Merleau-Ponty, Lemma (2022) estabelece a distinção entre esquema corporal — o conjunto de processos sensório-motores que regulam a postura e movimento — e imagem corporal, que seria o «mapa psíquico/libidinal do corpo» (p. 40), organizado de acordo com as leis da biologia e os significados e fantasias de cariz inconsciente que influem na experiência do corpo.

Assim, a prática clínica, argumenta Lemma, encontra-se particularmente focada na compreensão da imagem corporal, uma vez que esta compreende uma «anatomia imaginária» (p. 40), sendo o resultado de significações particulares e de cariz idiossincrático promovidos nas relações mais precoces. O corpo adquire assim, igualmente, um carácter transgeracional, uma vez que recapitula toda uma vasta gama de investimentos inconscientes. Como indica Lemma (2022), o corpo conta a história familiar, de várias gerações.

Desta forma, e reconhecendo a centralidade do corpo na organização de uma identidade coerente, Lemma (2022) considera como a ideia de um «corpo natural» é imprecisa, uma vez que todos os corpos são locais de modificação e construção, fenómenos claros quando percebemos a ação variada de projeções de outros significativos, assim como as determinações oriundas do contexto cultural, por via das suas normas e valores próprios. Ultrapassando-se a noção de «corpo natural», surge a noção de «corpo dado», o corpo que advém dos elementos próprios da fisicalidade e psicogenética e que, logo nas interações mais precoces do bebé, sofre modificações, através do olhar, toque e projeções. Lemma introduz ainda a noção de «corpo certo», o corpo que o indivíduo sente reconhecer como seu.

Uma noção subjetiva do corpo, como apresentada na expressão introduzida por Lemma de «corpo certo», implica compreender que o corpo é construído em larga medida através do olhar do outro. Através de processos crescentemente elaborados de espelhamento e mentalização por parte de figuras significativas, assiste-se ao desenvolvimento de um sentido próprio do que significa o corpo para si. Central neste processo será a distinção, como apresentada por José Gil, entre o «ver» e o «olhar». Para o filósofo, se o «ver» implica necessariamente uma distância, o «olhar» compreende já uma aproximação, mesmo que tentativa: «O olhar implica uma atitude [...] de participar no espetáculo total da paisagem» (p. 48).

Relacionando com a articulação complexa do olhar e ser olhado, Lemma (2022) coloca quatro temas centrais como exemplificativos da sua experiência com pacientes transgénero:

1. a existência de uma incongruência entre o «corpo dado» e o «corpo certo»;

2. dificuldade em relatar tal incongruência a figuras de vinculação significativa;
3. experiência de não ser reconhecido ou de ser visto, não olhado;
4. foco na materialidade do corpo.

Igualmente, em termos das subjetividades trans, Vila-Real (2023) localiza três tipos de dinâmicas com o corpo:

- 1) a não identificação com o género atribuído, com desejo de mudança de sexo: verifica-se a fantasia de não adequação perante o olhar do outro ou perante o espelho;
- 2) a não identificação com o género atribuído, sem desejo de mudança de sexo: verifica-se a procura de eludir o binarismo entre masculino e feminino;
- 3) pessoas que procuram ignorar a existência do seu corpo: dinâmica que se origina devido a experiências muito precoces de sofrimento físico por razão de doença grave.

Para vários autores (Heenen-Wolff, 2021; Lemma, 2022), a procura do corpo certo advém de um colapso do processo de espelhamento na infância. Lemma (2022) aponta como a relação primária de cuidado implica uma função de espelhamento, nomeadamente no âmbito do estádio do espelho, que se dá entre o sexto e o décimo oitavo meses, em que toda uma série de desenvolvimentos de particular importância ocorre no âmbito da diferenciação Eu e não-Eu (Winnicott (1971/2005). Tal período afigura-se como central na criação de uma autorrepresentação do bebé e da capacidade de pensamento — falhas que ocorram neste âmbito poderão conduzir a uma experiência severa de incongruência localizada na relação com o corpo, surgindo assim a procura de um corpo sentido como coerente, ou «certo» (pp. 44–46). As formações de compromisso que espelham as transformações necessárias, ocorridas desde o corpo dado ao corpo que um é, ilustram como a corporeidade forma a mente. Podemos assim argumentar pela centralidade do corpo no fenómeno trans, por um lado implicado como está numa série de mensagens transgeracionais, por outro fazendo notar-se a sua desejada vivência de acordo com parâmetros idiosincráticos.

METODOLOGIA

Em termos da metodologia do presente estudo, optou-se por uma abordagem de cariz qualitativo, por se considerar a pertinência da obtenção de narrativas pessoais e do significado particular de cada participante perante a questão de estudo (Creswell, 2007; Robson, 2002). Procurámos assim obter narrativas biográficas parciais, conceptualmente focadas num aspeto da biografia dos participantes (as suas experiências do corpo).

Empregou-se o método biográfico-narrativo-interpretativo (Wengraf, 2001), composto por três momentos (subsessões) de entrevista. Na primeira subsessão, o entrevistador coloca uma única pergunta de forma a eliciar a narrativa na sua totalidade, não havendo interrupções. Na segunda subsessão, o entrevistador procura eliciar mais informação sobre os tópicos abordados na narração inicial, seguindo a ordem em que estes foram surgindo e utilizando a linguagem e conceitos empregados pelo entrevistado. Na terceira subsessão, procura refletir-se em duas componentes principais: (a) questões que tenham surgido na análise preliminar das primeiras duas subsessões; e (b) questões teóricas provindas da análise da literatura.

A amostra do presente estudo constitui-se em quatro participantes que à altura do contacto e realização das entrevistas se identificavam como trans. Todos os participantes eram maiores de idade, rondando entre os 19 e 30 anos. Três dos quatro participantes eram biologicamente mulheres à nascença. Quando das entrevistas, uma participante encontrava-se num processo de transição de homem para mulher (M-F); dois participantes evidenciavam uma identidade considerada como mais fluida, ou incerta; um outro participante realizava o seu processo de transição de mulher para homem (F-M). Todos os participantes, à exceção de um, se encontravam empregados. Em termos de qualificações académicas, dois participantes tinham mestrado, um tinha o grau de licenciatura e um outro encontrava-se a completar o ensino secundário.

As entrevistas totalizam cerca de oito horas, tendo sido conduzidas no período entre maio e setembro de 2022. À exceção de uma primeira subsessão de entrevista, todas as entrevistas foram conduzidas virtualmente, por razão da situação pandémica. Todas as entrevistas foram gravadas, na sua componente áudio, com o consentimento expresso

de cada participante. Nos contactos, utilizaram-se os pronomes com que cada participante se identificava, seguindo-se assim linhas éticas propostas em investigação (American Psychological Association, 2015).

ANÁLISE DE RESULTADOS

No âmbito da apresentação e análise dos resultados, considerou-se a divisão desta secção de acordo com os temas propostos nas entrevistas.

INFÂNCIA

Todos os participantes veicularam a vivência da experiência de «diferença» na infância, que é associada a um contexto familiar em que a sexualidade é considerada tabu. Como coloca uma participante: «O que fazer com a sexualidade sem fins reprodutivos?» A sexualidade aparece como norma, entendida pelo prisma do «natural», seguindo assim os trâmites sociais, como se de uma função óbvia se tratasse.

A estratégia seguida por figuras da família mais próxima parece não ter sido de uma contenção das dúvidas e angústias próprias do desenvolvimento, mas, sim, de uma domesticação a normas sociais entendidas pelos participantes como restritas. Parece, assim, ter-se organizado um modelo angustiado do que é a sexualidade; empregamos aqui o termo «angustiado» como descriptivo desta adesão extrema à norma social, restrita na reflexão, que impede assim de compreender a criança enquanto esta se vai revelando, para lá da imposição social. A exuberância infantil é vista como ameaçadora: a singularidade parece ter sido preterida, em prol da domesticação cultural do corpo.

Em todas as narrativas se verifica uma ideia de pertença ao género oposto. Como formula uma participante que nasceu mulher, desde que se lembra de si sente «uma afinidade pelo lado masculino». O fantasma da homossexualidade paira igualmente na subjetivação do corpo nestes tempos primeiros, homossexualidade essa que parece ter sido compreendida de forma simplista por advir de uma conceção binária da sexualidade: a homossexualidade como simbolizando o negativo, contrária à heterossexualidade positiva. Tal compreensão parece localizar-se num contínuo lógico em que tudo aquilo que veicule uma possível ultrapassagem de fronteiras do que é aceitável do género «natural» é visto como violador da ordem social e, assim, punível.

PUBERDADE/ADOLESCÊNCIA

Como previsto, as narrativas localizam o despertar de questões relacionadas com a subjetividade trans na puberdade/adolescência.

A família não é compreendida como um espaço seguro para lidar e digerir as ansiedades próprias deste período de intensas mudanças; pelo contrário, surge uma teoria da família impeditiva do desenvolvimento do sujeito. Ao invés de a família promover um espaço e tempo de experiência mediado pela continuidade e reflexão, parece ter, em traços gerais, uma atitude de imposição, assim como de impedimento da curiosidade, onde o corpo não pode ser pensado.

Uma participante coloca como, aquando do tempo da puberdade, olhava para outros e fazia um jogo/*role-play* com aquilo que gostava e o que não gostava. Na sua narrativa, orientada por uma economia estroboscópica, parece surgir uma noção de afastamento, de interação visual mediada por uma certa dificuldade em interagir de forma mais direta. Poder-se-á colocar a hipótese de que uma vez que a família não se apresentou enquanto possibilitadora do espaço e tempo de brincadeira — e, consequentemente, de busca segura pelos alicerces do Eu —, surge uma certa hesitação em tomar de forma mais ativa esse papel de busca e procura por um sentido próprio. Por outro lado, esta hipótese encontra já uma possível objeção, dado que muito do trabalho do ser púbere/adolescente passa por um jogo de avaliação, dimensionamento, dos gostos do outro e como esses gostos influem ou não no Eu.

As referências externas ao meio familiar adquirem um peso mais significativo na construção da própria identidade. Uma participante considera uma «passagem mais andrógina», que ocorre após a saída de casa dos pais, e o encontro com um mundo que se considera ser mais alargado. Novamente se verifica a predominância de uma economia estroboscópica, já que nesta passagem para um mundo maior a participante encontra outras formas do olhar, olhar esse que não é sentido pelo Eu como sendo orientado pelo julgamento.

O período da puberdade/adolescência é identificado por todos os participantes como aquele em que o indivíduo começou a pensar que estaria no corpo errado. Uma participante assinala a sua frustração e incompreensão ao verificar o que considera ser a rigidez crescente nas divisões de género existentes nas brincadeiras: «Eu queria ser um rapaz porque eu queria fazer as coisas que os rapazes podiam

fazer e a mim diziam-me que eu... que és rapariga, não podes ou não devias.» Denota-se das entrevistas uma revolta contra esse arranjo social, que assume neste período uma maior consciencialização do que na infância, e uma agência que se torna possível ao questionar o social.

O desenvolvimento com maior evidência dos caracteres sexuais constitui um choque. Uma participante conta como veio a tristeza com o crescimento dos seios, sentimento que associa à frustração de não poder fazer como os rapazes, andar de tronco nu ou realizar ações associadas com o masculino. A evidência do corpo sexuado perturba uma organização interna.

A identidade passa a ser perspetivada como um *becoming*: a procura de um ser-se que não se quer fechado ou pré-determinado. Neste horizonte, não se verifica tanto o aspetto da impulsividade, mas, sim, da introspeção: as narrativas frisam a procura ativa de querer tomar um tempo necessário para reflexão, de acordo com o ritmo e necessidade de cada um. Esta procura contém o intuito de questionar o ímpeto pessoal, assim como o social, para adotar determinadas identidades. Se será necessário adotar uma identidade, esta deverá questionar modelos identitários socialmente esperados; tal adoção identitária não parece ser, contudo, animada por uma espécie de revolta clara contra a sociedade, mas por um questionamento dos padrões e imposições sociais. Denotamos uma procura com criatividade para fundar um Eu, resposta essa que fora adiada por uma família impeditiva.

A puberdade/adolescência é considerada, pelos participantes, um tempo de experimentação, de navegar por entre diversas categorizações sociais, de forma que possa alcançar-se uma ressonância própria. Uma participante indica como, neste período, primeiramente se assumiu bissexual, depois *gay*, tendo posteriormente adotado outras identidades — pansexual, androgina e, na atualidade, trans. De forma geral, para os participantes as categorias sociais não são vistas como estanques ou contendo uma verdade inerente do sujeito; na realidade, quanto mais as categorias puderem ser experienciadas como abertas, mais importantes são. Quiçá como contraponto, evidencia-se nas narrativas uma experiência de solidão, partilhada como é por uma experiência de procura de algo no social que ressoe no íntimo do indivíduo. A família parece continuar a ter pouca presença neste processo, sendo indicadas dificuldades quanto à compreensão da razão de tal procura.

A procura de constituição de uma identidade parece coalescer ao redor de figuras mediáticas, como académicos, ativistas e outros pertencentes ao mundo do cinema, moda e televisão. Como assume uma participante, «essas formas ajudam a compreender». Tais figuras parecem funcionar como modelos que corporalizam a possibilidade de habitar identidades não-normativas. São figuras que apoiam nos momentos de solidão, que evidenciam como a diferença, sentida pelo próprio enquanto perturbadora e ligada a sentimentos íntimos de exclusão, pode afinal ser vivida. Em larga medida parecem agir como figuras de substituição da família.

O encontro com o espelho é vivido de forma excessiva. A materialidade do corpo parece surgir como elemento incômodo, uma vez que apela para um concreto. Igualmente nesta linha, o corpo começa a ser então ferramenta em que se cruzam possibilidades múltiplas: o corpo pode ser redecorado com aplicações e ornamentos, tatuado, maquilhado, numa tensão entre o escondido e o construído. Se a compreensão das dimensões culturais e sociais se configura como fulcral no entendimento da sexualidade, os participantes sublinham a igual necessidade de compreender um sentido próprio que, em relação com essas dimensões maiores, poderá navegar por entre acedências, conformismos, negações, entre outras posições subjetivas.

FEMININO E MASCULINO

Para uma participante (M-F), o «universo feminino» encontra-se ligado a uma noção de «natureza», uma energia que existe e que assume enquanto referência a várias mulheres: «É esta energia que existe e que eu assumo como referência a várias mulheres, desde criança que fui tendo pessoas que de certa forma idolatrava»; na actualidade, inclui modelos de referência provindos de mulheres trans. Sente pertencer mais a este universo do que a um universo mais masculino; comprehende a existência deste último, mas não se sente inserida nele. Admite que o universo feminino para si pareça ser sinónimo de construção; e espelha tal consideração ao remontar a brincadeiras infantis. Se por um lado a brincadeira masculina implicava destruição e uma certa brutalidade, o brincar feminino era atravessado por uma noção de maternidade. A noção energética proposta em relação a um universo com qualidades femininas parece revelar uma procura

de incorporar em si tais qualidades, como se o corpo se tornasse num veículo performativo, ativo na criação constante desse feminino. Por outro lado, parece escapar a uma noção total, fechada, pois a participante diz alternar entre o feminino e o andrógino.

A participante relata como na sua infância se sentia melhor com professoras do que com professores, com a mãe do que com o pai. Brincava muito com raparigas, depreendendo assim que as brincadeiras acabavam por ser mais «femininas». Com pessoas do sexo feminino, sentia-se «mais calma e segura do que às vezes [com] pessoas do sexo masculino».

Para a participante, ocorre um questionamento constante, ao pensar se tem de agir de forma «mais masculina ou feminina». Colocando a questão no plano do social, da pressão social, acaba por assumir igualmente a pertinência de uma auscultação interna: «Tem de haver imensa reflexão do que realmente queremos e se o que queremos é aquilo que vem de nós ou que vem dos outros, e se calhar é mais um balanço do que acontece entre ambos.»

Para um outro participante (F-M), desde que se lembra de si que sente uma afinidade pelo lado masculino. Diz não saber explicar; gostava de coisas de rapazes, de brincar com carrinhos. Na escola, era considerado mais como rapaz, devido às suas brincadeiras estarem mais associadas às brincadeiras típicas dos rapazes. Sente que tem um lado masculino, mas que tem um lado feminino, e que não o quer perder. De acordo com padrões sociais, o feminino é o lugar das emoções, da sensibilidade, da empatia; o lado masculino é o lado do arriscar, de gostar de fazer coisas destrutivas. Parece transmitir que na sua experiência uma menina gostar de jogos tipificadamente masculinos era considerado de forma rígida, como sendo contranatura. Afirma querer ser um rapaz, «porque eu queria fazer as coisas que os rapazes podiam fazer e a mim diziam-me que eu... que és rapariga, não podes ou não devias». Uma identificação com um pai abandonante parece ter implicado na construção imprecisa de um corpo: por vezes, gosta do seu corpo, por vezes não, oscilação que atribui a estar «confuso». Embora biologicamente mulher, gostava de brincar a fazer a barba com o pai, até um momento em que tal brincadeira era impossível de continuar devido a ter chegado o tempo de saber a diferença entre homem e mulher. Neste ponto, poderemos

questionar se a não apreciação por parte do contexto familiar relativamente a tais fantasias e seus fundamentos não terá incapacitado uma libidinização própria do corpo, não permitindo atingir uma genitalidade, isto é, uma convicção perante as qualidades e características do seu corpo.

Um outro participante, nascido biologicamente mulher, identifica-se como pessoa «agénero». Usa pronomes e termos masculinos, com os quais se sente mais confortável, mas não se revê no termo «homem». Um episódio de doença na infância conduziu a uma alteração radical do corpo, o que parece ter implicado que o corpo não podia ser vivido de forma libidinizada. O corpo aparece como objeto, quer no sentido de poder ser manipulado por si, quer de ser manipulado por outros. No que indica como «pré-puberdade», surgem questões relativas ao corpo atraente, instaurando-se um conflito entre ser uma menina «atraente», «bonita», ou, por outro lado, não se querer envolver de todo em questões ditas «femininas». O corpo parece ficar ausente, não habitado, apenas forma, com o propósito de encaixar nos padrões sociais; como diz o participante, tratar-se-ia do paradigma do corpo servir para outrem. Episódios vários de mudança significativa, em dimensões múltiplas, parecem informar uma resolução gradual de não se ver refletido no termo «mulher». Neste âmbito, alega que o não precisar de «preencher esses espaços de mulher» traz uma possibilidade de viver de forma mais confortável com o seu corpo. Num ato que considera rebelde, de transgressão, a possibilidade de «não ter de» permite sair das prescrições e ordens de outros, nomeadamente dos pais. No seu entendimento, a identidade que assume de «agénero» implica o rompimento com as expectativas sociais — parar de tentar encaixar-se em «caixinhas que só sufocavam». A questão do ver e da beleza aparece como algo muito pesado, e o corpo paga na procura de sair de um «mundo circunscrito». Escapar às categorizações — não se é menino nem menina — traz alegria.

Para um outro participante (F-M), a aproximação às considerações sobre o que entende ser o masculino e o feminino parece, na sua narrativa, encontrar-se na aproximação a um ideal de corpo, desenhado de forma generalista: o participante gostaria de ter um peito masculino, um órgão genital masculino.

NOME

Na construção de uma identidade entendida como própria, o nome vem ocupar um lugar de particular importância, uma vez que se entrelaça no processo de reconhecimento desse corpo considerado mais adequado. O termo «nome morto» é geralmente empregado para designar o nome dado à nascença. A mudança de nome é vista como mais um passo de reconhecimento da afirmação da identidade pessoal.

Uma participante queria continuar com algo do nome original: «E queria continuar um pouco essa parte [...] depois fui ver várias listas de nomes tanto com [a inicial do nome original] como com outros, e que fosse um nome assim pouco casual, que não fosse uma Maria, foi um nome também que pensei porque era de avós e mãe e tudo isso, todo um significado forte.»

A adoção de um novo nome, sentido como refletindo a sua identidade própria, advém de uma reflexão e procura. A escolha do novo nome remete, no caso desta participante, para uma certa necessidade de não clivar: o nome adotado recupera determinadas características do nome dado à nascença. Neste âmbito, consideramos pertinente colocar a hipótese de se tal não revelará a necessidade de reter algumas das implicações inconscientes encerradas no nome. Como apresenta a participante na sua narrativa, a identidade não se constrói com portas duras; uma certa flexibilidade é sinal de saúde mental.

Na sua procura da adoção de um novo nome, a participante exibe o que poderá ser entendido como um *fashioning* de si própria, um projeto de reinvenção. O nome que adota é um nome que caracteriza com o uso de referências a envelope, um nome que rodeia, que «está em torno de» si, remetendo-nos para a hipótese de que o nome escolhido sirva como um possível envelope psíquico, com características de contenção.

Um participante refere não gostar do conceito de «nome morto», afirmando que não gosta do conceito de uma pessoa que morreu para estar aqui hoje. Assim, indica que «era “eu”, com menos informação». O seu nome adotado coagula influências dos pais, em particular da mãe, assim como do seu envolvimento com movimentos sociais.

Por outro lado, para este participante, os nomes não são concebidos como veiculando particular importância: «nomes são só um conjunto de sons que alguém usa e [alguém] vira a cabeça se os falarem na

rua». O participante não concorda com a ideia de o nome ser essencial ou importante, embora reconheça a sua pertinência pela via do reconhecimento: para o participante, o nome escolhido deve ser respeitado e não é discutível. Para o participante, ter nomes diferentes para cada dia é algo possível: o nome é um adorno, um adereço estético. O nome foi algo que os pais deram, entre tantas coisas, algumas das quais o participante refere não serem do seu agrado. O nome é então um local do trauma, perante o qual pode haver rebeldia, sendo que o Estado ou os pais não têm de se intrometer: veicula assim a existência de mecanismos evacuativos.

Verificamos deste modo que o nome implica e está implicado numa cadeia de transmissões intergeracionais, que em larga medida perfazem a formação da subjetividade, bem como veiculam a própria noção de corpo e, consequentemente, de existência. O nome adotado advém de uma constelação de influências, na procura de uma reestilização de si mesmo, sendo encarado por vias informadas pela criatividade e o trauma.

CIRURGIA

Para todos os participantes, a transição é encarada como um processo, não como algo imediato; assim, a cirurgia, embora contemplada como hipótese, não é entendida como o objetivo principal, ou até mesmo necessário.

A cirurgia é questionada como possível ferramenta da sociedade para adequar os corpos trans a uma noção de normalidade: «Mesmo os próprios cuidados médicos acabam por nos impor isso desde o início... Não é uma obrigatoriedade, mas é algo que muitas vezes é sugerido, para a pessoa voltar a ser normal.» Igualmente, dois participantes afirmam não sentir necessidade de realizar a cirurgia, alegando aspectos de natureza económica, tal como o aspeto doloroso do processo. Um outro participante afirma estar determinado a realizar a cirurgia, exibindo apenas hesitação no âmbito estético, procurando assim assegurar-se da qualidade e profissionalismo do cirurgião escolhido.

CORPO IDEAL

Uma participante refere aspirar ao corpo de atriz/modelo trans que surge na atualidade das séries televisivas. Para a participante, a beleza transparece como mescla de uma certa presença feminina e androgina.

Tem procurado encontrar a relação entre beleza e algo que contenha uma qualidade etérea, celestial, com uma outra qualidade mais holística, através do uso da maquilhagem e vestuário.

O corpo é algo para se sentir confortável e que possa usar; neste âmbito, a participante parece localizar-se entre o sentir e o ser, entre o ser e o usar. As alterações do corpo implicam que revisitar-se é como revisitar uma pessoa diferente; o «tornar-se», este *becoming*, não é tornar-se em algo estático, mas é, sim, um processo contínuo. É um processo mediado pela reflexão, a importância de refletir no que se tornou naquele momento.

Um outro participante demonstra ambivalência em relação ao corpo: por vezes, gosta, por vezes não. No cerne, parece residir uma indeterminação, uma inconclusão sobre o corpo: pode olhar-se ao espelho e gostar, e cinco minutos depois já não gostar. O desequilíbrio interno é associado a uma série de interposições e negações: «não podes, não deves», o correto é seguir as normas sociais. Esta confusão de línguas, entre um certo polimorfismo infantil e o seguir à risca das normas sociais, parece desaguar numa forte desadequação interna, criando uma oscilação identitária que não permite a elaboração de um corpo ideal.

Um participante entende uma tónica precisa entre o ser atraente (para outros) e o ser belo (para si). Neste paradigma, de aparente contradição, surge um corpo ideal como sendo um corpo que pode ser preenchido com roupas, acessórios, tatuagens, *piercings* e outros elementos. O corpo surge assim como plataforma para o adorno.

O corpo como repositório de marcas e adornos parece, numa leitura possível, procurar resgatar o corpo de uma indefinição primária, possivelmente advinda de uma pobre existência de libidinização aquando das relações mais precoces. Nesta leitura, o corpo seria construído por marcas claras e óbvias, nesta procura de resgate retroativo de uma existência.

CONCLUSÕES

Através da análise das narrativas dos participantes, verificamos como o corpo, enquanto centralidade de um projeto de construção do próprio, atravessa as fronteiras entre o Eu e o grupo, gerando-se e sendo gerado por uma série de tensões irresolúveis, já que esta tensão

compõe o pilar central da constituição de uma identidade sentida como própria.

Nas narrativas, a infância é rememorada como período em que se experienciava já um certo grau de diferença perante os pares. Contudo, é na puberdade/adolescência que se assinala uma série de mudanças sentidas como catastróficas. Se, por um lado, tal enuncia um carácter próprio, transformador, deste período, revela igualmente o peso de uma intolerância social frente ao ir mais além das normas de género. O carácter extremo de algumas experiências de pessoas trans, tornadas óbvias aquando da puberdade/adolescência, parece radicar-se numa infância em que o jogo e a descoberta gradual de um Eu próprio foram abafados por uma ordem social dogmática em relação à aplicação de normas restritas no âmbito da expressão do género e da sexualidade infantil.

O corpo ideal parece assim surgir como um corpo que pode ser entendido como próprio através da sua manipulação. É um corpo que pode ser ornamentado a gosto, sobre o qual se poderá ter um conjunto de ações próprias. Neste sentido, o processo de transição parece ser um processo de recuperação de uma agência própria, de construção de um corpo que é ressignificado como podendo ser passível de ser visto, tocado, habitado. Esta leitura ganha uma outra pertinência ao considerarmos a proposta de Lemma (2022), de que o fenómeno do *embodiment* é encontrar uma hospitalidade no seu próprio corpo (p. 10).

Como vimos, uma hipótese central em termos etiológicos é de que a transexualidade se configura como organização defensiva perante a homossexualidade (Jorge e Travassos, 2018). A proposta revela alguma pertinência, ao atendermos ao preconceito cultural que implica como indesejável uma orientação sexual não-normativa. Neste âmbito, será importante para o clínico procurar desvendar uma eventual homofobia internalizada, de carácter ego-distónico. Não obstante, parece-nos ser possível localizar nas narrativas uma oposição séria a esta teoria enquanto explicativa de toda a génesis da resposta trans. Para a maioria dos participantes, a adoção de uma identidade trans é posterior à resolução própria de uma homofobia cultural. Assim, se esta hipótese apresenta uma clara pertinência, em particular atendendo a aspectos inconscientes na formação da identidade sexuada, não poderá, no nosso entendimento, ser tomada como hipótese única.

Gostaríamos de sublinhar alguns aspetos que consideramos centrais no âmbito das discussões em redor desta temática. Contrariamente a um certo senso comum, todos os participantes veicularam como o projeto de transição é um tempo a que chegam após longa reflexão. Em particular, mesmo atendendo a variações idiossincráticas ligadas a questões económicas e do contexto familiar, a cirurgia não é vista como algo obrigatório, e mesmo quando equacionada, é um movimento que recebe a mais ampla reflexão e crítica. Neste tempo amplo de consideração, os profissionais de saúde mental são convocados, sendo que tal apelo encontra sérias dificuldades atendendo a aspetos diversos, nomeadamente a precariedade dos serviços de saúde mental nos sistemas públicos de saúde, assim como a fraca formação de base dos profissionais sobre estes temas. Perante a mercantilização da saúde, é possível argumentar que são muitas vezes aqueles que procuram os serviços de saúde que apelam a um tempo maior para se escutar a sua condição própria, para lá de uma resposta única e estereotipada.

O fenómeno trans, traduzido nos questionamentos sobre a construção do corpo, constitui-se na atualidade como um desafio às mais variadas teorias. Como se pôde observar, os participantes adotaram uma noção particularmente construtivista em relação ao corpo e à identidade. Não obstante, é igualmente possível compreender como esta postura construtivista é atravessada por uma forte idiossincrasia: a experiência própria é informada por — ao mesmo tempo que vai mais além de — uma aplicação construtivista frente às realidades sociais e pessoais.

Neste âmbito, se o corpo é desenhado como indo para lá de uma conceção dualista, que revela uma oposição entre masculino e feminino, até mesmo entre homem e mulher, advogando-se assim a construção social como pedra basilar da compreensão, tal postura será igualmente criticável. Como alguns dos mais célebres proponentes da teoria *queer* têm avançado, a cultura e as suas formulações, mesmo aquelas que poderemos considerar de teor preconceituoso, são difíceis de contornar, uma vez que perfazem alguns dos tijolos da nossa subjetividade. A dificuldade de sairmos da nossa cultura vem colocar um ponto de interrogação pertinente nas teorias que propõem que a cultura é mais fácil de mudar do que a biologia. Assim, optar por um

apoio numa teoria construtivista não parece diminuir as angústias relacionadas com a procura de uma identidade própria. Esta revela-se na encruzilhada entre o individual e o social, entre o Eu e o grupo. Perfaz-se assim como particularmente tensa, uma tensão irresolúvel, uma vez que é esta tensão que alimenta o caminho de procura de si. O *ethos* liberal, que promove a fluidez e uma biografia flexível (Lemma, 2022), comprehende pouco a importância e necessidade de algum grau de cristalização, de encontro de si consigo mesmo, para lá da sobreidealização da figura do eterno nómada.

Como articular todas estas coordenadas com uma prática clínica? Presente na sua crítica à Psicanálise, Paul Preciado incorpora o que considera ser a falta de imaginação existente na mesma: «Eu não sou aquilo que imaginam que eu sou» (2020, p. 44). Assiste-se, atualmente, a uma série de gestos públicos por parte de instituições psicanalíticas que procuram apresentar as suas desculpas pela história de patologização de sexualidades não-normativas e da diversidade sexual. Neste âmbito, Hertzmann e Newbigin (2023) apresentam no seu livro os comunicados da Finlândia, do Reino Unido e dos Estados Unidos. É assim necessária a continuação de investigação psicanaliticamente informada nesta área. Consideramos que mais pesquisa poderá ser elaborada ao nível dos cuidadores de pessoas trans, cuja qualidade e teor das mensagens enigmáticas transmitidas no âmbito das relações mais precoces é reconhecida como de particular pertinência na elaboração das subjetividades, nomeadamente subjetividades trans. Igualmente, sugerimos que a aposta contínua em trabalhos longitudinais com esta população é da maior relevância na compreensão das confluências entre elementos epigenéticos, interpessoais e relacionais, assim como culturais e sociais, na constituição do fenómeno trans. Atendendo à tendência demonstrada na literatura especializada, que privilegia um saber contextualizado e atento às idiossincrasias, em detrimento de uma exposição etiológica, consideramos que a pesquisa informada pela teoria e prática psicanalítica poderá ser da maior importância para o desenvolvimento deste campo de estudos e prática clínica.

Para Lemma (2022), uma possibilidade de fazer frente ao discurso inflamado, bem como às necessidades concretas dos mais variados quadrantes (clínico, social, político), será a adoção de uma «capacidade negativa», como preconizado por Wilfred R. Bion. No seu

encontro com a poesia e literatura, pela figura de Keats, Bion (1970) viria a insistir na noção de capacidade negativa como convite a despir pré-conceitos e assim poder observar novos modos de organização da experiência. A clínica enquanto modelada pelo paradigma da observação, sendo esta baseada na atenção contínua e no exercício da capacidade negativa, permite ir reconhecendo os tempos e os espaços, os diferentes ritmos, as fronteiras particularmente ténues entre a beleza e o sublime, e como um corpo vai sendo formado. Como alega Lemma, «o desafio é procurar que as questões perdurem, assim como resistir às tentações de uma certeza imediata» (2022, p. 6). Ao procurar a continuidade das questões, «entender o transgénero requer que estejamos dispostos a prescindir da procura da certeza (p. 65). Esta parece-nos ser, no seu âmago, uma tarefa bioniana, certamente de exigência psicanalítica.

ABSTRACT: The *trans* phenomenon is currently understood as being representative of a whole series of tensions on a social, political and cultural level, as well as in the way the clinic views these formulations. Central to this discourse is that the body emerges as an important dimension, considering its transformations as representative of a greater degree of personal freedom. This study seeks to address the experience of trans people's bodies. Using the terms proposed by Lemma (2022), we sought to understand the experience provided by the study participants in relation to the 'given body' and the 'right body'/ideal body. Methodologically, we opted for a qualitative research, using the biographical-narrative-interpretative method. In terms of the results obtained, it was found that the period of puberty/adolescence is of particular importance in the transition between the given body and the ideal body, with a diversity of positions transpiring in relation to this formation. The transition process is given deep reflection, with surgery appearing as an option rather than an obvious necessity. In its concluding remarks, the study points to the ethical implications of psychoanalytic theory and practice in dealing with this phenomenon.

KEYWORDS: *transgender, body, gender, psychoanalytic theory.*

REFERÊNCIAS

- American Psychological Association. (2015). Guidelines for Psychological Practice with Transgender and Gender Nonconforming People. *American Psychologist*, 70(9), 832–864. Doi: <https://doi.org/10.1037/a0039906>
- Bassols, M. (2021). *La diferencia de los sexos no existe en el inconsciente*. Grama.
- Benjamin, J. (1995). *Like Subjects, Love Objects: Essays on Recognition and Sexual Difference*. Routledge.
- Bion, W. R. (1970). Attention and interpretation: A scientific approach to insight in psycho-analysis and groups. Em C. Mawson (Ed.), *The Complete Works of W. R. Bion, Volume VI* (pp. 211–330). Routledge.
- Breslow, J. (2017). “There is Nothing Missing in the Real”: Trans Childhood and the Phantasmatic Body. *Transgender Studies Quarterly*, 4(3-4), 431–450. Doi: <https://doi.org/10.1215/23289252-4189910>
- Cavanagh, S. L. (2017). Transpsychoanalytics. *Transgender Studies Quarterly*, 4(3-4), 326–357. Doi: <https://doi.org/10.1215/23289252-4189865>
- Connell, R. (2010). Two Cans of Paint: A Transsexual Life Story, with Reflections on Gender Change and History. *Sexualities*, 13(1), 3–19. Doi: <https://doi.org/10.1177/1363460709352723>
- Creswell, J. W. (2007). *Qualitative Inquiry & Research Design: Choosing Among Five Approaches*. Sage.
- Freud, S. (1923). The Ego and the Id. Em *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud, vol. 19* (pp. 12–66). Vintage.
- Gherovici, P. (2017a). *Transgender Psychoanalysis: A Lacanian Perspective on Sexual Difference*. Routledge.
- Gherovici, P. (2017b). Depathologizing Trans: From Symptom to Sinthome. *Transgender Studies Quarterly*, 4(3-4), 534–555. Doi: <https://doi.org/10.1215/23289252-4189956>
- Gil, J. (2005). *A Imagem-Nua e as Pequenas Percepções*. Relógio D’ Água.
- Heenen-Wolff, S. (2021). Gender and transgender: a metapsychological contribution to the genesis of the sexual ego. *The International Journal of Psychoanalysis*, 102(3), 464–478. Doi: <https://doi.org/10.1080/00207578.2020.1846457>
- Hertzmann, L. & Newbigin, J. (2023). *Psychoanalysis and Homosexuality: A Contemporary Introduction*. Routledge.
- Jorge, M. A. C. & Travassos, N. P. (2018). *Transsexualidade: O Corpo entre o Sujeito e a Ciência*. Zahar.
- Lattanzio, F. (2021). *O Lugar do Gênero na Psicanálise: Metapsicologia, Identidade, Novas Formas de Subjetivação*. Blucher.

- Lemma, A. (2022). *Transgender Identities: A Contemporary Introduction*. Routledge.
- Miller, J. A. (2021). Docile au trans. *Lacan Quotidien*, 928, 3–18.
- Missé, M. (2014). *Transexualidades: Otras Miradas Posibles*. Egales Editorial.
- Porchat, P. (2020). Transmitindo questões de gênero. Em D. Teperman, T. Garrafa, T. & V. Iaconelli (Eds.), *Gênero* (pp. 13–21). Autêntica.
- Preciado, P. B. (2020). *Je suis un monstre qui vous parle*. Grasset.
- Robson, C. (2002). *Real World Research*. Blackwell.
- Roudinesco, E. (2002). “Other” Sexualities — I”. Psychoanalysis and Homosexuality: Reflections on the Perverse Desire, Insult and the Paternal Function. *The European Journal of Psychoanalysis*, 15. <https://www.journal-psychanalysis.eu/articles/other-sexualities-i-psychanalysis-and-homosexuality-reflections-on-the-perverse-desire-insult-and-the-paternal-function>
- Saketopoulou, A. (2020). Thinking psychoanalytically, thinking better: Reflections on transgender. *International Journal of Psychoanalysis*, 101(5), 1019–1030. Doi: <https://doi.org/10.1080/00207578.2020.1810884>
- Vila-Real, A. (2023). As cores do corpo: Reflexões com base em dinâmicas trans. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 43(2), 67–73. Doi: <https://doi.org/10.51356/rpp.432a9>
- Von Doellinger, O. (2017). *Corpo e Identidade: Perspetiva Psicodinâmica da Unidade Somatopsíquica*. Lidel.
- Wengraf, T. (2001). *Qualitative Research Interviewing*. Sage.
- Winnicott, D. W. (2005). *Playing and Reality*. Routledge. (Original publicado em 1971.)
- Zanón, A. (2019). *Transexualismos en Psicosis y no Psicosis: Ensayo Clínico*. Lugar.

POÉTICAS

O AGRESSOR E O DESMENTIDO: O OUTRO LADO DA TEORIA DO TRAUMA¹

*Marcos de Moura Oliveira*²

<https://doi.org/10.51356/rpp.451a6>

RESUMO: Este trabalho versa sobre a inquietação frente ao advento da teoria do desmentido apoiada na obra de Sándor Ferenczi. Percebe-se que, embora a dualidade agressor-desmentido seja constantemente apontada como causa das problemáticas estudadas pelas lentes ferenczianas, os atos de agredir e desmentir são apoiados por recursos psíquicos constitutivos. Deste modo, apresentamos uma construção acerca destes dois elementos, não apenas como a causa da traumatogênese, mas como parte do psiquismo, frente a uma consideração crítica que denuncia tanto pactos sociais que seletivamente autorizam alguns tipos de agressões, quanto do próprio comportamento cotidiano de agredir e desmentir. Por último, propõe-se uma ampliação ético-política da compreensão do termo desmentido.

PALAVRAS-CHAVE: agressão, silenciamento, psicanálise, trauma, perversão.

O resgate da teoria da traumatogênese, proposta e trabalhada por Sándor Ferenczi entre os anos de 1928 e 1933, tem-se tornado cada vez mais significativo para as reflexões acerca da psicanálise de nosso tempo atual. A noção de desmentido, a negação perversa feita pelo

¹ Artigo submetido em fevereiro de 2024 e aceite para publicação em julho de 2024.

² Psicólogo pela Universidade Paulista (UNIP, 2017), Mestre em Psicossomática pela Universidade Ibirapuera (UNIB, 2022) e doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor no curso de Psicologia na Faculdade Vanguarda de São José dos Campos e na pós-graduação Lato Sensu em Psicanálise, Teoria e Técnica na Universidade do Vale do Paraíba. Membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi (GBPSF). *E-mail:* marcos.psicologo91@yahoo.com

adulto à criança, dizendo que a experiência traumática sofrida não aconteceu (Ferenczi, 1931/2011d), é o coração desta compreensão.

A partir disto, vários desdobramentos acerca do desmentido vêm sendo trabalhados nos contextos clínicos e sociais. Percebemos até mesmo o uso do desmentido na prática clínica, que se traduz pela iatrogenia da análise (Kupermann, 2019). Ainda no campo clínico, destaca-se a necessidade de trabalhar com a validação das múltiplas experiências desmentidas que nossos pacientes carregam ao longo de suas vidas, por meio de uma técnica voltada à empatia, ao «sentir com» (Ferenczi, 1928/2011), em um combate ao desmentido. Por fim, se ampliarmos o olhar, o desmentido como elemento presente na organização da cultura, como um desmentido social (Gondar, 2012), ou, mais recentemente, na forma de negacionismo (Kupermann, 2020).

A fala original do psicanalista húngaro, que funda toda esta linha de pensamento, pode ser circunscrita pelo conhecido trecho, a seguir apresentado:

«O pior é realmente a negação, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento ou até mesmo ser espancado ou repreendido quando se manifesta a paralisia traumática do pensamento ou dos movimentos; é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico» (Ferenczi, 1931/2011d, p. 91).

A partir disto, como mencionado, múltiplas compreensões sobre as diversas situações de sofrimentos desencadeados por agressões podem ser gestadas, desde a própria criança que cresce em situação de violência e vulnerabilidades à cultura de culpabilização da vítima de estupro pela justificativa do uso de suas roupas ou qualquer suposto comportamento provocativo.

Por outro lado, se é tão fácil teorizarmos sobre os efeitos negativos deste desmentido, e posicionar-nos ética e politicamente a favor de uma comunicação empática, por que estas formas de agressão continuam tão presentes na sociedade atual? Que move um agressor, seja ele o pivô do traumatismo ou o silenciador da experiência, uma vez que ambos são agentes presentes no desmentido? Que caracteriza esses sujeitos?

Embora a dramaturgia e a literatura impressionem o senso comum com suas histórias de «psicopatas» como os portadores de todo o mal, o olhar atento percebe que o impulso agressivo está muito mais difundido em meio a sujeitos comuns da sociedade do que se gostaria de admitir. Mesmo décadas atrás, Ferenczi já declarava que:

«Mesmo crianças pertencentes a famílias respeitáveis e de tradição puritana são, com mais frequência do que se ousaria pensar, vítimas de violências e de estupros. São ora os próprios pais que buscam um substituto para as suas insatisfações, dessa maneira patológica, ora pessoas de confiança, membros da mesma família (tios, tias, avós), os preceptores ou o pessoal doméstico que abusam da ignorância e da inocência das crianças» (1933/2011e, p. 116).

A fala do autor pode, em um primeiro momento, incomodar. Se distanciarmo-nos um pouco das situações de agressão de grande impacto, é possível perceber por experiência própria que tanto as agressões quanto os silenciamentos, em alguma medida, fazem parte da constituição humana. Seja por um dia mais cansativo no qual é mais difícil manter a atitude compreensiva com os filhos, seja por esgotamento de paciência para acolher a ansiedade do outro, ou por tantos outros motivos possíveis, nota-se que, em essência, agredir e silenciar fazem parte do arcabouço psíquico geral.

Por outro lado, Ferenczi dá uma pista interessante sobre a distância que a interpretação leiga põe entre o psicopata de filme e o sujeito comum. Na última citação apresentada, o autor fala da natureza das agressões cometidas a crianças por pessoas de laços próximos, o que desencadeia o raciocínio que apresentei no parágrafo anterior, que, embora saibamos que pode ser prejudicial ao outro, é recebido com certa naturalidade. O efeito muda, por exemplo, se a agressão vier de um estranho, de alguém alheio, e, em geral, as pessoas unem-se no sentimento de horror à agressão.

A partir disto, pode pensar-se na desautorização dos professores em educar e demarcar limites para seus alunos. Com o movimento de precarização do ensino, não apenas em recursos materiais e financeiros, mas também da imagem do professor, ele perde, ao longo das últimas

décadas, o lugar de privilégio no vínculo com as famílias, tornando-se em um estranho, alguém que não possui o «direito de agredir».

Por outro lado, a cultura do estupro, que justifica o comportamento dos agressores, trabalha, a partir da culpabilização da vítima, uma ideia de suposta intimidade entre o par vítima-agressor, que justificaria ao segundo o «direito de agredir». Quando se fala das roupas curtas, do suposto comportamento provocativo, ou mesmo do histórico de relacionamentos de uma mulher, o discurso, a partir de um tipo particular de desmentido sobre o direito de existência da mulher, vende a ideia de uma intimidade por ela cedida a seu agressor.

Tudo isto coloca as relações humanas em um campo bem complicado. A ideia de intimidade relacional ligada ao «direito de agredir» tanto funda uma nova forma de desmentido, que suaviza as agressões cometidas por «agressores autorizados», quanto une o social em horror aos agressores não autorizados, o que causa a ilusão de que a sociedade abomina a agressão, uma vez que os «agressores autorizados» não são, de fato, tomados como agressores.

Deste modo, um estudo mais atento acerca dos fatores constitutivos dos elementos de agressão e silenciamento, que juntos caracterizam um trauma pela via do desmentido, se faz necessário para a formulação de possíveis furos à lógica social de uma suposta agressão por direito concedido pela via da intimidade.

O IMPULSO DE AGRESSÃO

O ponto de partida para podermos analisar as características de agressor, que subsistem mesmo em sujeitos comuns, vem da natureza agressiva da pulsão. A pulsão, como bem se sabe, é a força motriz que flui na fronteira entre o psiquismo e o corpo (Freud, 1915/2006e). Entretanto, a natureza da pulsão é algo mais amplo, tendo sido reorganizada por diversos pontos de vista ao longo da história da psicanálise.

Inicialmente, Freud (1905/2006b) deu destaque às pulsões sexuais. Segundo Roudinesco & Plon (1998), «esboça uma distinção entre as pulsões sexuais e as outras, ligadas à satisfação de necessidades primárias» (p. 629). Até aqui, a questão da agressividade é tomada pelo caminho das pulsões de autopreservação, par das pulsões sexuais, formalizado por Freud em «A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão» (1910/2006c).

Após 1920, com a virada da segunda tópica freudiana, um novo dualismo pulsional é teorizado, a partir das pulsões de vida e morte. Nas pulsões de vida, como bem se sabe, concentram-se os processos sexuais e de autopreservação, enquanto a pulsão de morte comporta os processos de retorno ao estado inorgânico. Entretanto, a questão da agressividade adentra um campo nebuloso quanto a esta questão, afinal ela pode pertencer tanto ao campo do prazer sexual, da autopreservação e da destruição.

Esta questão não representa um problema teórico em si, uma vez que se comprehende o par de pulsões funcionando em conjunto, mas alerta para a concomitância das três motivações que levam à execução de um ato agressivo.

Em «O mal-estar na civilização», Freud (1930/2006g) determina que o elemento para a convivência em sociedade é o recalque dos desejos, sobretudo dos desejos agressivos, que poderiam culminar na destruição da espécie. Entretanto, a bem saber, o recalque não acarreta a extinção do desejo, mas, sim, via de regra, a reformulação da pulsão associada a uma nova via, e a esta reformulação pertence a classe dos sintomas.

Quando pensamos na agressão praticada no campo da traumatogênese, o desejo de destruição coexistente com a satisfação sexual é facilmente identificável. Adentra-se o campo do sadismo, uma das perversões na teoria freudiana. Para Freud (1905/2006a), a psiconeurose, este estado de barragem do desejo, é o negativo da perversão, ou seja, a manifestação perversa, como o sadismo, é a face mais pura que se pode vislumbrar do movimento pulsional de um ser humano.

Combater o sadismo explícito é algo um tanto mais frequente na sociedade, dado que, conforme a teoria do mal-estar na civilização, há um pacto de não-agressão entre os sujeitos de um mesmo grupo social, de modo que aqueles que escapam ao filtro do aceitável ao olhar do recalque social são facilmente identificados e retaliados.

Por outro lado, se o sintoma é uma reformulação do mesmo impulso, a mudança de discurso que autoriza certos tipos de agressões se caracteriza como um sintoma social, um pacto comum para autorizar a vazão do desejo agressivo. Qual é, entretanto, a medida do aceitável em termos da caracterização de um agressor perante o sujeito comum?

Continuemos com Freud:

«A relação de desprazer parece ser a única decisiva. O ego odeia, abomina e persegue, com intenção de destruir, todos os objetos que constituem uma fonte de sensação desagradável para ele, sem levar em conta que significam uma frustração quer da satisfação sexual, quer da satisfação das necessidades autopreservativas. Realmente, pode-se asseverar que os verdadeiros protótipos da relação de ódio se originam não da vida sexual, mas da luta do ego para preservar-se e manter-se» (1915/2006e, pp. 159–160).

Leonardo Câmara (2021) destaca que o desafio da clínica psicanalítica atual não mais consiste em interpretar o conteúdo dos sintomas causadores de sofrimento, mas, sim, a forma como eles se apresentam. Nesta direção, a fala de Freud é decisiva para compreendermos o mecanismo da aceitação de determinados tipos de agressão. É o ego, como instância psíquica, que determina a medida entre o aceitável e o que deve ser destruído. E aqui não falamos da destruição como face da agressão praticada, mas daquilo que deve ser combatido, extirpado da sociedade. E a medida para esta extirpação é a estranheza.

Em momento posterior, Freud conceitua a condição de estranhamento, como se segue:

«[S]e é essa, na verdade, a natureza secreta do estranho (*Unheimlichen*), pode-se compreender por que o uso linguístico entendeu “o familiar” (*das Heimliche*) para o seu oposto, “o estranho” (*das Unheimliche*), pois este estranho (*Fremdes*) não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar (*Heimliche*) e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou (*entfremdet*) desta através do processo de repressão» (1919/2006f, p. 258).

Assim, compreendemos que a forma de agressão, como sintoma social a ser tolerado ou não, depende da familiaridade do espectador. Uma agressão que se manifesta em forma de algo que deveria estar recalcado será denunciada como algo hediondo, digno de retaliação, entretanto a intimidade, seja por uma via familiar ou por pactos sociais

de culpabilização da vítima, gera uma permissividade que culmina no entendimento de uma agressão por direito.

Nestes termos, compreendemos a dinâmica das pequenas e grandes agressões, em face a uma lente social precária, tanto pela legitimação de certos modos de agressão, quanto pela parcialidade, visto que diferentes grupos sociais têm diferentes medidas de estranheza. A exemplo deste último ponto, pode pensar-se, novamente, em a legitimação de certos casos de estupro. Tal legitimação não ocorre por unanimidade, há esforços crescentes na sociedade para o combate a esta visão de mundo, o que acarreta divisões e embates entre segmentos da sociedade. Se, por um lado, tal movimento é importantíssimo para a disseminação de uma psicoeducação acerca das agressões que passam despercebidas, por outro coloca em risco seus representantes, visto que eles também se tornam «estranhos» aos olhos daqueles que buscam legitimar e relativizar os modos de agressão.

O IMPULSO DE DESMENTIR

Junto ao agressor, o silenciador da experiência, aquele que aplica o desmentido, fecha a relação triangular do trauma segundo os moldes de Ferenczi. A figura do desmentido, via de regra, passa despercebida com maior facilidade. Identificar a agressão, que é um evento observável, é mais simples do que identificar um desmentido, que pode se manifestar meramente pela ausência, omissão e silêncio.

Ferenczi declara que «Tem-se mesmo a impressão que esses choques graves são superados, sem amnésia nem sequelas neuróticas, se a mãe estiver presente, com toda a sua compreensão, sua ternura, e o que é mais raro, uma total sinceridade» (1931/2011d, p. 91). A partir desta passagem, a compreensão é de que o psiquismo humano é capaz de sobreviver às diversas agressões a que possa ser exposto, sem consequências traumáticas, desde que receba o acolhimento devido.

A teorização exposta no parágrafo acima funda uma das maiores contribuições clínicas de Ferenczi para a clínica psicanalítica, postulando um manejo baseado no cuidado, no acolhimento, na validação dos traumas sofridos e na empatia.

Por outro lado, que leva alguém a desmentir a experiência do outro?

Embora Ferenczi tenha partido de uma consideração das agressões praticadas por pessoas próximas, com laços de convivência, a partir

da teorização do tópico anterior compreendemos que qualquer sujeito que se entregue à pulsão agressiva por prazer e/ou destruição, e que não se encontre entre as permissões sociais e suas barreiras internas, pode se tornar um agressor. Na questão do desmentido, há uma complexificação da questão, visto que a passagem ao ato — ou à ausência — não depende exclusivamente do sujeito que a opera.

Se o desmentido é acerca da experiência de alguém, no caso do trauma da pessoa agredida é necessário, primeiramente, que haja a experiência e a tentativa de testemunho da mesma, para que se tenha algo a desmentir. Não à toa, Ferenczi refere-se à «mãe», dado que, baseado no molde de família tradicional, esta é a primeira pessoa buscada por uma criança em situação de ameaça.

Então, parte-se disto: se o agressor opera a partir de um movimento pulsional próprio, relacionado com as possíveis barreiras intrapsíquicas e sociais, o silenciador, por outro lado, é o que recebe este investimento de fora, ou seja, ele reage ao que se lhe chega. Uma ação seguida de uma opção caracterizam a equação ferencziana da traumatogênese.

A primeira face da tendência de desmentir é a reação a algo. No caso do trauma, ao horror e à dor sofridos por outrem. Aqui, é possível pensar, por exemplo, no impulso de virar o rosto que algumas pessoas têm frente a uma cena sangrenta, ou mesmo no «não chora» que surge automaticamente na fala de outros quando veem alguém amado aos prantos.

A perversão em psicanálise, conforme exposto anteriormente, é a expressão do desejo evadido do recalque que caracteriza a psiconeurose. Deste modo, o desmentido como uma «negação perversa» é a expressão da segunda das funções do princípio do prazer (Freud, 1911/2006d): evitar o desprazer, que faz par com a busca pelo mesmo.

Quando pensamos em um agressor que acumula também o papel de desmentir a agressão de sua vítima, como nos casos de abuso de uma criança por um familiar, é um tanto mais simples teorizar o desprazer a ser evitado pelo desmentido, que tem que ver com as próprias consequências de retaliação a que se pode sofrer. Ferenczi declara que «Quase sempre o agressor comporta-se como se nada tivesse acontecido e consola-se com a ideia: “Oh, é apenas uma criança,

ainda não sabe nada dessas coisas e acabará esquecendo tudo isso”» (1933/2011e, p. 91).

A complexificação da compreensão deste desmentido se dá quando pensamos em um outro que não é este agressor, seja uma outra pessoa, ou um discurso social. Uma vez que não se é o responsável pela agressão infligida, qual a necessidade de se esquivar de um desprazer?

Retomando a ideia exposta anteriormente, o pacto social regula certos limites de agressões a ser permitidas, por meio da compreensão de uma intimidade suposta entre vítima e agressor, o que dá a este último o «direito de agredir». Esta formulação expõe as bases do desmentido como uma ideia social. Qualquer posicionamento diferente exigiria uma reação, um combate àquilo que não é aceitável pelos limites do que o ego não suportaria em consequência à estranheza.

Deste modo, a primeira pista para entendermos profundamente o mecanismo do desmentido seria a defesa contra um incômodo que demandaria uma ação, o que dialoga muito bem com a questão da omissão. Recusa-se a responsabilidade para com o sofrimento do outro, que nada tem que ver comigo, a lógica de que «é melhor não se envolver».

Embora esta compreensão justifique-se perfeitamente pelo caminho da economia das pulsões, outro elemento deve ser considerado, não em contrariedade, mas em acréscimo. A tendência de destruir aquilo que se lhe é estranho é um reflexo do contato do psiquismo com um fenômeno externo que lhe cause estranhamento, e o estranho é aquilo a que o inconsciente já conhece de suas experiências primitivas e deveria estar recalculado.

Ocorre que o impulso agressivo não é o único conteúdo psíquico recalculado. Experiências como a dor e a impotência, por seu intenso desprazer, tendem a ser igualmente afastadas da consciência. A exposição à experiência traumática do outro pode evocar estes causadores de desprazer e fazer com que o sujeito buscado para acolhimento sofra junto com o agredido. O desmentido, deste modo, culmina por ser o recurso psíquico que afasta do campo de percepção os possíveis disparadores de tal desprazer, tanto da pessoa do sujeito que não almeja entrar em contato com suas dores, quanto da sociedade que não deseja que sejam expostas suas feridas sociais.

COMPREENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DOS IMPULSOS SILENCIADORES

Até aqui, objetivei desvelar o funcionamento da agressão e do silenciamento como reflexos da constituição psíquica geral. Entretanto, há uma razão para a qual Ferenczi, acompanhado de seus discípulos e dos pesquisadores atuais de sua teoria, apresenta tais elementos como algo a ser combatido de nosso discurso. O potencial adoecedor da agressão e do desmentido, tanto isolados quanto em conjunto, é devastador. Mas, por outro lado, a depender do contexto, usar a energia agressiva é necessário, visto que a pulsão precisa de fluir de algum modo. Um bom exemplo são as lutas por causas sociais, visto que, conforme o ditado popular, «não se faz revolução com guerra de travesseiros».

O desmentir, visto também como um mecanismo de defesa do psiquismo contra o profundo desprazer, embora potencialmente destrutivo em contextos de trauma, pode assumir outro *status* quando se pensa em seu caráter ativo, de «afirmar que não aconteceu nada» (Ferenczi, 1930/2011c, p. 91), quando pensamos no combate a *fake-news* disfarçadas como liberdade de expressão, a discursos xenofóbicos, ou mesmo na autopreservação em ambientes nos quais um embate seja improutivo, pensando-se no caráter passivo.

Em consulta ao dicionário *online* Michaelis, encontram-se as seguintes definições para o termo «desmentir»:

- «1) Declarar que são falsas as afirmações de alguém; desdizer.
- 2) Afirmar o contrário do que se disse antes; contradizer-se, refutar.
- 3) Não corresponder a; destoar de, divergir de.
- 4) Não agir em conformidade com algo.
- 5) Fazer deslocar(-se) das juntas; desarticular(-se), desconjuntar(-se), luxar(-se)» (2024).

O desmentido como negação perversa da dor de quem sofre um trauma corresponde claramente à primeira definição. Trata-se da negação da realidade psíquica e material do outro. Entretanto, ao tomar-se esta como a única dimensão deste recurso psíquico, corremos um sério risco de apassivamento frente às demais situações às quais somos apresentados ao longo de todo o caminho, tanto como analistas, quanto como seres humanos e cidadãos. A escuta atenta e empática, de sentir com o outro, demanda um investimento pulsional

que dificilmente caberia como posição contínua ao longo de muito tempo.

Como a psicanálise trabalha com conceitos, por vezes pode parecer mais apropriado utilizar-se quaisquer outros termos voltados à conscientização e educação para pensar em situações de embate contra narrativas agressivas ou à questão da autopreservação. Ocorre, entretanto, que embora a compreensão de perversão em psicanálise não corresponda a um olhar moral, o desmentido enquanto «negação perversa» sutilmente assume este caráter moralizante.

O ato de desmentir como desautorizar a experiência, dizer que ela não aconteceu, ou que ela representa algo diferente do compreendido, quando perante a dor do outro, com certeza acarreta consequências catastróficas. Por outro lado, desmentir narrativas falsas é tão essencial quanto denunciar os desmentidos sociais que tais narrativas acarretam em si.

Proponho um exemplo a partir da conceituação proposta em Oliveira (2024) sobre *fake news* como um sintoma da atualidade:

«É um desdobramento da alucinação em pensamento formal e pronúncia da palavra adquirida por mimetismo, que ainda faz a manutenção do sentir-se onipotente. Do mesmo modo, algumas pessoas, no ímpeto pelo estado de satisfação onipotente, escolhem disseminar ou acreditar em textos que expressam concordância com seus desejos e anseios, independentemente de que eles estejam ou não de acordo com uma verdade apoiada no campo material. Trata-se de um estado da perversão, no qual a criança considera apenas as palavras que convergem com seu desejo, desconsiderando a existência de quaisquer outras» (p. 97).

Aqui se expõe a disseminação de *fake news* como um sintoma, que, com base na clínica ferencziana, faz a manutenção da sensação de onipotência infantil perdida (Ferenczi, 1913/2011). Em termos analíticos, tal sentimento de onipotência é passível de tocar no outro aquilo que foi há muito recalcado; entretanto, diferentemente da dor, a onipotência, assim como a agressão, é prazerosa, o que explica tanto a disseminação da desinformação em um tempo histórico onde o acesso à informação é tão amplo, como a multiplicidade de elementos

construídos socialmente para que tais disseminações sejam aceitas acima da linha do recalque.

Se o desmentido, no contexto ferencziano, diz respeito à comunicar a não existência de uma experiência de quem sofreu um trauma, e é tão devastador por ter o poder de provocar na vítima uma espécie de curto-circuito, visto que ela mesma passa a acreditar nesta não existência, mas continua a sentir os efeitos do seu choque, em um contexto como o descrito no parágrafo anterior, este mesmo recurso do desmentido não seria aplicável?

Pode se justificar esta proposição como a denúncia do desmentido praticado pelo outro, visto que, além de sintoma, as *fake news* podem ser lidas como um desmentido social frente ao conteúdo sobre o qual estão se debruçando. Entretanto, proponho outra lógica: é preciso desmentir quem desmente.

ABSTRACT: This work addresses the concern regarding to the advent of the theory of disavowal based on the work of Sándor Ferenczi. It is clear that, although the aggressor-disavowal duality is constantly pointed out as the cause of the problems studied through the Ferenczian lens, the acts of aggression and disavowal are supported by constitutive psychic resources. Thus, we present a construction of these two elements, not only as the cause of traumagenesis, but as part of the psyche itself, in light of a critical perspective that denounces both social pacts that selectively authorize some types of aggression, and the everyday behavior of aggression itself. and disavow. Finally, an ethical-political expansion of the understanding of the term disavowed is proposed.

KEYWORDS: aggression, silencing, psychoanalysis, trauma, perversion.

REFERÊNCIAS

- Câmara, L. (2021). *Ferenczi e a psicanálise: corpo, expressão e impressão*. EdUFSCar.
- Ferenczi, S. (2011). O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios. Em Sándor Ferenczi, *Psicanálise 2, Obras Completas* (pp. 45–62). Martins Fontes. (Original publicado em 1913.)
- Ferenczi, S. (2011). Elasticidade da técnica psicanalítica. Em Sándor Ferenczi, *Psicanálise 4, Obras Completas* (pp. 29–42). Martins Fontes. (Original publicado em 1928.)

- Ferenczi, S. (2011c). Princípio de relaxamento e neocatarse. Em Sáendor Ferenczi, *Psicanálise 4, Obras Completas* (pp. 61–78). Martins Fontes. (Original publicado em 1931.)
- Ferenczi, S. (2011d). Análise de crianças com adultos. Em Sáendor Ferenczi, *Psicanálise 4, Obras Completas* (pp. 79–98). Martins Fontes. (Original publicado em 1931.)
- Ferenczi, S. (2011e). Confusão de língua entre os adultos e a criança. Em Sáendor Ferenczi, *Psicanálise 4, Obras Completas* (pp. 111–121). Martins Fontes. (Original publicado em 1933.)
- Freud, S. (2006a). Fragmento da análise de um caso de histeria. Em Sigmund Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, 7 (pp. 19–118). Imago. (Original publicado em 1905.)
- Freud, S. (2006b). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Em Sigmund Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, 7 (pp. 124–228). Imago. (Original publicado em 1905.)
- Freud, S. (2006c). A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão. Em Sigmund Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, 11 (pp. 217–228). Imago. (Original publicado em 1910.)
- Freud, S. (2006d). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. Em Sigmund Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, 12 (pp. 237–245). Imago. (Original publicado em 1911.)
- Freud, S. (2006e). As pulsões e suas vicissitudes. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, 14 (pp. 123–145). Imago. (Original publicado em 1915.)
- Freud, S. (2006f). O Estranho. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, 17 (pp. 237–276). Imago. (Original publicado em 1919.)
- Freud, S. (2006g). O mal-estar na civilização. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, 21 (pp. 73–149). Imago. (Original publicado em 1930.)
- Gondar, J. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)*, 34(27), 193–210. Recuperado em 18 de fevereiro de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952012000200011&lng=pt&tlng=pt.
- Kupermann, D. (2019). *Por que Ferenczi?* Zagodoni.

- Kupermann, D. (2020). Os três negacionismos. *O Globo, Opinião*, 21/07/2020.
- Michaelis (2024). Desmentir. *Dicionário brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desmentir/>
- Oliveira, M. (2024). *Sándor Ferenczi, precursor da psicossomática*. Zagodoni.
- Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Zahar.

FORMAÇÃO CONTÍNUA

RECENSÃO DE *PREGNANCY, ASSISTED REPRODUCTION, AND PSYCHOANALYSIS*

Editora Routledge, Taylor and Francis Group, 2025

Editoras: Ana Teresa Vale, Renata Vives

*Rita de Araújo Gameiro*¹

<https://doi.org/10.51356/rpp.451a7>

Faltavam poucas semanas para que o livro *Pregnancy, Assisted Reproduction, and Psychoanalysis* fosse lançado ao público pela Editora Routledge, quando, em novembro de 2024, a Sociedade Portuguesa de Psicanálise apoiou o seu nascimento, ao qual orgulhosamente assisti. A admiração e amizade que me une a uma das editoras do livro, Ana Teresa Vale, têm proporcionado que testemunhe a sua entrega apaixonada, suportada pelo seu trabalho clínico sobre a vasta e inexplorada área da Infertilidade e Reprodução Assistida (RA). Foi a sua dedicação ao pensamento psicanalítico acerca desta temática que impulsionou a ideia de congregar num livro o pensamento de outras colegas psicanalistas provenientes de vários quadrantes da Psicanálise. Por seu turno, todas as coautoras têm igualmente investido no aprofundamento da investigação clínica, contribuindo para que a Psicanálise beneficie de um olhar mais aprofundado e multifacetado sobre a temática.

O livro foi «concebido» nas mentes das suas duas mães-editoras, Ana Teresa Vale e Renata Vives, durante os anos em que ambas trabalharam clinicamente no complexo campo da RA. A vastidão do oceano que separa Lisboa, em Portugal, de Porto Alegre, no Brasil, não travou o desejo comum de ambas concretizarem a ideia que foi nascendo no seio dos encontros COWAP. Assim, começou a formar-se o desejo de cocriarem um objeto unificador das ideias provenientes da clínica e investigação neste campo, numa coletânea de textos de autoras pertencentes a Sociedades Psicanalíticas de variados países:

¹ Psicóloga Clínica, Psicoterapeuta, Psicanalista de Crianças, Adolescentes e Adultos. Membro Associado da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) e da Associação Psicanalítica Internacional (IPA). E-mail: ritagameiro@gmail.com

Portugal, Brasil, França, Itália, Turquia, Espanha, Bélgica, México e Peru. O livro alcança, deste modo, uma visão ampla e multidimensional, abarcando múltiplos prismas inovadores no campo da Psicanálise no que toca a estas temáticas. Representa também um marco importante para a Psicanálise pela sua capacidade de olhar para o que Paula Ellman (ex-presidente COWAP) apelida de «Psicanálise no mundo contemporâneo», conseguindo ainda oferecer ao leitor, como bem sublinha Heribert Blass (Presidente Eleito da IPA), uma perspetiva sobre o trabalho clínico em torno da RA, «permanecendo ao mesmo tempo aberto à complexidade das ligações inconscientes e os seus conflitos».

A leitura dos vários capítulos traz à tona uma ténue sensação, como se um mesmo fio trespassasse todos eles, pois, embora diferentes entre si, aparecem como que unificados em torno da investigação sobre algo novo, obscuro e intrincado. Esta senda, escondida no conteúdo latente das palavras, representa um movimento inconsciente ligado à criação do texto. Nele se ocultam os conteúdos inconscientes que vão revelando tratar-se da construção de um mesmo objetivo: para pensar a infertilidade, a impossibilidade de criar, foi preciso fertilizar ideias, transformar pensamento em palavra, criar novos significados, ligações e aproximações a inusitadas compreensões. Assim, os passos dados, no sentido de cada autora se aproximar desta profunda complexidade, dão conta de um desejo simultaneamente temerário e inspirador. Embora todos sejamos conhecedores das alterações tecnológicas e das consequentes modificações nas constelações familiares, o que as coautoras propõem explorar situa-se muito além de simples constatações: elas apontam a luz para as variadas dimensões da maternidade, o aparecimento e expansão das subjetividades inerentes a essas mesmas alterações recentes e as suas implicações para a Psicanálise. As coautoras, generosamente, parecem assumir uma posição maternizante, procurando acolher e conter para compreender melhor a complexidade do que lhes é trazido à sua clínica no campo da RA. É nesta perspetiva que, em torno da principal temática, o leitor pode encontrar uma série de outras temáticas, igualmente relevantes: a infertilidade na intervenção com a família, as suas implicações sobre o desenvolvimento infantil, os desafios enfrentados pela técnica de doação de gâmetas, a representação fantasmática na gravidez ou na sua perda...

No campo da Psicanálise, a temática da infertilidade nem sempre foi tratada de forma que alguém que enfrentasse estas dificuldades e procurasse essa via de compreensão pudesse efetivamente sentir-se compreendido. As editoras salientam precisamente que durante muito tempo outras vozes psicanalíticas argumentavam que «a infertilidade, a perda gestacional ou outras condições reprodutivas eram o resultado de conflitos inconscientes intrapsíquicos da mulher» (p. 1). Tais posições contribuíram para que a Psicanálise se restringisse a uma visão limitada e, possivelmente, pouco capaz de efetivamente ajudar, como dizem Ana Teresa Vale e Renata Vives: «a teoria psicanalítica manteve muitas mulheres e casais longe dos consultórios de psicanálise» (p. 1). Esta aceção, que não pertence a anos muito distantes, reforça ainda mais o papel que o pensamento psicanalítico patente nos vários capítulos do livro vem oferecer, criando um espaço de pensamento e abertura ao que cada vez mais a sociedade enfrenta com a mudança tecnológica e social. Nas décadas recentes, temos assistido e participado nas mudanças em torno de novas formas de parentalidade, novos modelos familiares. Tais mudanças solicitam que os conceitos psicanalíticos originais possam ser pensados e reformulados, o que requer um desenvolvimento do pensamento teórico.

As várias autoras, intervenientes diretas no pensamento psicanalítico, vêm oferecer novas abordagens sobre a temática da RA, convidando o leitor a entrar nos seus gabinetes. Assim, Paola Marion, da Sociedade Italiana de Psicanálise, juntamente com alguns colaboradores, usa diversas vinhetas clínicas para ilustrar casos em que a manutenção do segredo sobre a necessidade de alguns casais recorrerem a técnicas de RA e a sua dificuldade em metabolizar o sofrimento psíquico no nascimento dos filhos gerados através das mesmas técnicas. No capítulo, aborda-se ainda, também através de vinhetas clínicas, o acompanhamento psicanalítico de crianças nascidas através dessas mesmas técnicas e as vicissitudes apresentadas durante o seu desenvolvimento. Também pertencente à Sociedade Italiana, Emanuela Quagliata apresenta o trabalho com pacientes que demonstram extrema dificuldade em contactar com o trabalho e a relação psicanalítica. Tendo por base o trabalho clínico, a autora realça que a natureza profunda e inconsciente inerente ao trabalho analítico proporciona o contacto com o processo de luto, algo com que estes pacientes em

particular sentem resistência em contactar. No terceiro capítulo, Melis Tanis Sivri, da Sociedade Psyke de Istambul, usa excertos de vários filmes e histórias para ilustrar e abordar a presença de sentimentos de inveja e vergonha, bem como o processo de idealização, no contacto com a infertilidade. A temática sobre a doação de material genético nas RA é abordada por Nancy Time Ayub, da Sociedade Psicanalítica do México. Neste capítulo, Nancy Ayub, autora de dois livros sobre a temática, aborda as questões relacionadas com os aspectos emocionais vividos pelos dadores, recaindo especificamente na exploração do significado *après-coup*. Também a coeditora Ana Teresa Vale contribui com um capítulo dedicado à experiência da gravidez e perda gestacional apoiando-se em duas ilustrações clínicas sob o prisma dos seus efeitos não apenas na mente dos pacientes, mas também na mente da analista. A atual Presidente da Sociedade Portuguesa de Psicanálise, Conceição Tavares de Almeida, contribui com um capítulo onde aborda as ligações que podem ser encontradas entre a infertilidade vivida por pacientes e o seu efeito no trabalho no campo analítico. Através de ilustração clínica, a autora explora o efeito do sofrimento psíquico ligado à infertilidade e o modo como o mesmo sentimento trespassa o par analítico. Sofia Barandiaran, da Associação Psicanalítica de Madrid, aborda igualmente as representações psíquicas ligadas à doação de ovócitos, nomeadamente no que se refere à componente secreta vivida por quem recorre a essa técnica. Deste modo, a autora pretende explorar as fantasias inconscientes que daí emergem, bem como a sua futura projeção nas crianças nascidas através dessa técnica. Ainda sobre a temática da doação de ovócitos, a coeditora Renata Vives dá a conhecer uma visão sobre a afiliação simbólica recorrendo a um caso de psicanálise de um rapaz fruto de uma gravidez com recurso à doação de ovócitos. A sua visão traz ao leitor a oportunidade de captar o modo como a psicanálise pode intervir nestas situações facilitando esse mesmo processo. A vasta área da maternidade é abordada por Christine Anzieu-Premmereur no capítulo onde trata do conceito de preocupação materna primária em situações nas quais a gravidez não ocorre no corpo da mulher que irá posteriormente assumir a função materna. Nesses casos, diz a autora, é comum surgirem conflitos inconscientes de culpa e dúvida com maior intensidade, comparativamente aos que habitualmente surgem noutras gravidezes. O último

capítulo recai igualmente na temática da maternidade com um texto da autoria de Katy Bogliatto, pertencente à Sociedade Psicanalítica Belga. A autora usa o seu longo trabalho com famílias que recorrem a «barrigas de aluguer» e dá a conhecer o modo como a Psicanálise comprehende e acompanha casos desta natureza, surgindo o analista como «terceiro», posicionando-se num «espaço potencial» elaborativo.

Através da leitura de todos os capítulos, apercebemo-nos de que as múltiplas visões das suas autoras vêm não somente contribuir para uma nova amplitude sobre a compreensão psicanalítica destas temáticas, que vão muito além da infertilidade e reprodução assistida. As suas visões oferecem ainda uma perspetiva de como a psicanálise pode intervir junto daqueles que procuram tais técnicas, que assumem hoje um crescimento e desenvolvimento rápido, confrontando o familiar com o estranho e desconhecido. Esta obra representa, assim, um rasgo inovador sobre as mudanças tecnológicas e psíquicas da atualidade sob o uso do pensamento psicanalítico.

VERTIGEM

DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE À PARENTALIDADE E AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O mundo contemporâneo coloca inúmeros desafios às crianças e aos seus pais, que, por sua vez, se podem refletir na clínica com crianças e adolescentes. Os psicanalistas verificam que cada vez mais surgem questões clínicas relacionadas, por exemplo, com o uso de dispositivos eletrónicos para acalmar bebés e crianças pequenas, dificuldades no desmame e no desfralde — que colocam estas transições em idades cada vez mais tardias —, a presença constante de conteúdos e discursos sexualizados, que pela sua repetição geram uma habituação, favorecendo uma espécie de analfabetismo emocional e uma transação unilateral onde tudo se absorve sem nada se dar em troca. Que podem as famílias contemporâneas dar em troca frente ao poder da tecnologia, sem a diabolizar? Como pôr limites claros e consistentes e ser capaz de suportar a frustração da criança? Estes são alguns dos desafios causados pelas mudanças na estrutura familiar que as nossas sociedades têm vindo a conhecer.

Que pode a Psicanálise pensar e dizer acerca destes desafios que se colocam aos pais contemporâneos? Como entender esta nova forma de representar a criança e a parentalidade, que hoje prevalece nas sociedades ocidentais? Como construir relações de segurança emocional de maneira que sejam criados espaços de colaboração e de diálogo? Como encorajar a exploração dos dilemas interiores e favorecer a solicitude, a atenção e a criatividade nas parentalidades contemporâneas? Para que presente — e para que futuro — queremos educar as crianças? Será que a Psicanálise ainda tem algo a oferecer a estas crianças e a estes pais, no meio de tantas outras ofertas e abordagens terapêuticas e educativas?

Neste Vertigem, pedimos às colegas Maria José Martins de Azevedo, Rita Gameiro, Carla Cruz e Margarida Bilreiro para partilharem connosco as suas reflexões, a partir da sua experiência com a clínica infantil.

PARENTALIDADE E INFÂNCIA: A PSICANÁLISE NA MATRIZ TECNOLÓGICA CONTEMPORÂNEA

Maria José Martins de Azevedo¹

A clínica contemporânea recebe novas sintomatologias, constelações psicopatológicas, fruto do encontro diferenciado do ser com a nova matriz cultural, social e histórica. Neste contexto, destacamos a consideração dada aos dispositivos eletrónicos na parentalidade do bebé e no desenvolvimento infantil.²

Nascidos de uma geração psicanaliticamente mais instruída do que as gerações anteriores, os pais, oriundos de um meio económica e profissionalmente bem estabelecido, preocupam-se, desde a gestação, com o desenvolvimento dos filhos, procurando nos dispositivos eletrónicos respostas para as dúvidas de parentalidade. A comparação entre o desenvolvimento do bebé, as práticas de parentalidade e os parâmetros divulgados propicia tanto a desvalorização e a inferiorização do potencial parental herdado, quanto a regressão adesiva à informação desumanizada, logarítmica e destituída de subjetividade relacional. Parentalidade fragilizada, a depressão assinala-se pela omnipotência, idealização, perda da espontaneidade parental, culpa e desistência. As expectativas narcísicas relativas a parâmetros desenvolvimentais do bebé, projetadas sobre ele, quando inseridas na competição inconsciente com os modelos pregressos de parentalidade

¹ Psicóloga, Psicanalista, Supervisora de Psicoterapia Psicanalítica, Formadora em Psicoterapia e Psicanálise. Membro da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP), da Associação Internacional de Psicanálise (IPA), da federação Europeia de Psicanálise (FEP) e da *Société Européenne de Psychanalyse de L'Enfant et L'Adolescent* (SEPEA). É autora de quatro livros de psicanálise. E-mail: mjmazevedo@hotmail.com

² Cf. Ahumada, J. L. (2016). Is the Nature of Psychoanalytic Thinking and Practice (e.g., in Regard to Sexuality) Determined by Extra-Analytic, Social and Cultural Developments?: Insight under Siege: Psychoanalysis in the ‘Autistoid Age. *The International Journal of Psychoanalysis*, 97, 839–851.

transgeracional, tornam a vida relacional precoce palco de angústias persecutórias e depressivas. Inserida na comunidade virtual dos seguidores dos bloguistas, a nova parentalidade expõe-se à vertigem da proximidade intersubjetiva virtual com os «pensadores/orientadores/especialistas», «fazedores de opinião» que sugerem, desde doutras, *coachs* de parentalidade, técnicas de manejo dos bebés, a exames invasivos para estudo da enurese e encoprese, evitando a contribuição psicanalítica. Ecrã da projeção crítica, persecutória omnisciente, a psicanálise é denotada como demorada e pouco eficiente, pois não aconselha.

No final do percurso do desencantamento, o crescimento e a autonomia psíquicos são valorizados. O analista contacta então com a parentalidade-bebé exausta: diáde mãe-bebé derrotada devido à incapacidade de alimentar — ser alimentada; adormecer — ser adormecida; separado — ser separada; incapaz de introduzir gradualmente a frustração — suportar gradualmente a frustração. Parentalidade na qual o pai se exclui — se sente excluído ou impotente para conter o par mãe-bebé, ou toma o lugar materno perante a desistência/depressão materna.

M. tem 3 meses, um olhar triste. A perda de peso, limiar inferior normal, espelha o esgotamento da diáde; no olhar materno, o terror, no choro da bebé, o desespero, se sair do colo. O psicanalista escuta, assiste, contém pais e bebé na sua intersubjetividade magoada. Propõe um caminho de reconstrução de uma parentalidade promissora da inscrição do bebé numa nova intersubjetividade, libertada das projeções alienantes. Defronta a dependência do progenitor aos ditames do influencer: o bebé deveria adaptar-se à vida adulta familiar preexistente; dormir na sala, com luz, barulho, junto aos pais, até estes se deitarem. A mãe, subjugada, seguia o marido, cujo aspeto infantil encontrara no influencer os pais ideais, os «libertadores» do seu passado infantil.

Perante a falência da parentalidade contentora, capaz de atribuição de significado ao sofrimento primitivo do bebé, os dispositivos eletrónicos representam um lenitivo e sedativo. O aparelho surge em substituição do objeto transicional antidepressivo, calmante e sanguíneo. O pseudo-objeto transicional, contrariamente ao verdadeiro — sujeito à ilusão do bebé —, impõe-lhe uma ilusão: capta a atenção espontânea do bebé, não lhe devolvendo nenhuma. A atenção de

que o bebé carece, para se constituir sujeito, é pervertida: recebe uma ilusão de atenção, indiscriminada, não compreensiva nem continente.

R. é um menino de seis anos diagnosticado com um quadro de tipologia autista, hiperatividade, crises de violência na escola e perturbações do sono (pesadelos) desde os dois anos; desloca-se como um autómato. Concebido por fertilização in vitro, durante o tratamento do cancro do pai, a mãe aleitou-o e cuidou-o segundo as indicações recebidas no telemóvel, seguindo uma aplicação sugerida pela irmã mais velha, a viver nos EUA. O bebé, alimentado a cronómetro, adormece desde sempre com o telemóvel. Mãe, educadora e professora do ensino básico haviam fracassado na tentativa de separação do aparelho. Com funções duplas de objeto autista³ e de acesso a uma representação materna primitiva bidimensional e mecânica, R. não pode dele ser separado. Guincha, inundado de ansiedade agonizante: rebola-se no chão, para depois permanecer num estupor, a lembrar a catatonia. Só o retorno do objeto consegue o lento milagre do retorno ao alheamento vazio. A retoma nunca é rápida, nem sem sequelas: perde o apetite, o sono fica perturbado durante dias. A psicanálise da criança que não anuísse a tratá-la aceitando a presença do seu telemóvel, como se de uma excrescência do self, um objeto autista, se tratasse, teria sido votada ao fracasso.

Nesta reflexão, sublinham-se dois aspetos diferenciadores da psicanálise contemporânea. O primeiro, o par analítico, insere-se numa nova matriz cultural formada quer por elementos oriundos do contributo da psicanálise,⁴ quer pelos relativos à nova era tecnológica, com os seus dispositivos; as mudanças sociais relativas ao contributo da psicanálise, bem como aos seus conceitos são veiculados sem referência à origem, emergindo um discurso pseudoinformado.

O segundo aspeto, relativo à inserção da parentalidade e da infância nesta nova matriz, sugere uma regressão na autoconfiança de cuidar da cria e na relação de confiança intergeracional: a nova parentalidade acolhe soluções veiculadas pelos aparelhos tecnológicos, acolhendo-as no lugar de pais idealizados. No limite, desobrigada de gratidão, de coconstrução psíquica e do suporte relacional transgeracional,

³ Cf. Frances Tustin (1981). *Les États Autistiques chez l'Enfant*. Éditions du Seuil.

⁴ A autora defende representar a descoberta da psicanálise uma fratura conceptual e uma mudança de paradigma social, com impacto na instauração de uma nova discursividade. Cf. *Memória e Escrita Analítica — Ensaios de Psicanálise* (2024), pp. 93–105.

abandona a cria ao aparelho eletrónico. A psicanálise resgata a humana-dade da criança ao dispositivo, aceitando, inicialmente, incluí-lo no espaço analítico, até que possa ser, pela criança, relegado ao limbo, uma vez a criança entregue à relação analítica vivificadora.

«SE NÃO SABE PORQUE É QUE PERGUNTA?»: AS PESSOAS PERGUNTAM. MAS OS PSICANALISTAS NÃO ESTÃO LÁ PARA RESPONDER.

Rita de Araújo Gameiro¹

1. Em Agosto de 1976, a psicanalista francesa Françoise Dolto, que muito contribuiu para a propagação da reflexão psicanalítica sobre as múltiplas complexidades e desafios das relações entre pais e filhos, foi convidada a participar num programa de rádio que se tornou amplamente reconhecido em França, e que mais tarde foi convertido em vários livros, editados em Portugal. No programa, Dolto tentava contextualizar as problemáticas, trazidas fundamentalmente por pais, sobre variadas preocupações, difundindo de forma simples o pensamento psicanalítico. Num desses programas, «Será artista?», uma mãe questionou se seria importante explicar à filha os conteúdos dos seus próprios desenhos, ao que Dolto responde: «É melhor não. Pelo contrário, julgo que o que pode interessar à criança é falar sobre os seus desenhos», acrescentando que a criança que mostra o desenho revela um interesse pelo olhar da mãe sobre si mesma, e colmata dizendo: «cada vez se vêem mais crianças com os sentidos das cores. Pergunto a mim mesma se não é a televisão a cores [...] quando éramos crianças, não havia tudo isso» (Dolto, 1978, p. 134). Em Portugal, em 1983, João dos Santos, pioneiro na Psicanálise e um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Psicanálise, recriava o mesmo conceito participando num programa da Rádio Comercial, também posteriormente convertido em vários livros. O programa baseava-se numa conversa dirigida por João Sousa Monteiro e trouxe ao panorama português a oportunidade de se abordarem questões complexas

¹ Psicóloga Clínica, Psicoterapeuta, Psicanalista de Crianças, Adolescentes e Adultos. Membro Associado da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) e da Associação Psicanalítica Internacional (IPA). *E-mail:* ritagameiro@gmail.com

numa perspetiva psicanalítica, usando uma linguagem acessível a todos. Num dos episódios: «Olha, eu faço-te aqui de saias porque tu dantes tinhas saias e eras maricas», João dos Santos conclui dizendo: «A nossa cultura ocidental é muito voltada para o exterior, é feita de agitação, de agências de viagens que nos preparam os tempos de ócio, dos clubes de disco, das cassetes, dos vídeos e dessa tralha toda. Há cada vez menos funcionamento interno. Mas para nós, psicanalistas, o grande segredo do viver, da nossa experiência, é o sentimento de se funcionar mentalmente bem» (Santos & Monteiro, 1988, p. 21). É bem possível que nem Françoise Dolto nem João dos Santos tenham assistido ao progressivo desaparecimento da televisão, das cassetes e vídeos, que foram sendo substituídas pela Internet. A sociedade contemporânea não é a mesma que estes psicanalistas viveram, porém o seu pensamento psicanalítico e as suas formulações permanecem atuais. A circularidade das questões que se colocam à humanidade faz-nos percorrer uma espiral, permanecendo idênticas. Parece simples assumir que bastaria recordar as suas palavras, mantendo vivos os testemunhos de outrora, mas assistimos, perplexos, a dois tipos de discurso: primeiro, o lamento catastrófico sobre o declínio civilizacional a que se assiste, seguido pela erupção de opiniões «especialistas», assumidas como únicas soluções pela via da radicalização: «Proibido o uso de telemóveis nas escolas.» Perante tal, que falta? Faltará tempo, verdadeira disponibilidade para nos debruçarmos sobre os problemas atuais? Faltará espaço para refletir? Faltarão vozes? Talvez um pouco de cada.

2. Na busca pela pacificação das suas angústias, perante o que é sentido como desconhecido e incompreensível, muitos pais tentam contactar com um mais amplo e verdadeiro conhecimento sobre os filhos, surgindo questões em torno de múltiplas problemáticas. Este movimento gera uma procura por compreender, pela via da pulsão epistemofílica, que deve ser saudada. Nos consultórios, não é raro vir à tona a temática dos ecrãs, da realidade virtual ou da Internet como meio de substituição dos encontros e ligações reais. Porém, a experiência indica que tais questões espelham o funcionamento e a dinâmica familiar, atual e transgeracional, requerendo que cada situação seja observada e tratada como única, pertencendo a um sistema familiar particular. Estas situações representam um evidente aumento do

interesse pela perspetiva psicanalítica. São, no entanto, situações de expressão reduzida. Chegar à população em geral, penetrar nas comunidades escolares e meios sociais, obteria um efeito considerável na criação de espaços de discussão e reflexão. Porém, há várias décadas que assistimos, contemplativos, à diminuição da perspetiva científica e, mais concretamente, à lenta extinção da presença do pensamento psicanalítico nesses ambientes. Em vez disso, assistimos, num misto de perplexidade e parálisia, ao aparecimento de uma cacofonia composta por um coro de vozes «sapientes» que debitam sobre qualquer tema, usando a sua limitada experiência pessoal ou, no limite, aquilo que, sem qualquer apoio científico, possam considerar «saber» sobre qualquer problemática. Neste momento, qualquer pessoa pode autodiagnosticar-se com «défice de atenção», depois de, há apenas uns tempos, ter descoberto ser «autista». Os «especialistas da Internet» tiram vantagem do que passou a ser o mais nefasto para o público em geral, as «notícias falsas», no sentido em que uma informação é veiculada múltiplas vezes, sem contestação, crítica ou dúvida sobre o seu conteúdo ou proveniência. Esta situação, que tem vindo a instalar-se como meio de aplacar as angústias, por vezes sobre problemáticas graves de mau funcionamento ou patologia, impera em parte devido ao espaço que os psicanalistas já não ocupam, e que dependia, em grande parte, da dádiva voluntária que cada um abnegadamente oferecia.

3. Já tanto foi dito sobre a problemática do uso da Internet e o espaço que ocupa na sociedade atualmente. Todos sabemos que qualquer mudança paradigmática proveniente de uma evolução traz consigo tanto efeitos benéficos como prejudiciais. Cabe ao psicanalista, sob o uso da *rêverie* que dirige às flutuações e contradições humanas, oferecer um pensamento e uma perspetiva multidimensionais. Será necessário situarmo-nos no espaço, aquele que não é dentro nem fora e que se situa, tal como o «objeto transitório» de Winnicott, no espaço intermediário. Será nesse espaço de criação conjunta, correspondente ao que analista e paciente vivem, que poderá ser cocriado o espaço de pensamento reflexivo sobre as problemáticas atuais. Françoise Dolto e João dos Santos falavam diretamente para os pais, mas, acima de tudo, as suas vozes viajavam numa teia concêntrica acompanhando a propagação das ondas da rádio, e alcançavam casas, chegavam às famílias, penetravam nas escolas. Sentimos todos a falta dessa escuta.

REFERÊNCIAS

- Dolto, F. (1978). *Você e a Criança I*. Dom Quixote.
- Santos, J. S. & Monteiro, J. S. (1988). *Se não Sabe Porque é que Pergunta*. Assírio & Alvim.

AS FUNÇÕES PARENTAIS E SEUS PROBLEMAS ATUAIS

Carla Cruz¹

Em menos de cinquenta anos, existiram grandes mudanças na estrutura familiar clássica: baixa na taxa de nupcialidade, aumento na taxa de divórcios, taxa crescente de famílias monoparentais e de famílias reconstituídas. Grande percentagem de crianças vive em famílias reconstituídas e a dividir o tempo da sua vida quotidiana entre pais separados sem o apoio da família alargada: avós, tios, primos. Houzel (2010, p. 131) menciona: «A socióloga Irène Théry (2001) descreveu uma crise da família que me parece corresponder a uma crise da parentalidade.»

Théry (2001) refere-se a uma crise do simbólico na organização e no funcionamento das famílias modernas. É a dimensão do simbólico, da significação, que está em crise.

Além destas modificações na estrutura familiar, devemos considerar também as alterações sociais, como sejam os desafios trazidos pela mudança nas sexualidades, pelas novas tecnologias, como a Internet e a rede mundial de computadores, o uso do telemóvel, de *smartphones*, o excesso de videojogos; pelos conflitos sociais e políticos e a degradação catastrófica do clima com as suas ameaças no futuro. Todas estas alterações têm um forte impacto na saúde mental das crianças e adolescentes.

O IMPACTO DA INTERNET E DAS NOVAS TECNOLOGIAS

A Internet teve um papel muito importante, por exemplo, durante a pandemia, mas tem igualmente efeitos muito negativos, nomeadamente quando o adolescente se esconde e isso o impede de explorar e estar em contacto com o outro e com o mundo.

¹ Psicóloga Clínica, Psicanalista de Crianças, Adolescentes e Adultos. E-mail: cmicruz@hotmail.com

Na clínica, surgem, cada vez mais, nas crianças e jovens, fortes e generalizados sentimentos de ansiedade — quando não têm os seus telemóveis por perto e quando não têm uma satisfação imediata; isto porque os jogos dão uma gratificação instantânea e o jovem não é exposto à frustração de se aborrecer nem ao hábito de esperar. Consequentemente, surge uma quebra acentuada do rendimento escolar e a degradação das relações sociais e familiares.

Atualmente, quando tem dúvidas ou está confuso quanto à sua identidade de género (ser ele ou ela), o adolescente tem tendência para procurar *sites* relacionados com a sexualidade e o género. Os adolescentes procuram *online* e não os psicoterapeutas que estão muito sintonizados com estas dificuldades, ajudando o adolescente na compreensão e no alcançar do desenvolvimento emocional.

Bronstein (2023) salienta que *websites* de pornografia, beleza, ingestão alimentar e questões relacionadas com a transformação corporal e a sexualidade são visitados por milhões de crianças e adolescentes que se sentem perdidos, confusos e muitas vezes isolados. *Websites* que incitam à automutilação e ao suicídio, à possibilidade de expor os jovens, de os intimidar e seduzir, têm contribuído para estados de depressão, suicídio e práticas de automutilação.

É de salientar como a Internet teve impacto na dificuldade de as gerações comunicarem. A interferência da tecnologia nas relações é cada vez maior, sendo necessário os adultos também repensarem na sua relação com estes dispositivos.

Como refere Bolognini (2017): «As novas tecnologias como a extensão da internet e o sistema de inteligência artificial criam a ilusão que tudo está ao alcance e oferecem respostas imediatas no mundo das emoções, angústias e fantasias que criam a ilusão que os sujeitos podem prescindir do outro» (p. 238).

Nesta nova sociedade, acrescenta Guinard (2023): «Conflitos emocionais não atingem um nível interno, um estatuto intrapsíquico. O trabalho psicanalítico é difícil de estabelecer porque os envelopes psíquicos são tão defeituosos quanto os sociais» (p. xvi).

AS FUNÇÕES PARENTAIS

Podemos resumir as diferentes funções da parentalidade em: garantir a segurança emocional da criança; desenvolver as capacidades de socialização e favorecer as capacidades de pensar — função psíquica essencial que necessita da parte dos pais empatia e disponibilidade. A parentalidade implica as funções de contenção e de transformação a partir das quais o sujeito se pode sentir existir na sua pele, no seu corpo e na sua individualidade. Somente na presença de figuras parentais com as quais existem trocas cooperativas é possível desenvolver identificações primárias que possibilitam à criança sentir-se contida e desenvolver um sentimento de coesão, numa intimidade entre a proximidade e a separação. A intersubjetividade é o lugar da emergência da subjetividade. É a partilha intersubjetiva de experiências, de afetos, de emoções que possibilita o crescimento psíquico.

Muitas vezes é difícil para os pais o desempenho das suas funções parentais, de modo que respondam às necessidades do jovem, porque também eles foram apanhados de surpresa pela atual situação, nomeadamente durante a pandemia, quando os encontros dos grupos foram substituídos por «chats». Novos *websites* apareceram criando nos jovens uma pseudointimidade e aumentando a distância e a dificuldade de comunicação entre as gerações. É necessária uma aliança entre o terapeuta e os pais para que haja uma compreensão mútua e um trabalho conjunto na mesma direção.

O SETTING ANALÍTICO

Nesta nova sociedade, o *setting* psicanalítico ajuda-nos a oferecer estabilidade e sentido de continuidade. Nós sabemos como é importante estabelecer uma relação de contenção (continente/conteúdo) consistente para que o indivíduo desenvolva a capacidade de confiança em si próprio.

O *setting* analítico possibilita a criação de um espaço para pensar, quando o pensamento está a ser atacado. A psicanálise continua a ser o modelo mais completo do desenvolvimento e do funcionamento do psiquismo. Contudo, como nos refere Guinard (2023): «O trabalho psicanalítico é difícil de estabelecer porque é muito difícil convencer as pessoas de que a vida psíquica existe e precisa de intimidade para ser explorada e se desenvolver» (p. xvii).

Se pensarmos na psicanálise como uma ferramenta específica para ajudar nos distúrbios psicológicos individuais, ou como uma teoria da mente que nos ajuda a desenvolver abordagens que envolvem o trabalho familiar e a ajuda parental, verificamos que a psicanálise continua a fornecer a compreensão mais profunda da mente e a ajudar quem necessita. É reconhecida a importância da psicoterapia psicanalítica para ajudar os pais e também as famílias das crianças e adolescentes a lidarem com estas novas questões.

Psicanalistas e terapeutas de crianças e adolescentes devem continuar a trabalhar em conjunto para aprofundar a compreensão dos novos desafios à medida que a sociedade, as atitudes familiares, os avanços tecnológicos e muitos outros estímulos, quer positivos quer negativos, têm impacto na saúde mental das crianças e adolescentes, assim como ajudar os pais a lidar com estas novas problemáticas.

REFERÊNCIAS

- Bolognini, S. (2021). Novas formas de psicopatologia em um mundo em mudança. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 28(2), 229–246.
- Bronstein, C. (2023). Introduction. Em C. Bronstein & S. Flanders (Eds.), *Child and adolescent psychoanalysis in a changing world* (pp. XX–XXVII). Routledge.
- Guinard, F. (2023). Foreword. Em C. Bronstein & S. Flanders (Eds.), *Child and adolescent psychoanalysis in a changing world* (pp. XII–XIX). Routledge.
- Houzel, D. (2010). *La transmission psychique*. Odile Jacob.
- Théry, I. (2021). Peut-on parler d'une crise de la famille ? Un point de vue sociologique. *Enfance*, 49, 492–501.

TAL PAI, TAL FILHO OU A (RE)CRIAÇÃO DE UMA NOVA HISTÓRIA — BREVE REFLEXÃO SOBRE PARENTALIDADE E PSICANÁLISE

Margarida Bilreiro¹

Siddhartha lembrou-se de súbito de uma coisa que Kamala lhe dissera havia muito tempo: “não podes amar” — dissera-lhe ela e ele concordara [...] Era verdade que nunca se perdera noutra pessoa a tal ponto que se esquecesse de si próprio, que nunca sofrera os desatinos do amor por outra pessoa. Nunca fora capaz disso e então parecera-lhe ser essa a grande diferença entre ele e a gente comum. Mas agora, desde que tinha o filho consigo, tornara-se, através da mágoa e do amor, exactamente uma dessas pessoas comuns. Amava loucamente, o amor transformava-o em idiota. Tardivamente, e pela primeira vez na vida, também conhecia a mais forte e a mais estranha das paixões que o fazia sofrer tremendamente, mas que ao mesmo tempo não sabia como, o elevava, o renovava e tornava mais rico.

(Em *Siddhartha*, Herman Hesse)

Vivemos na era da tirania da eficácia parental. A cultura contemporânea impõe-se e «exige» aos pais que eduquem os filhos de acordo com as «melhores práticas»; fala-se de competências parentais, subjugando-se os afetos a uma lógica de produtividade. Às crianças, pede-se que sejam bem-comportadas, tenham sucesso escolar, sejam dotadas de valores morais que encaixem nas crenças adultas, que tenham ideias definidas quanto ao futuro e, sobretudo, que sejam

¹ Psicóloga Clínica, Psicanalista. Membro Associado da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) e da Associação Internacional de Psicanálise (IPA). E-mail: mbilreiro@gmail.com

felizes. Diabolizam-se ecrãs, redes sociais e jogos virtuais, a violência nos desenhos animados e a sociedade de consumo. O insucesso dos filhos é visto, e principalmente sentido, como uma falha narcísica dos pais. A fragilização das funções parentais evidenciada pela dificuldade em impor limites aos desejos e pulsões dos filhos, em os frustrar e em colocar a diferenciação de gerações, dificulta o acesso ao simbólico e consequentemente impacta o desenvolvimento do Eu. Um édipo renegado leva a um narcisismo triunfante e consequentemente a uma humanidade sem interdito, fascinada pelo poder da sua imagem, transformando a família contemporânea numa rede fraterna sem hierarquia ou autoridade (Roudinesco 2003).

A parentalidade começa na infância dos próprios pais. É uma construção e um processo que entrelaçam, para lá dos aspetos biológicos, aspetos conscientes e inconscientes que se inscrevem numa história prévia, que atravessa a subjetividade de cada um e se instala num contexto histórico e social. A história de cada criança inicia-se na história individual de cada um dos pais; o desejo de ter um filho reativa inevitavelmente as fantasias da sua própria infância e o tipo de cuidado parental que tiveram. Para Stern (1997), as representações parentais sobre o bebé iniciam-se muito antes do seu nascimento, não se podendo restringir a parentalidade à gestação e ao nascimento de um filho, uma vez que as identificações feitas na infância são determinantes e influenciam a forma e a vivência da parentalidade. Freud, em 1914, no texto sobre Narcisismo, sugere que o amor parental nada mais é do que um retorno e reprodução do narcisismo dos pais, que, através da valorização afetiva da criança, procuram resgatar o seu próprio narcisismo infantil perdido. Refere ainda que a criança ocupa no psiquismo parental uma função reparadora, sendo vista como a possibilidade de suturar as feridas narcísicas dos seus próprios pais. Desta forma, torna-se impossível dissociar os aspetos narcísicos de cada um dos pais e as fantasias sobre as suas relações objetais primárias do exercício da parentalidade. Lebovici (1987) confere que os conflitos infantis dos pais determinam a natureza das identificações na criança e se traduzem em sintomas apresentados pelo bebé. A história infantil dos pais, os seus conflitos inconscientes, a relação com os seus próprios pais estão inequivocamente presentes na sua representação sobre parentalidade.

Talvez não se fale o suficiente da infância. Ou, então, talvez se fale demasiado, deixando, porém, em ângulo morto alguns aspectos essenciais. A infância não tem fim, acompanha-nos a vida inteira; e a impossibilidade de reconciliar o adulto com a sua infância cria equívocos. No entanto, é o abandono da omnipotência infantil e a elaboração dos aspectos narcísicos dos pais que permitem a vivência de uma parentalidade que confere à criança a criação de um espaço psíquico e de vínculos seguros a partir de figuras de identificação «suficientemente boas».

Citando João dos Santos (2007), «pessoas capazes de amor são aquelas que foram crianças ou se reconciliaram com a criança que foram. Se amas a criança que em ti existe, então podes amar as crianças, podes fazer um filho. Se a rejeitaste ou se com ela és irreconciliável [...] Não faças filhos, não te ocupes dos filhos dos outros».

Falar de parentalidade faz-me revisitar *Siddhartha*, livro de Herman Hesse, publicado pela primeira vez em 1922, e que conta a história de um jovem, filho de Brâmanes, que abandona o lar familiar, contra a vontade do pai, à procura de verdades desprendidas de formalismos vazios. Percebe que não poderia nunca encontrar a verdade da vida, anulando uma parte dela e do seu próprio corpo. Experimenta o prazer, a extrema austeridade, a inveja e a ânsia de poder, sempre em busca da perfeição e do sentido profundo da vida. Inicia uma viagem começando pelo conhecimento do mundo externo para, depois, conhecer o seu mundo interno. Quando conhece seu filho, já com onze anos, a imagem do homem sábio, que até ali julgava ter-se tornado, cai por terra. Assiste à morte de Kamala, a mãe do seu filho, e vendo-o prostrado num pranto perante a morte da mãe:

«Siddhartha sentou-o nos seus joelhos, deixou-o chorar e afagou-lhe o cabelo. Vendo o rosto do garoto recordou-se de uma prece Brâmane que aprendera quando também era pequeno. Lentamente, e em voz cantante, começou a recitá-la. As palavras acudiam-lhe à memória, vindas do seu passado distante, da sua infância» (Hesse, 1982).

A descoberta de um filho faz Siddharta alterar o seu olhar sobre o mundo e sobre si próprio, ele que se achava dispensado de se entregar à vulnerabilidade do amor. Descobre através do abandono da

omnipotência infantil que é afinal uma pessoa comum. Tenta a todo o custo aproximar-se do filho, que o renega e lhe desobedece, fazendo-o revisitá a sua própria história e o pai que também ele abandonara. Sente a tentação do restauro narcísico da sua história e do seu mundo infantil, imaginando através deste filho ideal a possibilidade de lhe transmitir a sua sabedoria. Com grande sofrimento, percebe que o destino do filho não se encontra nas suas mãos.

Aos pais, cabe o interessante desafio do investimento libidinal nos filhos, não como prolongamento ou compensação narcísica, mas, antes, abdicando do reinvestimento narcísico em si próprio, permitindo à criança não a repetição, mas a possibilidade de um vínculo seguro que permita a criação de uma nova história.

BIBLIOGRAFIA

- Freud, S. (1914). Sobre o Narcisismo: uma introdução. Em Edição standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, volume 14 (pp. 75–91). Imago.
- Hesse, H. (1982). *Siddharta*. Minerva.
- Lebovici, S. (1987). *O bebé, a mãe e o psicanalista*. Artes Médicas.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Jorge Zahar.
- Santos, João dos (2007). *Ensinaram-me a ler o Mundo à minha volta*. Assírio & Alvim.
- Stern, D. (1997). *A Constelação da Maternidade: O Panorama da Psicoterapia Pais/Bebê*. Artes Médicas.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A *Revista Portuguesa de Psicanálise* (RPP) é o órgão oficial da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) e sua propriedade jurídica e intelectual. A RPP publica artigos originais de natureza teórica e epistemológica, teórico-clínica, conceptual, empírica (qualitativa e quantitativa), na área da psicanálise e de outras disciplinas científicas das ciências naturais, das ciências sociais e das humanidades, com as quais o campo psicanalítico estabelece diálogo científico consistente.

Os artigos psicanalíticos submetidos para publicação na revista devem ser inéditos e não poderão estar em processo de avaliação em outra publicação científica simultaneamente. Os artigos devem, ainda, possuir qualidades de rigor teórico-conceptual, clínico e empírico. O tema e o ângulo de abordagem temática do artigo deverão ser, simultaneamente, atuais e inovadores e a argumentação deverá ser precisa, bem articulada e adequadamente fundamentada. Serão aceites para revisão os artigos que respeitarem as Normas de Publicação da RPP adiante indicadas.

A arbitragem científica prévia à decisão editorial sobre a publicação é realizada pelo método de «peer reviewing», sendo os revisores científicos atribuídos de forma anónima e aleatória («double blind»). Se o artigo submetido for aceite para revisão, os autores poderão consultar o relatório dos revisores, independentemente do parecer favorável ou desfavorável à sua publicação.

A RPP reserva-se o direito de não publicar artigos clínicos, ou teórico-clínicos, que não respeitem as normas éticas da investigação em ciências sociais e humanas, nomeadamente em que a identidade do paciente não tenha sido preservada através do anonimato e em que a confidencialidade do material verbatim ou graficamente ilustrado (desenhos e figurações) das vinhetas clínicas não seja escrupulosamente respeitada. Em caso de dúvida razoável, o Conselho Editorial da revista reserva-se o direito de exigir a prova de consentimento informado da parte do paciente ou dos seus representantes legais (pais no caso de material gráfico infantil).

O corpo editorial da revista está, ainda, particularmente atento à deteção de situações de plágio, total ou parcial, no artigo submetido a publicação, o qual, nessa circunstância, será rejeitado, com indicação aos autores da razão de tal decisão.

A data de publicação do artigo será decidida pelo corpo editorial da revista, de acordo com critérios editoriais definidos pelo mesmo.

Os artigos serão submetidos online no website da Revista Portuguesa de Psicanálise, <https://rppsicanalise.org>.

O título do artigo deverá sempre figurar em inglês, francês e espanhol, bem como o resumo (também nas três línguas), o qual não deverá exceder as 200 palavras.

Devem ainda ser indicadas entre três a cinco palavras-chave (em português, se for o idioma original, e em inglês, francês e espanhol), os quais irão facilitar a indexação do artigo e o seu aparecimento nos motores de busca. As notas de fim de página e o uso de termos em itálico devem ser evitados.

Os quadros, tabelas e figuras deverão ter boa qualidade gráfica (300 dpi no mínimo) e estar bem enquadradas no texto (no momento da edição devem ser enviados em documentos separados). Interessa, muito particularmente, que a sua reprodução possa ser feita em escala adequada e sem perda de nitidez ou de facilidade na consulta da informação que fornecem ao leitor.

Os artigos não devem exceder as 7000 palavras, excluindo referências, resumo e palavras-chave, em letra Times New Roman, tamanho 12 a 1,5 espaços.

O Corpo Editorial da Revista Portuguesa de Psicanálise reserva-se o direito de decisão quanto à formatação editorial definitiva do artigo aceite para publicação.

As citações no texto do artigo e as referências bibliográficas devem ser formatadas segundo as normas da 7.^a edição da APA (disponível em <https://apastyle.apa.org/>).

Podem ainda ser submetidas a publicação recensões de livros, filmes ou peças de teatro, que devem ter até 1500 palavras, identificando o título e o autor/realizador/encenador, e, no que aos livros diz respeito, também o editor, o ano de edição e o tradutor (se se tratar de versão portuguesa da obra original).

A Revista Portuguesa de Psicanálise segue o novo acordo ortográfico.

O artigo publicado pode ser utilizado livremente para fins não comerciais, em conformidade com a licença Creative Commons — Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional, que implica que seja citado o autor, o título do artigo e o título e número da revista, conjuntamente com o URL ou DOI do artigo.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

O autor outorga à RPP o direito de publicar o artigo nas versões impressa e *online*. Os direitos autorais («copyright») são retidos pelo autor do artigo, embora o direito de primeira publicação/ publicação original seja da RPP. O artigo pode ser usado para fins educacionais e outros fins não comerciais, desde que não só o autor, bem como o título e número da revista e o URL completo do artigo, ou o URL DOI, sejam citados na publicação. O autor tem o direito de guardar o artigo no repositório, ou nos arquivos de documentação científica da organização a que pertence, por exemplo, uma Universidade ou Instituto Universitário, podendo mesmo utilizar a versão do artigo em PDF publicada pelo Editor. Os leitores da versão *online* dos artigos da RPP terão a oportunidade de partilhar o artigo, ou o *abstract*, em redes sociais, como o Facebook ou o Twitter, salvaguardando sempre a propriedade editorial da revista em relação aos conteúdos partilhados.

AUTHOR GUIDELINES

The *Portuguese Journal of Psychoanalysis* (*Revista Portuguesa de Psicanálise* — RPP) is the official journal of the Portuguese Psychoanalytic Society (SPP) and is its legal and intellectual property. The RPP publishes original articles of a theoretical and epistemological, clinical, conceptual, empirical qualitative and empirical quantitative nature, in the field of Psychoanalysis and other scientific domains of natural sciences, social sciences and humanities, namely literature, art and philosophy, with which the psychoanalytic field establishes a sustained scientific dialogue. Psychoanalytic articles submitted for publication in the journal must not have been previously published and may not be under consideration for publishing in another scientific publication simultaneously. The articles must also have qualities of theoretical-conceptual, clinical and empirical rigor. The theme and angle of thematic approach of the article must be both current and innovative and the arguments must be precise, well-articulated and adequately grounded. It is always the author's responsibility to maintain the text in its original form or adapt it after the editorial review. Articles that respect the Submission Rules of the RPP indicated below will be accepted for review. Scientific arbitration prior to the editorial decision on the publication is carried out using the double-blind peer reviewing method. If the submitted article is accepted for review, the authors will be able to consult the detailed commentary of the reviewers, regardless of the favorable or unfavorable opinion to its publication. RPP reserves the right not to publish clinical, or theoretical-clinical, articles that do not respect the ethical norms of research in the social and human sciences, namely in which the patient's identity has not been preserved through anonymity and in which the confidentiality of verbatim or graphically illustrated material (drawings and figures) of clinical vignettes is not scrupulously respected. To assure the compliance to these rules, authors must fill the specific form available for that purpose on the website (see About the Journal > Ethics and Anonymity) and send it to rpp@rppsicanalise.org. In case of persistence of a reasonable doubt concerning the anonymity and confidentiality of the clinical material, the Journal's Editorial Board reserves the right to demand proof of informed consent from the patient or his/her legal representatives (parents in the case of children's graphic material). The journal's editorial board is also particularly attentive to detecting situations of plagiarism, total or partial, in the article submitted for publication, and which, in this circumstance, will be rejected, with indication to the authors of the reason for such decision. If the article is not accepted for publication for another reason, the editorial

board will briefly mention the reasons for its non-acceptance. The publication date of the article will be decided by the editorial board of the journal, according to well-defined editorial criteria. Articles will be submitted online to the website of Revista Portuguesa de Psicanálise, <https://rppsicanalise.org> The title of the article must always appear in English, as well as the abstract, which must not exceed 200 words. Keywords should be included (between three and five) to facilitate the indexing of the article. If the article is written in French or Spanish, the title, abstract and keywords, in Portuguese and English, should be at the end of the article. Endnotes and the use of terms in italics should be avoided. Tables and figures must have good graphic quality (300 dpi minimum) and be well framed in the text (at the time of editing they must be sent in separate documents). It is particularly important that their reproduction can be done on an adequate scale without loss of resolution, conveying the information with clarity to the reader. Articles should not exceed 8500 words, excluding references, abstract and keywords, Times New Roman, size 12 and 1.5 linespacing. The Editorial board of RPP reserves the right to decide on the final editorial formatting of the article accepted for publication. In-text citations and references must be formatted in APA style, 7th edition (<https://apastyle.apa.org/>). Book reviews, films or plays can also be submitted for publication, which must be up to 1500 words, identifying the title and the author/director, and, as far as books are concerned, also the Editor, the year of edition and the translator (in the case of an English language version of the original work).

COPYRIGHT NOTICE

The author grants the RPP Journal the right to publish articles in both the printed and online versions. The copyright is retained by the author so that the first/original publication right is in the RPP Journal. The article may be freely used for educational and other non-commercial purposes, provided that the author is quoted, as well as the title and number of the journal and the full URL of the article, or the DOI URL. The author has the right to keep the article in the publication archives/repository of its own organization, e.g. a university, and use the pdf version of the publisher. Readers of the online version of RPP have the opportunity to share articles or their abstracts on social media such as Facebook or Twitter, always preserving the editorial ownership of RPP over the shared contents.

DIRECTIVES AUX AUTEURS

La Revue Portugaise de Psychanalyse (*Revista Portuguesa de Psicanálise* — RPP) est la publication officiel de la Société Portugaise de Psychanalyse (Sociedade Portuguesa de Psicanálise — SPP) et sa propriété juridique et intellectuelle. La RPP publie des articles de nature théorique et épistémologique, clinique, conceptuelle, empirique qualitative et empirique quantitative dans le domaine scientifique de la Psychanalyse et aussi d'autres disciplines scientifiques des sciences naturelles, des sciences sociales et des humanités, à savoir la littérature, l'art et la philosophie, avec lesquelles la psychanalyse entretien un dialogue scientifique consistant. Les articles psychanalytiques originaux soumis pour publication dans la revue doivent être inédits et ne peuvent pas être simultanément en processus d'évaluation dans une autre publication scientifique. Les articles doivent aussi avoir des qualités de rigueur théorique-conceptuel, clinique et empirique. Le thème et l'angle d'approche thématique de l'article doivent être à la fois actuels et innovateurs et leurs arguments doivent être précis, bien articulés et correctement fondés. Seule les articles qui respectent les normes de publication de la RPP, présentées ci-dessous, seront acceptés pour évaluation. L'arbitrage scientifique préalable à la décision éditoriale sur la publication de l'article est effectué selon la méthode du « peer reviewing », les réviseurs scientifiques étant choisis de manière aléatoire et anonyme (« double blind »). Si l'article soumis est accepté pour évaluation, les auteurs pourront consulter le commentaire des réviseurs indépendamment de l'opinion favorable ou défavorable à sa publication dans la revue. La RPP se réserve le droit de ne pas publier des articles cliniques, ou théorico-cliniques, qui ne respectent pas les normes éthiques de la recherche en sciences sociales et humaines, à savoir dans lesquels l'identité du patient ne soit pas préservée par l'anonymat et dans lesquels la confidentialité du matériel écrit ou de l'illustration graphique (dessins et figures) des vignettes cliniques ne soit pas scrupuleusement respecté. Afin d'assurer le respect de ces règles les auteurs doivent remplir le formulaire disponible à cet effet dans le web site (voir à propos de cette revue > Éthique et anonymat) et l'envoyer à rpp@rppsicanalise.org. En cas de persistance d'un doute raisonnable concernant l'anonymat et la confidentialité du matériel clinique, le Comité Éditorial de la revue se réserve le droit d'exiger la preuve du consentement informé de la part du patient ou de ses représentants légaux (parents dans le cas de matériel graphique des enfants). Le conseil éditorial de la revue est aussi particulièrement attentif à détecter des situations de plagiat, total ou partiel, dans l'article soumis pour publication, et qui, dans ce cas, sera rejeté avec indication

aux auteurs du motif de cette décision. Si l'article n'est pas accepté pour tout autre raison, le conseil éditorial ne mentionnera que brièvement les raisons de sa non-acceptation. La date de publication de l'article sera décidée par le Conseil Éditorial de la revue, selon des critères éditoriaux bien définis. Les articles seront soumis en ligne dans le site internet de la Revue Portugaise de Psychanalyse, <https://rppsicanalise.org>. Le titre de l'article doit toujours apparaître en anglais, ainsi que le résumé, qui ne doit pas dépasser les 200 mots. Entre trois et cinq mots-clés (en français et en anglais) doivent aussi être indiqués pour faciliter l'indexation de l'article. Si l'article est écrit en français ou espagnol, le titre, le résumé et les mots-clés, en portugais et en anglais, doivent apparaître à la fin de si l'article. Les notes de fin de page et l'utilisation de termes en italique doivent être évités. Les tableaux et les figures doivent avoir une bonne qualité graphique (300 dpi au minimum) et être bien cadrés dans le texte (au moment de l'édition ils doivent être envoyés en documents séparés). Il est particulièrement intéressant que leur reproduction puisse se faire à une échelle adéquate et sans perte de clarté, ni de facilité dans la consultation des informations qu'ils fournissent au lecteur. Les articles ne doivent pas dépasser 8500 mots, hors références, résumé et mots-clés en Times New Roman 12 avec 1,5 d'espacement. Le conseil éditorial de la RPP se réserve de décider de la mise en forme éditoriale définitive de l'article accepté pour publication. Les citations dans le texte de l'article et les références bibliographiques doivent être formatés selon les règles de la 7ème édition de l'APA (<https://apastyle.apa.org/>). Des critiques de livres, de films ou de pièces de théâtre peuvent également être soumis pour publication, pourvu qu'ils contiennent jusqu'à 1500 mots et qu'ils identifient correctement le titre et l'auteur/réalisateur/metteur en scène, et, en ce qui concerne les livres aussi l'éditeur, l'année d'édition et le traducteur (dans le cas qu'il s'agisse de la version française de l'ouvrage original).

MENTION DE DROIT D'AUTEUR

L'auteur accorde à la RPP le droit de publier l'article sur papier et en ligne (« online »). Le droit d'auteur (« copyright ») est conservé par l'auteur de l'article, bien que le droit de première publication/ publication originale appartient à la RPP. L'article peut être utilisé à des fins éducatifs et à d'autres fins non-commerciaux à condition que non seulement l'auteur, mais aussi le titre et le nombre de la revue et l'URL complète de l'article, ou l'URL DOI, soient cités dans la publication. L'auteur a le droit de garder l'article dans le dépôt, ou les archives de documentation scientifique, de l'organisation à laquelle il appartient, Université ou Institut Universitaire, et peut même utiliser la version PDF de l'article publiée par l'éditeur. Les lecteurs de la version en ligne (« online ») des articles de la RPP auront la possibilité de partager l'article, ou son résumé, dans des réseaux sociaux, tels que Facebook ou Twitter, en préservant toujours la propriété éditoriale de la revue par rapport aux contenus partagés.

DIRECTRICES PARA AUTORES

La Revista Portuguesa de Psicoanálisis (*Revista Portuguesa de Psicanálise* — RPP) es la publicación oficial de la Sociedad Portuguesa de Psicoanálisis (Sociedade Portuguesa de Psicanálise — SPP) y su propiedad jurídica y intelectual. La RPP publica artículos originales de carácter teórico y epistemológico, clínico, conceptual, empírico cualitativo y empírico cuantitativo en el área del Psicoanálisis y de otras disciplinas científicas de las ciencias naturales, de las ciencias sociales y de las humanidades, a saber, literatura, artes y filosofía, con las cuales el psicoanálisis establece un diálogo científico consistente. Los artículos psicoanalíticos presentados para publicación en la revista deben ser inéditos y no pueden estar en evaluación simultánea en otra publicación científica. Los artículos también deben tener cualidades de rigor teórico-conceptual, clínico y conceptual. El tema y el ángulo del enfoque temático del artículo deben ser actuales y innovadores y los argumentos deben ser precisos, bien articulados y adecuadamente fundamentados. Los artículos que respeten las reglas de publicación de la RPP indicadas a continuación serán aceptados para revisión en la revista. El arbitraje científico previo a la decisión editorial sobre la publicación se lleva a cabo utilizando el método de la “peer reviewing”, y los revisores científicos son asignados de forma anónima y aleatoria (“double blind”). Si el artículo es aceptado para revisión, los autores podrán consultar los comentarios de los revisores, independientemente de la opinión favorable o desfavorable sobre su publicación. La RPP se reserva el derecho de no publicar artículos clínicos, o teórico-clínicos, que no respeten las normas éticas de la investigación en ciencias sociales y humanas, es decir, en los que no se ha preservado la identidad del paciente a través del anonimato y en los que la confidencialidad del material escrito y de la ilustración gráfica (dibujos y figuras) de las viñetas clínicas no esté escrupulosamente respectado. A fin de asegurar el cumplimiento de estas reglas, los autores deben completar el formulario disponible a tal efecto en el website (Sobre la Revista > Ética y Anonimato), y enviarlo a rpp@rppsicanalise.org. En caso de persistir una duda razonable sobre el anonimato y la confidencialidad del material clínico, el Comité Editorial de la revista se reserva el derecho de exigir prueba del consentimiento informado del paciente o de sus representantes legales (padres en el caso de material gráfico infantil). El consejo editorial de la revista también está particularmente atento a detectar situaciones de plagio, total o parcial, en el artículo sometido para publicación, y que, en esta circunstancia, será rechazado, con indicación a los autores del motivo de dicha decisión. Si el artículo no es aceptado para publicación por otro motivo, el consejo editorial

mencionará brevemente los motivos de su non aceptación. La fecha de publicación del artículo será decidida por el consejo editorial de acuerdo con criterios editoriales bien definidos. Los artículos se enviarán in línea en el sitio web de la Revista Portuguesa de Psicoanálisis, <https://rppsicanalise.org> El título del artículo siempre debe aparecer en inglés, así como el resumen, que no debe exceder las 200 palabras. También se deben indicar entre tres y cinco palabras-llave, en español e inglés, a fin de facilitar la indexación del artículo. Si el artículo está escrito en español o francés, el título, el resumen y las palabras-clave, en portugués e inglés, deben aparecer al final del artículo. Se deben evitar las notas de fin de pagina y el uso de términos en itálico. Las tablas y figuras deben tener buena calidad gráfica (300 dpi el mínimo) y estar bien enmarcadas en el texto (al momento de la edición deben enviarse en documentos separados). Es particularmente interesante su reproducción se pueda realizar en una escala adecuada y sin pérdida de claridad, o de facilidad de para consultar la información que proporcionan al lector. Los artículos no deben exceder las 8500 palabras, excluyendo referencias, resumen y palabras-clave, en letra Times New Roman, tamaño 12 a 1,5 espacios. La Dirección de la RPP se reserva el derecho de decidir sobre el formato editorial final de l artículo aceptado para publicación. Las citas en el texto del artículo y las referencias bibliográficas deben formatearse de acuerdo con las reglas de la 7.^a edición de la APA (<https://apastyle.apa.org/>). Las reseñas de libros, películas o obras de teatro también se pueden enviar para publicación, y deben tener hasta 1500 palabras, identificando el título y el autor/ realizador/ director, y, en lo que respecta a los libros, también el Editor, el año de edición y el traductor (si es una versión española de la obra original).

AVISO DE DERECHOS DE AUTOR/A

El autor otorga a la RPP el derecho de publicar el artículo en forma impresa y en línea (“online”). El autor del artículo conserva los derechos de autor (“copyright”), aunque el derecho de primera publicación /publicación original pertenezca a la RPP. El artículo se puede usar con fines educativos y otros fines non comerciales a condición de que se cite en la publicación no solo el autor, sino también el título y el número de la revista, y la URL completa del artículo, o la URL DOI. El autor tiene el derecho de guardar en el repositorio, o en los archivos de documentación científica de la organización a la cual pertenece, por ejemplo, universidad o instituto universitario, e incluso puede usar la versión PDF del artículo publicado por el editor. Los lectores de versión en línea (“online”) de los artículos de la RPP tendrán la oportunidad de compartir el artículo, o el resumen, en las redes sociales, como Facebook o Twitter, siempre salvaguardando la propiedad editorial de la revista en relación con los contenidos compartidos.



Inserido na SOCIEDADE PORTUGUESA DE PSICANÁLISE (SPP), o INSTITUTO DE PSICANÁLISE (IP), fundado em 1975, é uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) sem fins lucrativos que desenvolve duas áreas de atividade no campo da Psicanálise — uma clínica e outra formativa.

Na sua atividade clínica, o INSTITUTO DE PSICANÁLISE (IP) proporciona, através da CLÍNICA PSICANALÍTICA — IP, o acesso a preços reduzidos, a tratamentos psicanalíticos para todas as pessoas que desejem uma melhoria no campo da sua vida pessoal e afetiva. Estes tratamentos são realizados por sócios da SOCIEDADE PORTUGUESA DE PSICANÁLISE (SPP).

COMO CONTACTAR-NOS PARA MARCAR UMA CONSULTA?

Para marcar uma consulta inicial e (para) ser orientado para o tratamento psicoterapêutico mais adequado para si, contacte Vanda de Deus através do telefone (351) 217 972 108, de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h30.

MORADA

Av. Álvaro Pais, n.º 15, Loja, 1600–007 Lisboa

CONTACTO ONLINE

www.psicanalise-spp.com

e-mail: institutopsicanalise@gmail.com info@psicanalise-spp.com



INSTITUTO DE FORMAÇÃO E TERAPÊUTICA PSICANALÍTICA DO PORTO (IFTP)

O INSTITUTO DE FORMAÇÃO E TERAPÊUTICA PSICANALÍTICA DO PORTO (IFTP), órgão da Sociedade Portuguesa de Psicanálise, é uma IPSS sem fins lucrativos criada em 1999 e que, como a sua designação deixa supor, desenvolve atividades no âmbito da formação psicanalítica e da prestação de cuidados terapêuticos especializados em psicanálise.

Em relação a este último ponto, a Clínica de Psicanálise do IFTP proporciona tratamento psicanalítico a preços reduzidos a adultos, adolescentes e crianças com alterações de comportamento e adaptação social, perturbações psicoafetivas e queixas somato-funcionais persistentes. As consultas de diagnóstico e orientação e as intervenções psicoterapêuticas são assegurados pelos sócios do IFTP/SPP, de acordo com elevados padrões de qualidade técnica, precisão clínica e rigor ético.

Se pretender marcar uma consulta na Clínica de Psicanálise do IFTP, deverá entrar em contacto telefónico com a secretaria do IFTP, Dulce Teixeira, através do telefone (351) 226 067 511, entre as 12h00 e as 14h00, de segunda a sexta-feira, ou deixar gravado o seu pedido de consulta em *voicemail*, que será respondido com a maior brevidade possível.

MORADA

Av. de França, 256, 2.º, Sala 2.5, Edifício Capitólio, 4050-276 Porto

CONTACTO ONLINE

www.psicanalise-spp.com

E-mail: iftp.porto@gmail.com info@psicanalise-spp.com

TÍTULO
REVISTA PORTUGUESA DE PSICANÁLISE

NÚMERO
45(1) — JANEIRO A JUNHO DE 2025

EDITOR
VASCO SANTOS
VS. EDITOR, LDA. TRAV. DO CARMO, 1, 1A 1200-095 LISBOA

REVISÃO DE TEXTO
CARINA CORREIA

ISSN
0873-9129

OFICIO ISSN
2184-0016

DEPÓSITO LEGAL
41288/90

DESIGN
JOSÉ FILIPE ALEXANDRE

COMPOSIÇÃO
ARESTA CRIATIVA

IMAGEM DA CAPA
THE HAND OF GOD
AUGUSTE RODIN (1840-1917)
MOLDE ORIGINAL ANTERIOR A 1895, ESCULPIDO EM 1907.

IMPRESSÃO
PAPELMUNDE

TIRAGEM
300 EXEMPLARES

PREÇO PVP
20 EUROS

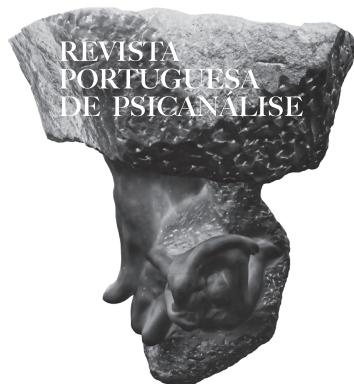
JUNHO DE 2025
© 2025 SOCIEDADE PORTUGUESA
DE PSICANÁLISE DIREITOS RESERVADOS

A *Revista Portuguesa de Psicanálise* (RPP) é uma publicação bianual de acesso aberto (rppsicanalise.org). Ao assinar a revista no formato papel, receberá os dois números por ano, que serão enviados pelo correio, e terá ainda acesso à versão digital de ambos os números. Os números publicados anteriormente estão disponíveis na secção «Arquivos» do site da RPP. A renovação da assinatura é feita automaticamente para todos os sócios da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP), e deverá ser solicitada em dezembro de cada ano para os não sócios da SPP. No site da SPP (sp-psicanalise.pt), é possível ter acesso a esta ficha de assinatura e fazer o download, assim como comprar a revista diretamente na loja.



Av. Álvaro Pais, n.º 15, Loja, 1600-007 Lisboa
(+351) 217 972 108 | (+351) 217 936 224
info@psicanalise-spp.com
www.psicanalise-spp.com
[sp-psicanalise](http://sp-psicanalise.pt)

Carla Cruz, Daniel Matias, Eric Smadja, Filipe Leão Miranda & Joana Pizarro Bravo, Katy Bogliatto, Marcos de Moura Oliveira, Margarida Bilreiro, Maria José Martins de Azevedo, Paula Ferreira Alves, Rita Gameiro



PREÇO
20€

ASSINATURA ANUAL

38€ + Portes

PERIODICIDADE
Bianual

psicanalise-spp.com
rppsicanalise.org



LISBOA

Av. Álvaro Pais, n.º 15, Loja,
1600-007 Lisboa
T (+351) 217 972 108
F (+351) 217 936 224
E info@psicanalise-spp.com

PORTO

Av. de França, 256, 2.º, Sala 2.5,
Edifício Capitólio, 4050-276 Porto
T (+351) 226 067 511
E itfp.porto@gmail.com